

# REVISTA DE HISTORIA

# AS CONQUISTAS DE ROMA \*

(EXCERPTO)

## I

O ano de 240 antes de Christo (ano em que Roma viu e ouviu a primeira peça *literária* — certa tragédia traduzida e adaptada do grego pelo tarentino Lívius Andrónicus, liberto do consul Lívius Salinator e preceptor dos filhos deste) representa uma data singularmente importante na história da *Urbs*: o início duma nova era da vida mental e, ao mesmo tempo, duma nova idade social da república latina.

Realmente, a partir d'aí o romano deixa de ser senão *o que era* pelo menos *como era*; não só na actividade do espirito, mas também na religião, e no teor da existência, privada e pública; devido, em grande parte: dum lado — a essa influência da Grécia, penetrada já da do Oriente; á introdução e propagação, na cidade do Lácio, da *requintada cultura hellénica*; de outro lado — á *expansão de Roma pelas conquistas*.

Carecêmos, pois, para compreender e explicar a vida romana a contar do terceiro século a. C., de atender, entre outras e sobre todas, a tais causas modificadoras.

Ocupar-me-hei hoje da segunda: das *conquistas extra-itálicas de Roma*, traçando-lhes a linha e notando-lhes a marcha rapidamente, mas insistindo, em compensação, nos seus *resultados económicos*.<sup>1</sup>

a) Ultrapassados os limites da Itália *própria* com a tomada da Sicília aos carthaginêses, Roma proseguiria na realização do seu crescente plano de domínio mundial.

Entre essa primeira e a segunda guerra com Carthago (240-218 a. C.) viriam a aquisição da Sardênia (Sardinia) e da Córsega (Corsica) em 238, e felizes expedições á Gallia Cisalpina,<sup>2</sup> e á Illyria.<sup>3</sup>

O resultado definitivo da *segunda guerra púnica* (218-201 a. C.) — provocada

---

\* Os algarismos de tipo menor, impressos ao alto, indicam a numeração correspondente das notas a consultar. Os algarismos entre parêntesis indicam as datas dos factos expostos.

por Hannibal com o cerco a Sagunto <sup>4</sup> e tão cortada de lances vários, que os levaria á beira da ruina (batalha de Cannes — 216 a. C.) <sup>5</sup> — seria, afinal, para os romanos, com a victória de Zama em 202, <sup>6</sup> o acesso da Africa Carthaginiêsa; <sup>7</sup> quando já se haviam apoderado da península ibérica (campo de recrutamento e mina valiosa de Carthago) mercê da tomada de Carthagena, em 210 — <sup>8</sup> e da de Cadix, em 206 — <sup>9</sup> sob os golpes do exército de Públio Cornelio Scipião — o *Primeiro Africano*. <sup>10</sup>

E a pouco mais de cincoenta anos da data de Zama seria uma realidade a idéa fixa de Catão, o *Censor*. <sup>11</sup> A terceira das *guerras púnicas* (149-146 a. C.) remataria pela *destruição de Carthago*, e viria a ter como consequência a redução do poderoso empório africano a uma nova *provincia* romana. Mas entre a data gloriosa de 202 e a da destruição de Carthago outras emprêsas levára a cabo a República do Lácio.

Até á jornada de Zama, pode com justiça e verdade dizer-se que Roma lutára pela própria existência, pois dependia esta já — dado o seu desenvolvimento e natural expansão — da posse e domínio exclusivo do Mediterrâneo occidental — domínio e posse contestaveis e precários emquanto Carthago durasse forte.

Animados, porém, com tão assinalado triunfo — como fôra o dessa batalha de Zama (travada na própria terra de Africa contra o grande Hannibal, ali vencido de vez por Scipião, e forçado a humilhantes condições de paz); mordidos alem disso de maior ambição ao computarem os opimos despójos alcançados <sup>12</sup> — os duros vencedores haviam logo concebido mais largos empreendimentos, varando os olhos á parte oriental dêsse mar Mediterrâneo e ao mundo circumjacente ou proximo: aos países de civilização hellênica, originária ou adoptada.

Desde este momento, o plano da conquista da Macedónia, <sup>13</sup> da Syria <sup>14</sup> e da Grécia — três dos quatro estados nascidos da última divisão do império de Alexandre, em 281 a. C. — occuparia os homens da *Urbs* como o duma obra a executar no cumprimento de altos destinos.

Bastar-lhes-hia meio século para a realizarem; empregando, todavia, na sua realização não só os processos violentos da guerra, mas, sempre que isso lhes fosse dado, os expedientes e manhas da intriga política, as habeis astúcias da diplomacia.

Alcançada a victória das Cynoscéphalas <sup>15</sup> sobre as fôrças de Philippe v da Macedónia, que já na Illyria lhes experimentara os rigores, como aliado de Hannibal <sup>16</sup> — poderiam proclamar nos *Jogos isthmicos* de 197, <sup>17</sup> a plena liberdade da Grecia (país vítima de divisões intestinas) arvorando-se em seus protectores á face do estado macedónico; e preparando-se por certo, já d'aí, a tomá-la para o domínio do Senado, quando o golpe viesse a propósito. Não tardaria tambem muito que triunfassem de Antíochus o Grande da Syria, senhor de consideravel parte da Asia <sup>18</sup> — embora num império efémero — e dalguns territórios na própria Thrácia. <sup>19</sup>

Chamado pelos gregos da *Liga aetolia*, <sup>20</sup> rival da dos *Achaios* e agora revoltada contra Roma — sua antiga aliada em frente dêstes e da Macedónia — o monarca syrio viria sofrer no solo da Thessália, nesse desfiladeiro das Thermópulas <sup>21</sup> célebre desde as *guerras médicas* <sup>22</sup>, uma rápida e formidavel derrota, devida, muito, á medrosa inércia dos que o tinham invocado (191 a. C.).

E pouco depois, quando já forçado a tornar-se á Asia menor, o seu desbarato completo no recontro de Magnésia (190), e a sua morte em 187 iriam facilitar á ambição romana a futura conquista da Syria, da Phenicia, da Palestina e de toda a Asia Menor.

Era, no entretanto, dominada a insurreição ibérica — suscitada de certo pelos agentes de Carthago (197-178).

Marcada a linha da fronteira norte da Itália com a vitória definitiva sobre os Gaulêses—Boios—da Cisalpina (191) e submetidas de vez as costas da Illyria grega (168) — Roma vibraria á Macedónia, neste mesmo ano de 168, o golpe decisivo da acção de Pydna, onde o rei Perseu, bastardo de Philippe v, caíria prisioneiro do consul Paulo Emílio, para entrar em Roma ornando o triunfo magestoso do vencedor.

E não seriam passados mais de vinte anos antes que o seu antigo estado viesse a contar-se também entre as *províncias* da poderosa República (148).

A Grécia, que o consul Flamínio havia proclamado independente nos jogos de Corintho, ficaria — corridos dois anos apenas — igualmente reduzida a domínio romano, sob o nome de *Província da Achaia* (146 a. C.).

Este mesmo ano de 146 veria a ruina de Carthago, tomada e arrasada pelo *Segundo Africano*; e a contar de 140 toda a Africa carthaginêsa seria convertida em *província* do Senado.

A Ibéria — esta península invadida pelas legiões durante a *segunda guerra púnica*, violentamente subjugada mais tarde, em 178, e levantada na resistência brava dos Lusitânos de 150 a 137 a. C.—ficaria submetida após a capitulação de Numância (133). Só a Lusitânia viria ainda a agitar-se, com Sertorius (76-72).

Entrando na Gália do Sul, pelos fins do 2.º século a. C., criam os romanos a *Província*, (125-118) depois *Gallia Narbonêsa*.

A guerra contra Jugurta ultima-lhes a pacificação do norte da Africa (112-106).

Feçam-lhes esse 2.º século as vitórias ganhas sobre os Cimbro e Teutões (105-101 a. C.), e a que na *guerra civil* alcançam contra os *escravos* sublevados da Sicília (103-101).

Mas o resultado da *guerra social* (90-88 a. C.), em que iriam reprimir a revolta das *províncias* italianas — dando-lhes ao mesmo tempo o direito de cidade — representaria para Roma, entre os resultados de todas as suas lutas, uma vantagem singular: a unificação, sob o domínio da *Urbs*, dos diversos povos da península tyrrhênia (Itália) e, com isto, a romanização perfeita desses povos, o triunfo completo e rápido da língua latina sobre as outras do grupo itálico: *umbrio, oseco, etrusco...*

Organizava-se, emfim, como *província* a Gallia Cisalpina.

Já tão vastos nos princípios do 1.º século antes de Christo — os domínios romanos ainda se alargariam muito até o advento do Império.

A luta contra Sertorius (80-72) acabaria — com a morte deste sabino (tornado, de *pretor* romano, *chefe* dos Lusitânos) — pela vitória dos generaes do Senado.

Apesar do terror que espalhara em toda a Itália, com o seu exército de *escravos* e *vagabundos*, o gladiador Spártacus, vencedor de dois consules, tombava morto na batalha do Silarus — e Roma podia registrar o desaparecimento dum dos seus mais incómodos inimigos (73-71 a. C.)

Entre a data da *guerra social* e o ano de 63 a. C. — (termo das guerras com Mithridates vi — do Ponto) ficariam em poder dos romanos a Cyrenaica, Creta,

a Syria; e na Asia Cis-Euphrática ou Asia Menor: a Bithynia (só organizada em prov. r. no tempo de Augusto) e a Cilícia — predestinadas ambas a tal domínio desde a derrota final de Antíochus III, e desde que Atalo III de Pérgamus testara á República romana os seus estados (compostos da Mysia, Lydia, Cária, Phrygia e Pamphylia) englobados pelo Senado no património de Roma, com as ilhas adjacentes á costa occidental e a ilha de Rhodes, sob o largo título de *Provincia da Asia*.

Contariam ainda a ilha de Chypre no ano de 58.

De 58 a 51 a. C. operava Julio Cesar a famosa e rápida conquista da Gallia Transalpina que, além da *Provincia* (Provença), compreendia, segundo a divisão transmitida pelo vencedor, as 3 vastas regiões de *Aquitânia*, *Celtica* e *Belgica*. Conduziria duas vezes (55, 54) as suas legiões á Grã-Bretanha — sendo todavia só passado um século que este país haveria de ficar conquistado pelos romanos, devido ao enérgico e sábio governo de Agricola (78 a 85 dep. de C.)

Nos meados deste 1.º s. a. C.—entrariam na posse do Senado novas regiões da Asia Menor, que a *Provincia da Asia* não incluira também: a Galácia, a Paphlagónia e a Lycaónia.

O Egypto<sup>25</sup> — um dos quatro estados surgidos do retalhado império alexandrino — só conseguia manter, em face de Roma, uma precária independência de nação protegida. E, vencido Marco António na acção naval de *Actium* (31) podia Octaviano converter esse antigo protectorado do governo da *Urbs* numa nova *provincia* (30) e considerar já o mar Mediterrâneo como um verdadeiro *lago romano*; ficando êle, ao mesmo tempo, livre de rivaes no caminho da sua ascensão imperial.

Tomado o Illyricum (vasta região que compreendia as actuaes da Croácia, Bósnia occidental, Dalmácia, Herzegovina e Montenegro); submetidos o Nóricum<sup>24</sup> e a Rhaetia<sup>25</sup> em 15 a. C.; pouco mais tarde, em 9, a Pannónia<sup>26</sup> — os domínios romanos da Europa tocavam, pode dizer-se, a sua extrema raia setentrional.

Uma só conquista restaria a empreender e a ultimar, por parte de Roma, no continente europeu: aquela em que Trajano havia de alcançar-lhe, nos anos de 101 a 106 dep. de C., a posse da Dácia,<sup>27</sup> (*provincia* abandonada mais tarde, no tempo do imperador Aureliano, 270—275 dep. de C.)

Fôra da Europa também Roma — a Roma imperial — teria completado a sua vasta obra de conquista ao terminar o reinado de Trajano.

Englobara na *Provincia da Asia*: ao tempo de Tiberio (14 a 37 dep. de C.), a Cappadócia; a Lycia durante o governo de Claudio (41-54); em 62, no imperio de Nero, o Ponto.

A Commagena, região nordeste da Syria, fôra reduzida a *provincia* de R. sob Vespasiano (70-79).

A Palestina — (chamada toda ela *Judêa* pelos romanos) que já fazia parte da *Provincia da Syria* desde o tempo de Pompeu (63 a. C.) — ficava após a revolta de 70 (de C.), com a destruição de Jerusalem e a primeira dispersão dos judeus, poderosamente dominada; e fácil seria ao imperador Hadriano destruir-lhe mais tarde todas as raizes de tradição nacional ao fundar (135) no próprio solo da sua capital arrazada a nova colónia denominada *Aelia Capitolina*.

Em 108 ficaria submetida a Arabia Pétrea. E não tardaria que Roma submetêsse igualmente e convertêsse em *provincia* a região montanhosa da Arménia Menor.

Os domínios do Imperio vinham, em longitude, do mar Cáspio, do Tigre, e

da Syria ao extremo occidente europeu, incluindo a Gran-Bretanha; da Arábia e do Egypto á Mauritânia.

Podia marcar-se-lhes a latitude em 4 linhas: na que fosse de Lycopolis (no Egypto) ao Pontus Euxinus (Mar Negro); na que se traçasse da Cyrenaica ao norte da Dácia; na que ligasse a Africa Carthaginêsa ás bôcas do Rheno; finalmente, na que partisse da Mauritânia e atingisse a fronteira sul da Caledônia (Escócia).

A datar de Trajano, Roma não conquistaria novos territórios. Teria de passar á defensiva ante a ameaça múltipla dos Barbaros, ávidos de partilha nesse vasto império.

— 1 Vide na « Revista de História » n.º 9, de pag. 15 a pag. 25, o artigo « Os escravos em Roma » — onde, encarando as conquistas do povo romano tanto sob o ponto de vista das modificações trazidas á *composição da população*, como sob o da *revolução moral* operada na sociedade da *Urbs* e sob o dos *resultados económicos* sofridos pelo Estado do Lácio — as estudei e comentei, embora condensadamente, debaixo daquêlê primeiro aspecto.

Poderemos dividir a era das conquistas extra-italicas de Roma em três épocas principais — compreendendo a primeira: a) os 140 anos corridos entre o de 240 e o termo do 2.º século a. C.; correspondendo á segunda b) os que vão de 99 a 42 — entrada da idade imperial; compondo, emfim, a terceira c) os 148 contados de 42 a. C. até 106 dep. de C., isto é: até ás conquistas de Trajano e últimas.

— 2 A *Gallia Cisalpina* ou *Gallia Cítèrior* estendia-se de sudoeste a sudeste dos Alpes, entre esta cordilheira e a dos Apeninos, tendo por limites: a sul, a Ligúria; a sul-sudeste, a Etrúria (Toscana), a Úmbria e a linha do rio Rubicon; a leste o mar Adriático, da foz do Rubicon ás terras da Venetia.

Compreendia, aproximadamente, a vasta região que hoje inclue o Piemonte, a Lombardia, Módena, a moderna Venécia...

Atravessada, de oeste a leste, pelo rio Pô (*Padus* — o fabuloso Eridanus dos poetas latinos, que não devemos confundir com o pequeno rio Eridanus, junto de Athenas) subdividia-se para os antigos romanos: em *Gallia transpadana* e *Gallia cispadana* — cabendo a primeira designação á região que ficava a norte, e a segunda á que ficava a sul deste rio — o maior da Italia.

— 3 Trata-se aqui, sem duvida, da *Illyria própria* ou *Illyris graeca*, que não deve confundir-se com as diversas regiões compreendidas no *Illyricum* romano ou *Illyria Barbara*. A *Illyris graeca* (*Epirus nova*) compreendia uma facha de terras limitada: a oeste, pelo mar Adriático; a norte, pelo rio Drilus (*Drilo*), tributário deste mar; a sul, pelas fronteiras setentrionais do Epiro; a leste, pela Macedônia. Correspondia, aproximadamente, á moderna *Albânia* (a Albânia da Turquia da Europa. Ha uma região da Caledônia, actual Escócia, também chamada Albânia; e ha a Albânia asiática, ao sul do Caucaso, na margem occidental do mar Cáspio).

— 4 *Saguntum* — antiga cidade da península ibérica, fundada pelos Gregos, e aliada de Roma. Foi sobre as suas ruínas que se edificou a cidade de Murviedro, de novo denominada Sagunto nos tempos modernos, e situada a norte de Valência, na costa oriental da Hespanha.

— 5 *Cannae* — pequena cidade da Apúlia (região sudeste da Itália) na margem direita do rio Aufidus (hoje *Ofanto*), tributário do mar Adriático.

— 6 *Zama régia* — cidade de Africa, situada a sudoeste de Carthago, na antiga região limítrofe da Numídia e da Africa carthaginêsa; correspondente ao noroeste da Tunísia actual.

— 7 Correspondente, mais ou menos, aos territórios da regência de Tunis.

— 8 *Carthagus nova* — cidade fortificada, e um dos melhores portos do mundo, na costa sudeste da Hespanha. Fôra fundada pelos carthaginêses em 228 a. C. — isto é, pouco mais de 18 anos antes da sua conquista pelos romanos.

— 9 A antiga *Gades* dos phenícios — situada ao sul da Hespanha, na Andaluzia.

— 10 Scipião — *Scipio* (nome duma família patricia de Roma — da *gens Cornélia* —

dado, segundo a tradição, ao fundador deste ramo por ser êle quem amparava e gulava sempre seu pae, cego, servindo-lhe como de bordão de arrimo (*scipio*).

Houve 19 Scipiões: n.º 1 — esse fundador da família, Publius Cornelius Scipio (4.º s. a. C.)

- n.º 2 — Lúcius Cornélius Scipio (4.º s. a. C.);  
 n.º 3 — Públus Cornélius Scipio Barbatus (4.º s. a. C.);  
 n.º 4 — Lúcius Cornélius Scipio Barbatus (3.º s. a. C.);  
 n.º 5 — Cneius Cornélius Scipio Asina — filho do precedente (3.º s. a. C.);  
 n.º 6 — Lúcius Cornélius Scipio — irmão do n.º 5 (3.º s. a. C.);  
 n.º 7 — Públus Cornélius Scipio Asina — filho do n.º 5 (3.º s. a. C.);  
 n.º 8 — Públus Cornélius Scipio — filho do n.º 6 (3.º s. a. C.);  
 n.º 9 — Cneius Cornélius Scipio Calvus, — filho do n.º 6 (3.º s. a. C.);  
 n.º 10 — Públus Cornélius Scipio (**Africanus Major**) — o «Primeiro africano» — filho do n.º 8 (3.º e 2.º s. a. C.: n. em 234, m. em 183);  
 n.º 11 — Lúcius Cornélius Scipio (**Asiaticus**) — também filho do n.º 8 e, assim, irmão do precedente (3.º e 2.º s. a. C.);  
 n.º 12 — Públus Cornélius Scipio Africānus — filho mais velho do n.º 10 (2.º s. a. C.);  
 n.º 13 — Lúcius Cornélius Scipio Africānus — outro filho do n.º 10 (2.º s. a. C.);  
 n.º 14 — Lúcius Cornélius Scipio asiaticus — descendente do n.º 11 (1.º s. a. C.);  
 n.º 15 — Públus Cornélius Scipio Aemilianus (**Africanus Minor**) — o «Segundo Africano» (n. em 185, m. em 132 a. C.) — 4.º filho do conquistador da Macedónia, consul Paulus Aemilius, mas adoptado pelo n.º 12.  
 n.º 16 — Públus Cornélius Scipio Nasica — filho do n.º 9 (3.º e 2.º s. a. C.);  
 n.º 17 — Públus Cornélius Scipio Córculum — filho do n.º 16 (2.º s. a. C.);  
 n.º 18 — Públus Cornélius Scipio Serapio — filho do n.º 17 (2.º e 1.º s. a. C.);  
 n.º 19 — D. Caecilius Metellus Pius Scipio — neto do n.º 18, e adoptado por um membro da família Metellus. (Foi, este Scipião, o pae de Cornélia, segunda mulher do triunviro Pompeu).

Em tão extensa série — onde muitos mereceriam nota especial — distinguem-se esses cujos nomes vêem griphados: n.ºs 10, 11, 15 e 16.

*Públus Cornélius* — o n.º 10 — assinalar-se-hia, quasi da infância, pela energia e pela bravura — qualidades a que deveria, não contando ainda 17 anos, poder salvar a vida ao proprio pae no meio da renhida batalha do Tessino, travada contra Hannibal (218 a. C.).

Bate-se heroicamente em Cannes, e obsta a que as forças romanas se dispersem de todo e abandonem o campo, depois da derrota sofrida.

*Edil* aos 21 anos — antes da idade legal — acha-se aos 24 investido no proconsulado da Hespanha, onde vai vingar o pae e o tio, que haviam sido desbaratados e mortos pelos carthaginêses durante a campanha de 211, e onde debuta pela tomada de Cartagena (210). Batido Hasdrubal, irmão de Hannibal, e reconquistada toda a Hespanha, em menos de quatro anos — obtem o *consulado*, com a província da Sicília, para o ano de 205, embora não houvesse ainda exercido o cargo de *pretor* nem atingido a idade de 30 anos. Tendo conseguido que o senado perfilhasse o seu plano da conquista de Carthago — aborda á Africa, rompe as forças carthaginêsas junto de Útica (204) e, pode dizer-se, liquida em Zama (202), com a derrota infligida ao grande Hannibal, a prolongada luta de Roma e Carthago, impondo ao vencido duríssimas condições de paz (201), e fechando com este tratado a segunda *guerra púnica*. É deste ano de 201 o seu triunfo em Roma, onde o recebem com ardente entusiasmo e lhe dão o cognome encomiástico de **Africanus** — devido ás suas raudas victórias na Africa carthaginêsa. *Censor* em 199, entra no *consulado*, pela segunda vez, em 194. Dirige, em 190, como legado de Lúcius Cornélius, a guerra contra Antiochus o Grande, da Syria. De regresso a Roma accusam-n'o, porém, como ao irmão, de se haver deixado subornar por Antiochus, que teria alcançado dos dois, a trôco de dádivas e valores, condições de relativo favor na liquidação dessa guerra. Mas, citado para comparecer e justificar perante o povo a sua conduta — em vez de explicar-se, lembra altivamente a quantos o rodeiam: que estavam no aniversário da batalha de Zama e só lhes cumpria, a todos, seguirem-no ao Capitólio para de novo agradecerem aos deuses tão assinalada victoria, e impetrarem dêles constante protecção. Irresistivelmente, o povo aplaude-o, segue-lhe os passos, e o processo resulta sem efeito. Abandona todavia a *Urbs* para sempre, retirando-se á sua *villa* de Liturnum, na Campânia. Aí passará o resto da vida, entregue ao cultivo das letras, no convívio do poeta Ennius; até que, relativamente novo, termine tão cheia e agitada existencia, pouco depois de haver ditado o seu célebre epitáfio, alusivo a Roma: «Pátria ingrata, não possuirás os meus ossos!»

*Lúcius Cornélius Scipio* — o n.º 11 — não deixou na História tão luminoso rasto como o irmão. Fôram, no entanto, notáveis os seus serviços em Hespanha, e como consul no ano de 190 — o dessa expedição á Syria, terminada no ano seguinte pela victória de Magnésia do Sipylo, a que deveria o *triunfo* e o cognome de *Asiaticus*. Não sairia, contudo, do processo que lhe instauraram como dêle saíra o grande *Africānus*: pois vêr-se-hia forçado a vender os próprios bens para satisfazer os encargos da sentença condenatória.

Foi o n.º 15 — *Públius Cornélius Scipio Aemilianus* — um dos mais brilhantes na longa cadeia dos Scipiões, apesar de não pertencer pelo sangue a tão insigne geração. Sobrinho afim do n.º 12 (homem sem descendência, e cuja invalidez física o inibira de tomar parte nas guerras e nos negócios públicos de Roma) tinha sido adoptado por esse tio, que revelou divinatório tacto na escolha de tal representante — herdeiro, aliás, dum grande nome, como filho do conquistador da Macedónia.

Cedo se mostraria Scipião *Aemiliano* duplamente dotado de altas faculdades mentaes e de raras aptidões militares.

Estreia-se nas armas, quasi creança, combatendo, sob o comando do pae, na acção gloriosa de Pydna (168 a. C.); quando o seu espirito se havia aberto já para o estudo e prática das letras, debaixo da direcção do Polybius e Panaetius. Chamando á sua intimidade os poetas Lucílius e Terentius, colabora na composição das comedias deste. Contrae com Laelius *Sapiens* tão nobre amizade intelectual, que inspiraria a Cicero, passado um século, o tratado «*Laelius, sive de amicitia*». E logrará — ao contrário da maior parte dos Scipiões, mais ou menos tocados da corruptôra influência grega e vencidos dos luxuosos habitos do dia — conciliar com a sua elegante vida e requintada cultura as tradicionaes, firmes virtudes dos velhos romanos.

Resumida — a sua biografia de homem de guerra e de politico comprehende esta cheia resenha:

Serve, como tribuno, nas guerras de Hespanha, onde se distingue. (151 a. C.).

Em 149, ao começar a 3.ª guerra púnica, figura tambem como tribuno militar na campanha africana, salvando duma derrota séria — devido á sua lúcida bravura — as forças do consul Mamílius.

Ao apresentar-se, de volta a Roma, como candidato á *edilidade*, elegem-no *consul*, antes da idade da lei, e confiam-lhe o exército de Africa (147). Dentro dum anno tomará e arrazará Carthago, ao cabo duma encarniçada luta de seis dias e seis noites (146) — vindo celebrar em Roma um triunfo cuja magnificencia excederia a de todos os anteriores, e conquistando, agora por direito próprio, o luzido cognome de *Africānus*, que tinha herdado por adopção.

É *ensor* em 143 e, nesta qualidade, tenta pôr cõbro ao luxo excessivo e á crescente liberdade de costumes da gente romana. Acusam-no, entretanto, de aspirar á *Magestas* (139) — o que o leva a proferir em sua defesa alguns discursos admiraveis, sempre lembrados e citados nas eras seguintes.

Ilibado da accusação — vê-se logo, como embaixador do Senado, investido da missão de defender e garantir, no Egypto e na Asia, os interesses políticos e económicos da Republica. Mas, olhando a que a campanha ibérica se protela, Roma antes lhe confia de novo o Consulado, com o comando das legiões na Hespanha (134). Como em Africa, tambem daqui surgiria vencedor, dentro dum anno. O cêrco e tomada da resistente Numância poriam termo a essa guerra, e mereceriam ao consul victorioso, sobre o que já merecêra, o cognome de *Numantinus*. (133)

Vindo encontrar Roma dividida e agitada em discussões politicas e sociais (132), Scipião Emiliano — homem de ordem, aristocrata de educação e de índole — moveria opposição enérgica ao partido popular e ás medidas agrárias que, propostas pelo revolucionário Tibério Graccho (victimado durante a sua ausência) eram, numa grande parte, defendidas agora par Caius — o segundo dos Gracchos.

Receosos então de que o Senado, querendo pôr termo á luta das facções em briga fizesse dictador esse general prestigioso — os revolucionários não escrupulizariam no meio a tomarem para conjurar o perigo.

Resolvendo eliminá-lo pela morte, confiaram de C. Papirius Carbo o expeditivo golpe do seu assassinio — crime a que não foi talvez estranha a própria mulher do assassinado, Semprónia, irmã dos Gracchos (132 a. C.).

Como o *Primeiro*, o *Segundo Africano* largara da vida contanto pouco mais de cinquenta anos.

*Públius Cornélius Scipio NASICA* — filho do n.º 9, e portanto primo direito do *Primeiro Africano*.

Foi Scipião *Nasica* (o pençudo) o terceiro dos mais conhecidos entre os Scipiões

de geração; isto é: exceptuado o adoptivo, o *Numantinus*, posterior a êle embora mencionado antes nesta relação. É o nome de Scipião *Nasica* lembrado sobretudo como o do romano mais considerado do tempo pelas suas virtudes, como o do cidadão que, por motivo de taes predicados, fêra, ainda novo, escolhido para solenemente ir receber em Óstia, na frente das matronas da *Urbs*, a estátua da deusa Cybele, trazida de Pessinunto (cidade na fronteira da Galácia e da Phrygia) em cumprimento dum oráculo.

Jurisconsulto notavel, Scipião *Nasica* nem por isso prejudicou outras aptidões; revelou reaes qualidades de acção. *Edil consul* em 196, e *pretor* em 194, combate com successo, durante este último ano, na *Hespanha ulterior* (alem-Ebro, para os romanos); e, sendo *consul*, alcançará sobre os Boios, em 191, uma decidida victória, seguida do seu triunfo.

— 11 *Marcus Porcius Cato* — CATO MAJOR, Catão o Antigo (234-149 a. C.), cuja longa vida de 85 anos foi votada, em grande parte, a combater os costumes da nova sociedade romana.

Tendo servido nas legiões 26 anos, dos 17 aos 43 — e tendo-se distinguido em Hespanha ao tempo da *segunda guerra púnica*, assim como depois, em territórios gregos, durante a campanha contra Antiochus o Grande da Syria — terminava a carreira militar no próprio dia da victória das Thermopylas (191 a. C.). Desta data por diante iria dedicar-se estreneamente ao desempenho das funções civis do Estado, obtendo no ano de 184 a *censura*, e desenvolvendo aí tão enérgica opposição contra o luxo e requintes introduzidos da Grécia, especialmente contra o exemplo dos Scipiões — representantes prestigiosos da moderna vida romana — que ficaria para sempre conhecido, como por um cognome significativo, pelo titulo mesmo desse cargo, pelo titulo de Catão, o *Censor*. Só a idade lhe abrandaria a rude intransigência que, na juventude e na quadra viril, abertamente manifestara em frente não apenas dos costumes e hábitos, mas até das boas letras da Grécia — origem, na sua teimosa prevenção, de muitos dos males correntes. Cultiva-las-hia, afinal, quando entrasse quasi na velhice, e por esta quadra adiante, valendo-se do conhecimento da língua grega, que possuia desde novo, e podendo fazê-lo graças ao seu perduravel vigor físico e mental. Convencido — desde a sua missão á Africa (onde, com outros árbitros romanos, fôra regular a questão das fronteiras entre o numida Masinissa e os Carthaginêses) — convencido, desde essa missão, de que o restante poder de Carthago representava ainda para Roma uma constante ameaça e um real estôrvo ao seu desenvolvimento e prosperidade, nunca, a partir desse momento, e a propósito ou não dos assuntos discutidos, deixaria de começar as suas orações perante o Senado pela decisiva sentença: *Delenda est Carthago*. Ainda no ano que lhe precedeu a morte seria êle um dos que mais vivamente instigariam Roma á *terceira guerra púnica*.

Trabalhador incansavel — aproveitava todos os intervalos e altas das campanhas ou das occupações públicas para estudar, observar, escrever. Das suas obras, porém, sómente nos veiu completo o tratado *De re rustica* — caracteristico, na verdade, dêsse duro e inquebrantado *ruralista*, cujo reverso d'alma era a avareza, e cujas austeras virtudes não logravam furtá-lo, diz-se, ás tentações da adega.

Outro *Marcus Porcius Cato* se nos impõe tambem na História de Roma, dentre os restantes homónimos da familia: aquêle que ficou conhecido pelo *Uticensis*, e por Catão o *Môço*. Era bisneto do *Censor*.

Nascido no ano de 95 a. C., e attingindo a mocidade nessa época em que a alta sociedade romana se dissolvia ao contacto da requintada corrupção grega, logo se distinguira da juventude nobre do tempo pela sua rigidez grave, pela feição inteiriça do character, por um aprumo altivo — tão respeitavel como talvez antipático e isolante. Dera-se cedo ao estudo da oratória e da filosofia, adoptando, segundo era de prever, a pura doutrina stoica.

Apoiaria, em 63 — como *tribuno* da plebe — a proposta de Cícero para que fôsem condenados á morte os conspiradores cúmplices de Catilina; e pouco depois haveria de figurar entre os chefes do partido contrario ao *triunvirato* de Cesar, Pompeu e Crasso. Iria contudo seguir Pompeu, ao rebentar da guerra civil (49) — passando, após a batalha de Pharsália (48), á ilha de Corcyra e, daqui, á Africa romana, onde se juntaria com Metellus Scipio (n.º 19, nota 10) — partidário do vencido.

Derrotados porém os pompeanos na acção de Thapsus (46) — decidida a favor de Cesar — e vendo que não pôdia defender-se na cidade de Útica, seu refugio, Catão preferia suicidar-se a cair nas mãos do vencedor. Punha termo á vida atravessando-se com a própria espada, depois de se haver preparado para a morte a ler, durante uma parte da noite, o *Phaedon* de Platão.

Assunto de obras e passagens literárias já na antiguidade (*Cato*, de Cícero, *Anticato*, de Cesar, *Pharsália*, de Lucano, *Vidas* de Plutarco) — a vida e a morte de Catão o

lôço inspirariam ainda, com mais ou menos felicidade, autores modernos de diversos países. Entre outros, dariam têmea: em França, a Deschamps (1715), a Poincnet de Sivry (1789); na Inglaterra, a uma conhecida tragédia de Addison (1672-1719); em Portugal, ao *Catão* de Garrett.

Houve, fóra da família, dois homónimos dos grandes *Catões*: Valerius *Cato*—poeta do tempo de Sylla (138-78 a. C.), e Dionysius *Cato*—moralista latino do 3.º século depois de Christo, autor de 4 livros de *Disticos moraes*, que fóram muito lidos durante a idade-média.

—<sup>12</sup> Principaes condições da paz, impostas pelo vencedor: 1.ª formal renúncia de Hannibal e do governo de Carthago á reconquista da Hespanha; 2.ª rendição das ilhas Baleares; 3.ª compromisso de não movêrem guerra a quaesquer aliados de Roma; 4.ª entrega das armas, máquinas de guerra e elefantes do vencido, e de toda a sua frota, com excepção apenas de 20 navios; 5.ª tributo de dez mil *talentos* (10:800 contos) a pagar dentro de cincoenta anos, ou fossem 216 contos por ano.

—<sup>13</sup> Macedónia. País limitado: ao norte, pela Moesia Superior (parte da *Bosnia* e *Servia*) e pela Moesia Inferior (sudoeste da *Bulgária*); a poente pela Illyria grega, já identificada, pouco mais ou menos, com a moderna *Albânia*; a sudoeste, pelo Epíro (em parte confundido com os tractos meridionais dessa Illyria grega); a sul, pela Thessália; a nascente, pela Thrácia e pelo mar Egeu. Coincidia, a *Macedónia*, com o território da Rumélia occidental — a Roum-Ili dos Turcos. A Macedonia, a Illyria grega, o Epíro e a região meridional da Thrácia formaram a Turquia da Europa.

Obscura e vaga de história até ás *guerras médicas*, a Macedónia seguiria depois dos destinos da Grécia que, no reinado de Philippe II — pae de Alexandre (336 = 323 a. C.) — lhe ficaria submetida, fazendo parte do grande império macedónico fundado pelo conquistador da Asia. Desmembrado, porém, esse império alexandrino, a Macedónia seria successivamente dominada por monarcas de países estranhos — de temporária independência, alguns destes: por monarcas do Epíro, da Thrácia, do Egypto; caíndo por fim sob o poder dos Antigonídes, entronizados em 278 a. C.

De 221 a 178 a. C. reinava sobre a Macedónia Philippe V, do nome e *terceiro* dessa família dos Antigonídes, cuja dinastia occupava com efeito o trôno macedónico desde o termo das discórdias originadas na divisão do Imperio de Alexandre.

Sonhara êle reconstituir este vasto império. Aproveitara-se já da luta entre as duas *ligas* gregas, *Aetolia* e *Achaia*, socorrendo esta (217 a. C.) com o fim de tornar definitivo o seu domínio sobre a Grécia — agitada de revoltas desde a *guerra lamíaca*, (322) pela rivalidade das cidades agrupadas numa contra a outra *liga* e á porfia aliadas, de cada lado, com os monarcas de Pella (capital da Macedónia. Não confundir com Pella da Palestina).

E, sempre no intuito de combinar forças para poder firmar-se a posse dos estados gregos e para alargar possessões — havia ainda Philippe contraído aliança com Hannibal, quando este, depois da batalha de Cannes, pensava em assolar a Itália, sendo por certo esse pacto feito com o general carthaginês o que o levava a tentar expulsar da Illyria grega os romanos, e a provocar dêles a derrota de Apollónia (214 a. C.) Não eram precisos mais motivos ou pretextos para que o Senado de Roma se determinasse a intervir também, oportunamente, na vida do estado macedónico e nos destinos do seu governo. Mas, apesar da demonstração naval que, como repetido castigo daquela aventura da Illyria, o obrigara á destruição da sua própria frota, no ano de 205 (quando os romanos tinham, por outro lado, começado a explorar contra êle o ódio da *Liga Achaia*, cujo chefe—Aratus—imolara, e a atizar o resentimento dos *Aetolios*, antigos vencidos da Macedónia) — Philippe daria ainda novos pretextos e motivos a mais vivas represálias da Republica latina, erigida agora em *protectora* da Grécia.

Realmente: manter, mesmo depois de Zama, a aliança com Hannibal — refugiado na côrte de Antiochus, o Grande; combinar-se com este para desapossarem Ptolomeu IV dos dominios que possuía na Syria, quando o monarca do Egypto era um protegido de Roma; mover guerra aberta ao rei de Pérgamus e aos habitantes de Rhodes — um e outros aliados dos romanos — era provocar conflicto decisivo, dadas as tenções do Senado. E Philippe não se tolhera de o fazer, negando-se a acatar o *ultimatum* de Roma para que desistisse dessas emprêsas.

D'aí a colisão grave. A batalha das Cynoscephalas, onde ficariam provadas as vantagens da *legião* sobre a *phalange*, resultaria para Philippe uma completa derrota, habilmente explorada pelo victorioso consul Flaminius, que proclamava logo, nos *Jogos Isthmicos*, a liberdade da Grécia, entre as aclamações dos próprios gregos — cegos ao reservado intuito de tal proclamação (197 a. C.)

Não desistiria ainda assim Philippe dos seus intentos de resurgimento e grandêsa,

embora as condições da paz, assentes por Flamínius, lhe tivessem custado: a) a renúncia á posse de territórios na Grécia e a quaisquer alianças com cidades deste país; b) a destruição da nova frota macedónica; c) o encargo dum enorme tributo; d) a obediência ás decisões do Senado.

Surpreendê-lo-hia a morte no meio de novos preparativos de guerra. Mas tocaria a seu filho natural, Perseu — que o levava a imolar o herdeiro legítimo — a sorte de investir com as legiões de Roma.

Tendo-se aparelhado para a luta durante alguns anos, e combatido os romanos desde 171, Perseu seria contudo desbaratado de vez na acção de Pydna (a moderna *Kitros*, junto do golfo de Salónica) pelas forças aguerridas do Consul L. Aemílius Paulus, num dia de Junho de 168 antes de Christo. Entraria em Roma como despôjo vivo, ornando o cortejo magnifico do vencedor (cognominado agora o *Macedónico*) — um dos mais deslumbrantes entre os memorados triunfos de victória. E enquanto se consumissem no captivo de Alba os dias do seu último rei — a Macedónia conheceria os rigores da administração de Roma.

Até que, vinte anos depois da batalha de Pydna — dominada certa revolta, que as violências dos administradores romanos haviam provocado da parte dos vencidos — contasse como mais uma província da poderosa República do Lácio (148 a. C.).

— <sup>14</sup> A designação de Syria cabia, no seu sentido vasto — não apenas ao país originariamente conhecido sob o nome de Aram, e situado a norte e nordeste da Palestina — mas a toda a região limitada: pelo Tigre, a leste, pelo Mediterrâneo a occidente, ao sul pelo deserto arábico, ao norte pelas montanhas da Arménia, e habitada por povos de raça semítica, a mesma dos Hebreus.

Depois de haver estado dividida em reinos maiores ou menores durante as eras dos reis hebreus, e de ter sido successivamente incorporada nos impérios da Assyria, da Babilónia, da Pérsia e da Macedónia, a Syria constituiria larga parte dum forte e vasto imperio novo sob aquêlê Seleucus Nicator, antigo comandante da cavalaria de Alexandre, que — devendo a realza á victoria do Ipsus (povoação da Phrygia), ganha sobre alguns dos seus rivaes (301 a. C.) — lograra fundar dinastia própria.

Era governada, no tempo de Filipe v da Macedónia, pelo sexto monarca dessa dinastia, o seleucida Antíochus III — o *Grande* (222 a 187 a. C.).

Nutrido a idéa ambiciosa de imitar e igualar o victorioso fundador — Antíochus III tentaria tambem arredondar um novo império *alexandrino*, levando as suas armas até os limites orientaes atingidos por Seleuco I — até quasi ás fronteiras da India misteriosa (212-205). Não o conseguiria, porem, apesar das victórias alcançadas na Parthia e na Bactriana. Retomaria, todavia (198), a Palestina e a Coele Syria (Syria do Sul), que Ptolomeu IV lhe conquistara para o Egypto com a victoria de Raphia (217); e chegaria a dominar terrenos do próprio solo europeu — a Chersonesus da Thrácia (hoje península de *Gallipoli*). A essas relativas fortunas succederiam, contudo, dentro de poucos anos, amargas e seguidas desgraças, que teriam por termo uma morte trágica.

Não cessava Hannibal, que êle acolhêra, de o instigar e animar contra os romanos, dia a dia, hora a hora, deixando-lhe antever a provavel glória de bater os guerreiros do Tibre, de travar o destino próspero da tenaz e dura gente latina. E dava-lhe o plano: o levantamento da Macedónia, Grécia, Itália, conjugado com uma insurreição a provocar na península ibérica e com uma nova guerra *púnica* a suscitar.

Falhariá o vasto e habil plano; mas o vencido de Zama levava emfim Antiochus a intervir na vida da Grécia com o intuito de ferir ali o predomínio de Roma.

Para mais — essa intervenção do Seleucida viria a ser solicitada pelos directos interessados.

Rompendo a aliança em que, como rivais dos *Achaivos*, se haviam unido a Roma para combatêrem a Liga destes, entendidos com Philipe — os *Aetólios* iriam de facto entrar, por sua vez, num movimento de insurreição contra o pesado patrocínio romano; mas, receosos dos temiveis latinos, não se lançariam na empreza desajudados; e Antíochus o Grande seria o auxiliar escolhido e chamado por êles á própria terra da Grécia.

Desrespeitando a intimação do Senado para que se não movêsse — o monarca Syrio corre ao apêlo dos *Aetólios*. Cruza da Ásia para a Grécia, rompe nas fronteiras da Thessália, Lócrida e Dórida, encontrando-se com a legião romana do consul Acilius Glabrio (191 a. C.) no desfiladeiro das *Thermópilas* (hoje *Lyscostomos* ou *Boca de lobo*) — já célebre desde as *guerras médicas* pela heroica resistência de Leónidas e dos seus 300 spartanos contra o exército dos Persas (480 a. C.)

Mas, em lugar da victória profetizada por Hannibal, Antíochus sofre ali grave derrota, vendo-se forçado a tornar-se á Asia menor, onde Lucio Scipião, irmão do *Prí-*

peiro Africano e auxiliado por este, o destroça de vez na batalha brava de Magnésia do pipyio (190) — batalha cujo resultado representaria para o Syrio (188) a perda de toda a Ásia menor a noroeste da cordilheira do Taurus, a aceitação do *protectorado* de Roma; a cecilia, ao vencedor, dos seus elefantes e navios de guerra; a entrega de Hannibal (que conseguiria fugir) e de outros estrangeiros refugiados na sua cõrte, assim como a de alguns refens, devendo ir, entre outros, o próprio filho do vencido; finalmente: o encargo um tributo esmagador (duns 15 mil talentos: quasi 16 mil contos).

Não chegaria Antiochus a pagar esse tributo.

Tentando, para ajuntar com que o satisfizesse, diz a tradição, o assalto do rico templo de Elymais, na Pérsia, trucidando os habitantes da cidade, excitados á vista de tal roubo sacrilego (186 a. C.)

E Hannibal, refugiado então na cõrte de Prúsias da Bithynia, ia sobreviver-lhe apenas uns três anos. Traído por este rei, servo humilde da vontade do Senado, o Carthaginês envenenava-se a tempo de não cair nas mãos dos antigos inimigos.

— A contar da data de 186, a família dos Seleucidas não daria maiores cuidados ao governo de Roma.

Envolvida em guerras com visinhos e em discórdias civis, só logrará assinalar-se ainda pela perseguição movida aos Judeus: a) Saque do templo de Jerusalem (Seleucus IV — 186 a 174 a. C.); b) lucta contra os Machabeus (Antiochus IV — 174 a 164; Antiochus V — 163 a 162; e Demétrius I — 162 a 149).

E, de de todo enfraquecido por novas discórdias intestinas e pelas lutas externas, através os reinados de mais uns quatorze monarcas (contando membros da dinastia e usurpadores) — o reino da Syria viria a ser conquistado por Tigranes III da Arménia (entre 83 e 70 a. C.), arrancado ao rei arménio pelo consul L. Lucullus, a favor do Seleucida Antiochus XIII em 69 e, finalmente, tomado a este por Pompeu, e convertido em *Provincia romana* (64 a. C.).

Falhariã, tambem, por fim, a tentativa feita ainda pela Macedónia para unir os gregos e o Oriente contra o crescente e avassalante poder de Roma; pois a victória de Pydna (168 a. C.) assegurava aos romanos a posse próxima dos territórios gregos; e não tardaria muitos anos que o último exército Achaio fosse batido no Isthmo pelo consul L. Mummius, que este tomasse e arrasasse Corintho, e que a Grécia ficasse convertida em domínio do Senado sob a designação de *Provincia da Achaia*, (146 a. C.)

— <sup>15</sup> *Cynoscephalae* — i. é: « Cabêças de cão », dois montes da Thessália — local onde o consul T. Q. Flaminius bateu Philippe V da Macedónia, no ano de 197 a. C.

— <sup>16</sup> Nascêra Hannibal em Carthago, no ano de 247 antes de Christo. Era filho de Hamilcar Barca — general Carthaginês, que dera trabalhos aos romanos na Sicilia, durante a primeira *guerra púnica* e que, após esta guerra, funesta para Carthago (241 a. C.), se assinalou pela severa repressão dos *Mercenários* (240-238) e pela conquista duma grande parte do sudoeste da península ibérica (238-229). [Ler *Salammbô*, de G. Flaubert, com o apêndice, na edição definitiva. B. Charpentier — Paris, 1901].

Tendo apenas nove anos de idade, Hannibal havia jurado ante os deuses — por intimação do pae, que êle acompanhava na expedição da Ibéria — um ódio vivo, eterno á gente e ao governo de Roma. Cumpriria o juramento.

Ficando, aos 26 anos, general chefe do exército púnico da Hespanha, por motivo da morte de Hasdrubal (o fundador de Carthagenã) — genro de Hamilcar, e que deste herdára já o comando desse exército (229) — Hannibal submete, com duas campanhas, a região ao sul do rio Iberus (*Ebro*) e põe cêrco á forte cidade de Saguntum (219).

Estava esta cidade abaixo da linha limite do Ebro, fixada no tratado feito em 228 entre Hasdrubal e os delegados romanos. Mas como os seus habitantes eram agora aliados de Roma — o Senado exigia a entrega do Carthaginês, a título de satisfação.

A recusa a tal exigência abria a *segunda guerra púnica*, que ia dar ao moço general de Carthago largo ensejo para pôr em relevo as suas altas qualidades de acção, a energia do seu ânimo valoroso, e o seu raro génio militar — digno dum melhor fim.

Preferindo invadir o próprio território dos inimigos a esperá-los no chão dessa Hespanha onde em grande parte dominava — concebe e realiza o plano ousado da marcha sobre a Itália (218).

Galga os Pyreneus, corta através da Gallia, e transpõe a cordilheira dos Alpes (abrindo a longa série histórica das travessias alpinas, em que ha a registrar, depois desta: as dos Carlovíngios Pepino o Breve e Carlos Magno (sec. 8.º de C.); as dos exércitos franceses de Carlos VIII (s. 15.), de Luís XII, Francisco I e Henrique II (s. 16.º), de Luís XIII e Luís XIV (s. 17.º), de Luís XV (s. 18.º); finalmente, a de Bonaparte, neste último século, em 1796.)

Uma vez na Gallia Cisalpina — Hannibal vencerá P. C. Scipião (pae do *Primeiro Africano*) em dois recontros successivos, junto do rio Ticino e junto do rio Trébia. Tendo invernado nessa região, entre as tribus gaulezas, atravessa a Etrúria, logo á entrada do ano de 217, avançando a combater contra os corpos de *Urbs*, e sofrendo nos pântanos do Arno um violento ataque de oftalmia, de que lhe resulta perder a vista dum dos olhos. Nada o detêm. O combate travado á beira do Lago Trasimenus (hoje *Lago di Perúgia*) valer-lhe-ha nova victória, á custa da legião do consul C. Flamínius — morto na acção.

Proseguindo, mêses, na marcha para o sul, apesar das habeis investidas de imprevido do dictador Fabius Maximus — *Cunctator* — oferecerá emfim aos romanos uma grande *batalha campal*: a de Cannes (216) — batalha em que, com a sua adestrada cavalaria e graças ao favor do plano escolhido, logrará romper e dispersar as legiões numerosas dos consules C. Terentius Varro e L. Aemilius Paulus (pae do futuro vencedor de Pydna), desbastar nelas muitos dos mais illustres filhos da *Urbs*, e animar d'aí a revolta, contra o governo do Senado, dos povos da Itália Meridional.

A contar de Cannes, porém — e não obstante o seu génio, algumas victórias alcançadas, e essa agitação provocada nos povos em tórno — começaria a rodar contra êle a sorte da vasta campanha, devido sobretudo á tática do inimigo, refeito, que não lhe dava occasião para novas batalhas campaes, e passaria a assediá-lo em pontos diferentes, cortando-lhe as marchas, obrigando-o a dividir forças.

Era agora, pelo seu lado, obrigado a ganhar tempo — á espera de que o irmão, Hasdrubal (homónimo do cunhado morto em 221) viesse, através da Gallia, transpôr tambem os Alpes, e surgisse, em seu auxilio, ao norte da Itália. E nisto andaria até 207 — ano em que aquêle apparecia na Cisalpina e descia á Umbria, onde, rente ao curso do Metaurus, seria, contudo, vencido e degolado — sob os olhos dos consules vencedores C. Claudius Nero e M. Lívius Salinator.

Abandonaria então Hannibal toda a ideia de quaesquer operações offensivas; e a custo conseguia manter-se acantonado com as suas forças nas montanhas do Bruttium, desde 207 até 203.

Demandava a Africa neste ano para, no seguinte, sofrer a decisiva e fatal derrota de Zama; sendo forçado, corridos poucos mais, a refugiar-se, como vimos, á sombra de Antiochus da Syria; e, por último, a tomar o veneno quando visse que o fraco rei da Bithynia, a cuja côrte passara, ia entregá-lo ao delegado do Senado romano (183 a. C.)

— 17 Assim chamados porque se realizavam no *Isthmo de Corintho*, hoje cortado por um canal.

Datavam de tempos imemoriais, e eram celebrados em louvor de Poseidon (o Neptuno dos romanos) — a principio de quatro em quatro, depois de cinco em cinco anos. Atraiam mós de gente de toda a Grécia e da Ásia menor. Representavam, por excelência, os jogos da raça jónia; constavam de corridas, saltos, lutas, lanço de dardos, arremêço de discos, etc., e terminavam pela entrega de uma *palma verde* aos vencedores.

Celebrava a gente grega, além dos *Isthmicos*, mais três jogos solenes: os *Olympicos*, os *Nemeus* e os *Pythicos*.

Constituíam os primeiros — disputados no campo de Olympia (Élida) em honra de Zeus e dos outros deuses — uma das mais antigas festividades e o mais notavel dos concursos gýmnicos dos Hellenos; e se os de Corintho representavam, sobretudo, os jogos da raça jónia, nos *Olympicos* predominava, pelo menos a principio, a influência dos elementos dóricos. Tendo começado por congregar apenas três ou quatro povos do Peloponnesus — os de origem dórica, os habitantes da Arcádia e os da Élida — passariam a ser concorridos da Hellade inteira desde os meados do século 7.º antes de Christo, e não tardaria muito que ali se encontrassem romagens e deputações de todo o mundo grego: das Cyclades, da Ásia-Menor, da Grecia-Magna, da Sicilia.

De puro certamen dórico, converter-se-hiam, assim, numa verdadeira solenidade *pan-hellénica*.

Como, a contar já dos seus primeiros tempos, tinham por objecto, não só honrar os deuses mas tambem fortalecer e sancionar a aliança dos diversos povos do Peloponnesus, logo a sua celebração implicara (embora as cerimónias e exercícos não durassem alem duma semana) a necessidade, reconhecida, dum período de *tréguas* geraes, dum período em que se suspendêsem as hostilidades e guerras levantadas entre esses povos; beneficio de que utilisariam, successivamente, toda a Grécia e todos os povos gregos, como fazendo parte dessa ampliada *confraria* Olympica.

Tão respeitada seria a *Trégua* deste modo instituída, que a divinizariam gravando-lhe o texto das condições sobre um disco suspenso no templo de Hera, cerca do *estádio*.

anunciavam-na os arautos, pela Élide e países visinhos, mal se aproximava o mês sagrado dos jogos.

A data dos *Jogos Olympicos* era, desde o ano de 776 a. C., o ponto cronológico de partida na contagem das eras oficiais dos gregos. Contariam o tempo por *olympiadas* — é: pelos intervalos de quatro anos mantidos de celebração para celebração.

Não constavam, no começo, de todos os variados exercícios e passos que mais tarde se haviam de compôr.

Meros desafios de curta *corrida a pé*, ao instituírem-se, compreenderiam além disso, dentro em pouco, o *duplo estádio*, a disputa de *longo curso*; e, logo, a *luta* — exercício capital.

Completariam ainda dentro do 8.º s. a. C. o grupo de cinco exercícios denominado *Pentathle*, composto de: *corridas, saltos, luta, lanço do dardo, e arremço do disco*; grupo que podemos considerar, cronologicamente, a série primitiva ou *heroica*.

O século 7.º traria o *pugilato* que, combinado com os cinco exercícios anteriores, formaria o *Panocrácio*; segunda série, já *histórica*.

A aparição de cavalos nas arenas e nos campos de certamen durante esse mesmo século 7.º enriqueceria os jogos de Olympia com mais dois números: *corridas de cavaleiros e corridas de carros — bigas ou quadrigas*, conforme lhes atrelavam dois ou quatro cavalos. Marcaria, esta inovação, a terceira série.

Finalmente — os *combates simulados*, em que entravam homens revestidos de armaduras, montados ou conduzidos sobre *bigas*, formariam a *quarta* e última das *séries Olympicas*.

Em razão do seu objecto e character sagrado, os Jogos de Olympia eram sempre iniciados por um conjunto de solenidades graves, procissões, sacrificios aos deuses, etc., na presença dos embaixadores religiosos dos diversos estados gregos, e sob a vigilância e direcção de magistrados especiais — os *Hellanódices*, a quem cumpria, com regularidade, as cerimoniaes: conceder ou recusar a liça aos que vinham ou não devidamente preparados pelos dez meses de *treno*; evitar ou punir toda e qualquer fraude; emfim, proclamar os vencedores, e entregar-lhes o prémio da victória: a *coroa de oliveira*.

Succederia, por vezes, que as provas de destreza e vigor, que a beleza e garbo físico dos contendores victoriosos merecessem ainda maior consagração: levantavam-lhes estátuas no *altis* — alameda paralela ao *estádio*; tendo, no entanto, o cuidado de não exceder nelas as proporções normais do corpo humano, em homenagem prudente ás dos deuses ali erguidas.

Quasi competiam com os de Olympia os *Jogos Pythicos* — celebrados, estes, em Crissa, na Phócida, perto do oráculo de Apollo Delphico.

Remontariam á época em que o novo culto viera sobrepôr-se a um primitivo culto naturalista, simbolizado depois na serpente vencida pelo môço deus. Mas a sua cronologia regular, por ciclos de cinco anos (intervalo duma a outra reunião) datava apenas do começo do 6.º século a. C.

Como os estados do *Conselho Amphictyónico* (cujo principal centro era Delphos) tinham obrigação de se fazer representar nestes jogos, concorriam ali numerosas embaixadas sagradas — *theorias* — provenientes de todos aqueles estados. Devido a tal concurso, á opulencia dos cortejos desdobrados, á magnitude e pompa das cerimoniaes e dos sacrificios, os *Jogos Pythicos* revestiam, realmente, um character imponente, e impressionavam a fundo os crentes do famoso oráculo, que eram, pode dizer-se, todos os gregos lídimos.

Constava o certamen de exercícios semelhantes aos de Olympia. A coroa do vencedor era, porém, entretecida de ramos e folhas de louros, que haviam de ser colhidos em condições sabidas, segundo um preceito especial e conforme um rito fixo. Só serviam os que fossem cortados de determinado loureiro, sagrado, do vale de Tempé (Thessália), por um pequeno com os paes vivos; e durante essa colheita modularia um tocador de flauta certo canto, apropriado tambem, e de tradição nesse acto religiosamente cumprido.

Tiravam o nome do Vale de Nemêa, na Argólida, os *Jogos Nemêos* — comparaveis, nos exercícios, aos restantes, e realizados de três em três anos sob a invocação de *Heraclês* (o Hercules dos romanos), como a consagrar a victória do semi-deus sobre um monstro local: o formidável leão cujo estrangulamento conta á cabeça do rol dos seus doze trabalhos. O vencedor da disputa recebia uma coroa de aipo.

Não tinham, contudo, a importância dos outros três jogos, e, como solenidade de character geral, datavam sómente dos tempos da primeira *guerra púnica*.

Mas observavam-se aqui, do mesmo modo que nos três primeiros, muito rigorosas medidas de vigilância — para ninguém ferir os privilégios da raça, para se evitar a menor

derogação dos preceitos e usos mantidos pelos povos gregos nessas quatro solenidades, onde concorria o melhor da Hellade. Além doutras medidas, impunham-se por fundamentais: a absoluta exclusão, dentre os espectadores mesmo, de todo e qualquer estrangeiro, i. é — dos que não fossem gregos de lei, dos bárbaros, emfim; e a exclusão das mulheres, pois lhes proibiam os costumes a assistência a taes festividades. Incorreria nas mais severas penas quem taes preceitos ousasse violar.

— <sup>18</sup> A palavra Asia podia designar, na antiguidade, duas regiões diferentes: *Asia Trans-Euphrática* e *Asia Eis-Euphrática* — ou *Asia Maior* e *Asia Menor*, cuja divisória, geralmente aceita, seria uma linha que, descendo do curso inferior do Tanais (r. Don), através o Pontus Euxinus (*Mar Negro*), fosse dar a Trapezus (*Trebisonda*) no reino do Ponto, e cortasse daqui para sul — até o Golfo de Issus, no Mediterrâneo Oriental.

Chamavam os antigos *Asia Maior* a região que ficava a leste dessa linha, e que compreendia: a Sarmática Asiática (*Tartária*), com os países dos Scythas a nordeste do Caspio; e a Cólchida, a Ibéria e a Albânia Caucásicas; as Arménias, a Syria, a Arabia, a Babylonia, a Mesopotâmia, a Assyria, a Média, a Susiana, a Parthia, a Pérsia, a Asia, a Carmânia, a Hyrcânia, a Gedrosia, a Margiana, a Bactriana, a Sogdiana, a Índia, as vagas regiões da Sérica (noroeste da China), e da India extra-Gangem.

Denominavam *Asia Menor* a península occidental, que partia dessa linha divisória e tinha por limites: a nascente, a região do curso superior do Euphrates; a norte, o P. Euxinus (*Mar Negro*); a oeste o Mar Aegeu; a sul o Mediterrâneo.

Compunha-se: a occidente dos estados da Mysia, Lydia e Cária; na parte meridional — dos da Lycia, Pamphylia e Cilicia; a norte dos da Bithynia, Paphlagonia; a nordeste do Pontus; a nascente, da Arménia Minor; no centro dos da Phrygia, Pisidia, Galatia, Lycaonia e Cappadócia. — Houve ainda outra designação, a de *Asia própria*, correspondente á provincia romana, que englobaria, afinal, toda a *Asia menor* e parte da *Maior*.

— <sup>19</sup> Thrácia. Limitada: a norte, pela cordilheira do Hemus (*Balkan*), que a separava da Moesia inferior (*Bulgária*); a nascente, pelo P. Euxinus (*Mar Negro*); a sudeste, pelo Bosporus Thracicus (*Bósphoro*); a sul pela Propontis (*Mar de Mármara*) pelo Hellespontus (*Estreito de Dardanelos*) e o Mar Aegeu; a poente pelo rio Nestus (*Nesto*), que formava a sua fronteira com a Macedónia.

Habitada talvez pelos Pelasgos em tempos primitivos — a Thrácia era o berço de grande número de lendas e mytos gregos. De lá tinham vindo, segundo a tradição poética, Linus e Orpheu, Museu e Thamyris. Fôra dominada pelos Persas no 5.º s. a. C., e pela Macedónia na época de Philippe e de Alexandre. Floresceria com Lysímaco após a primeira divisão do império alexandrino, mas ficaria de novo sujeita á Macedónia — até que, depois de várias partilhas e vicissitudes, viesse, já na era imperial (46 de C.), a cair sob o poder do Senado romano.

— <sup>20</sup> Vide nota n.º 15.

— <sup>21</sup> Chamadas também *Pylae* — as portas: estreita passagem da Thessália para a Lócrida, á beira do Maliacus Sinus (*Golfo de Zeitoun*).

— <sup>22</sup> Guerras assim designadas do nome dos *Médos* — povo preponderante em toda a Média até ao tempo de Cyrus o Antigo, fundador do império persa (538 a. C.), que dominou e absorveu o daquêles. Fôram três as *guerras médicas*, successivamente movidas contra a Grécia pelos reis da Pérsia *Darius*, *Xerxes* e *Artaxerxes* — e originadas no facto das cidades de Athenas e de Erétria enviarem socórros ás colonias gregas da Asia-Menor, revoltadas contra Darius.

1.ª (492-490) — Successos mais notaveis desta guerra; em 492: o naufrágio da frota de Mardónius, general dos persas, á vista do Monte Athos, e o destrôço do seu exército de terra pela tribu dos Brygios, da Thrácia, ao transpôr as fronteiras da Macedónia; em 490: a derrota dos persas em Marathona, pelos gregos de Miltiades.

2.ª (480-479) — Principaes acontecimentos; em 480: a entrada de Xerxes, filho de Darius, nos territórios da Grécia: travessia e depredações do seu grande exército através a Thrácia, a Macedónia, o Epiro, a Thessália, a passagem das Thermópulas; destruição das cidades gregas de Thespias e de Platêas; incêndio de Athenas; brilhante victória dos gregos, sob o comando de Themistocles, na batalha naval de Salamina: em 479: novas victórias dos gregos: com Xanthippus — pae de Péricle, — no combate naval de Mycale, rente á costa sul da Jónia, com o atheniense Aristides e o spartano Pausânias na batalha terrestre de Platêas, ferida no mesmo dia de Mycale, e funesta ao persa Mardónius, nela morto.

3.ª (466-449) — Factos salientes; do ano de 466: dupla e assinalada victória alcançada no mesmo dia, sobre os persas, por Cimón, de Athenas — primeiro no mar e logo

ois em terra, perto da foz do Eurymedon (Pamphilia); do ano de 449: celebração do *estado de Cimon*, altamente vantajoso para a Grécia.

— <sup>22</sup> Egypto; país limitado: a norte, pelo Mediterrâneo; a nordeste, pela Palestina e a Arábia Petrea; a leste, pelo Mar Vermelho; a sul, pela Ethiopia — região de que separava a primeira cataracta, junto de Syene; finalmente, a oeste — pelo grande deserto da Libya.

Governado durante mais de 20 séculos por vinte e seis dinastias de Pharaós; conquistado pelos persas em 525 a. C., e deles dominado até 332, data da invasão de Alexandre Magno, fundador de Alexandria — o Egypto constituiria, a partir d'aí, com esta cidade por capital, o reino dos Lágides ou Ptolomeus, como uma das potências nascidas da definitiva divisão do Império alexandrino.

Contaria, a começar em Ptolomeu I — Soter — (filho carnal de Philippe II da Macedónia e de Arsinoë — sua amante e mulher de Lagus) *treze* monarcas desta dinastia grega — ao mencionando as princezas, associadas, algumas, ao governo dos irmãos); e seria anexada a província romana em 30 a. C., devido á victoria de Octaviano sobre Marco António e Cléopatra, a esposa — irmã de Ptolomeu XIII, já por ela victimado no ano de 43.

Ha quem todavia conte, não 13, mas 14 Ptolomeus — dando o décimo quarto e último da série ao môço Cesarion, nascido em 47 a. C. dos amores de Cesar e dessa fascinadora Cléopatra, e assassinado em 30, por ordem de Octaviano.

— <sup>24</sup> Noricum: província do sul do Danúbio. Corresponhia, mais ou menos, á maior extensão da Styria e da Carinthia e a uma parte da Baviera e de Salzburgo. Confrontava: a norte, pela linha daquêle rio, com a vasta Germânia; a nascente, com a Pannónia; a sul, ainda com territórios da Pannónia e com a região nordeste da Gallia Cisalpina (onde seria a Venetia); a noroeste com a Vindelicia; a poente, com a Rhaetia.

— <sup>25</sup> Rhaetia: outra província romana a sul do Danúbio, e limitada: a occidente pela Helvetia (actual *Suissa* em parte); a oriente, pelo Noricum; ao sul, pela região septentrional da Gallia Cisalpina; ao norte, pela Vindelicia. Corresponhia aos Grisões e á maior porção do Tyrol.

A Vindelicia, agregada á Rhaetia pelos fins do 1.º século de Christo, viria a ser mais tarde — quando essa província se dividisse em *Rhaetia prima* e *Rhaetia secunda* — o território desta última divisão. É a parte oriental da Suissa, o sudoeste de Baden, o sul do Wurtemberg e da Baviera e o norte do Tyrol. Ficava, a Vindelicia, assim limitada: ao norte, pelo Danúbio, sua linha de demarcação com a Germânia; a occidente, pelos Helvécios, a sul pela região da *Rhaetia prima*; a oriente pelo rio Aenus (*Inn*) que separava do Noricum.

— <sup>26</sup> Parmonia: província romana que bordavam: a nascente e a norte — a linha do Danúbio; a sul a região do Illyricum; a poente o Noricum e a cadeia dos Alpes Julianos, limite oriental da Venetia e da Histria.

— <sup>27</sup> Dácia: região demarcada pelo rio Tybiscus (a *Theiss*) e o Danubio a occidente e sul pelo Mar Negro e o Dniester a oriente; a nordeste por este rio e os Montes Karpathos; correspondente aproximadamente á Hungria, România e Transilvânia.

Coimbra, 1914.

MANUEL DA SILVA GAIO.

## O tradicionalismo historico na educação popular

---

A propaganda do culto da tradição historica e artistica em Portugal tem sido, é certo, não só pouco intensa, como até mesmo fortemente contrariada pelos preconceitos dos fanatismos politicos e pelo fanatismo, inda mais temível, da obsecção e do ignorantismo. Poucos sectarios deste especial ramo de propaganda popular civilizadora se podem apontar, não devendo esquecer-se, dentro desse limitado grupo, os patrioticos vulgarizadores da historia nacional, Pinheiro Chagas, Oliveira Martins e poucos mais. A propaganda erudita pelo livro, pela revista, pela investigação nos arquivos, com jubilo o podemos afirmar, essa tem sido feita em Portugal e Espanha, em larga escala, por escritores, por academias e por sociedades scientificas, afirmando-se bem alto a elevada orientação do grupo mais selecto da mentalidade peninsular.

Intimamente relacionada já e de ha muito, com os estudos brasileiros dos géneres, esta corrente de investigação e elaboração da História Patria, nos seus multiplos aspectos, esta corrente de Estudos Historicos portuguezes carece contudo de ligar-se mais estreitamente com a corrente de estudos das Academias e escritores da Espanha, bem como com a de todos os centros intellectuaes das civilizações ibero-americanas do novo continente.

Convidado por amavel e imerecida distincção<sup>1</sup> pelos organizadores do projectado *Primeiro Congresso Ibero-Americano de Historia e Sciencias Auxiliares* que, em 1915, se pretendia reunir em Lisboa, a relatar a tése sobre a importancia do *Tradicionalismo historico na educação popular*<sup>2</sup>, impulsionou-me a aceitar o encargo, se bem que convicto de não poder desempenhar-me d'ele com a amplitude e competencia que tanto desejaria ter, para lhe imprimir alguma autoridade e valor, unicamente o desejo de testemunhar á Commissão a minha boa vontade de corresponder, o mais devotadamente, que me fôr possivel, á confiança de algumas das Sociedades e Academias portuguezas e americanas, que, tão gentilmente para mim, tem inscrito o meu nome entre os dos seus prestimosos illustres socios honorarios e correspondentes.

Acolhido na Colombia pela *Academia Nacional de Historia* (1906) e pela *Universidad Hispano-Americana* (1909) de Bogotá, — no Chile pelo *Ateneo* e pelo *Circulo de Periodistas* (1910) de Santiago; no Brasil pelo *Instituto Historico Geographico* do Rio de Janeiro (1903), pelo *Instituto historico e Gabinete Portuguez de leitura* de Pernambuco (1910), eu julguei indeclinavel o convite que me era dirigido para cooperar, quanto em minhas forças coubesse, neste Congresso, que se destinava a unificar os esforços pela constituição da historia dos povos e civilizações de origem Ibero-Americana, conjugando e aliando,

---

<sup>1</sup> Officio-circular n.º 18, de 15 de fevereiro de 1914.

<sup>2</sup> Tése 7.ª da 1.ª secção, segundo o plano publicado no n.º 7 da *Revista de Historia*

teresse supremo da Sciencia e do Progresso das nacionalidades que consti-  
em este imenso grupo, todos os elementos que a tradição étnica, literaria,  
storica, artistica, etnografica, industrial e comercial possa fornecer para o  
evado fim scientifico que a *Sociedade Portuguesa dos Estudos Historicos*, tão  
bia e dedicadamente entendeu promover, elaborando e propondo as téses que,  
em de constituirem — « um inquerito á cultura portugûesa no dominio das  
ciencias historicas » — contribuíssem igualmente para — « reclamar para o nosso  
z alguma atenção de simpatia e apreço e para o estreitamento das relações inte-  
ctuaes dos paizes ibericos e dos continuadores da sua obra civilizadora — os  
zaes latino-americanos ».

E falar do *Tradicionalismo historico* no momento presente, será, segundo  
senso, e segundo o crêem tambem os iniciadores deste Congresso, uma iniciativa  
uvavel, de elevado alcance, não puramente nacional, mas tambem internacional,  
rrespondendo por completo aos propositos que acabamos de repetir.

Desde os tempos mais remotos da especie humana, desde que o homem  
aventou a escrita e aprendeu a ler, mesmo até antes de tão maravilhosos des-  
obrimentos, os contos e as lendas, isto é, as visões mais ou menos romantizadas  
os tempos idos, fôram o encanto dos velhos e o enlevo dos moços. As rapsodias  
mericas, o cantico dos profetas, as canções dos bardos e dos druidas eram as  
ozes com que a *Tradição* evocava, nas antigas eras da vida da humanidade, o  
entimento profundo das mais altas e nobres virtudes cívicas. Em cada individuo  
essas eras, o *Tradicionalismo* actuava como um superior estímulo para que êle  
uscasse, em todos os actos da vida, imitar e seguir o exemplo dos heroes.

E, assim, a tradição constitue desde os seus primeiros inicios o élo precioso  
sagrado que liga umas ás outras as gerações sucessivas. E' ela que tece o  
redo desse grandioso drama que vai desenrolando-se lentamente no grande  
ablado dos continentes e dos mares, e no qual, através do prisma da Historia,  
ós vemos desfilar deante de nós as cidades, as nações, os imperios, os povos  
as edades que passaram.

A narrativa, qual hoje nós outros homens civilizados a conhecemos, mais  
u menos critica, mais ou menos literaria, desses acontecimentos é a *Historia*, que,  
elas suas belas paginas, tanto nos cativa, incitando os leitores, ainda os menos  
studiosos, á curiosidade do passado.

Diziam os antigos, quando as sciencias historicas não haviam atingido a  
ua moderna fase positivista, que era a *Historia* a conselheira dos povos e dos  
rincipes, porque ensinava com a lição do passado a norma e procedimento do  
uturo.

Esta asserção, puramente romantica, não pode hoje ser tida por scientifi-  
camente verdadeira, porquanto nas sociedades humanas ha a contar com um  
fenomeno reconhecido pela filosofia hodierna sob o nome de *Evolução*, que é a  
uz e verdadeiro fanal dos acontecimentos historicos. No campo puramente biolo-  
gico, o individuo e a especie têm tambem a sua evolução, subordinada aos feno-  
menos do nascimento, do crescimento e da morte. No campo sociologico a soli-  
diedade dos individuos com as nações e das nações com a Humanidade, modi-  
fica-se e subordina-se á acção inflexivel da *evolução sociologica*, que é resultante  
das faculdades psíquicas do homem e provém da possibilidade que têm as socie-  
dades humanas de crear cousas que podem e devem ser ensinadas.

Este ensino, pela palavra, pelo livro, pela arte, pelo monumento, pelo edi-  
ficio, pela legenda, é que constitue a base essencial da *Tradição*.

No individuo humano, o fenomeno mais elevado da sua vida moral é o da *Consciencia*; no organismo social, segundo as doutrinas positivistas de Comte e de Littré, encontra-se um fenomeno correspondentemente superior da vida colectiva. Este fenomeno concretisa-se na noção de *Nacionalidade*, no espirito do *Patriotismo*, que não é mais do que a consciencia de um povo agregado em nação. E tão solidos fundamentos naturaes, tão profundas raizes, que vão até ao intimo biologico, tem esse espirito, essa consciencia social, vinculados pela origem étnica, que, em exemplos notaveis da história, ainda mesmo depois de desmembrado por violencias extranhas o agrupamento politico dessas nacionalidades após a perda da sua autonomia e a dispersão dos elementos que as constituíam o sentimento persiste inalteravel e vivido. Tal é o caso, bem nosso conhecido do povo judaico, ligado ainda hoje em todo o mundo, por onde vive esparso, pela tradição étnica, pela tradição glotica, pela tradição mitica.

Pois o fundamento, a base essencial, primordial e capital desse sentimento da consciencia colectiva das *nacionalidades* é a *Tradição* nos seus multiplices e variados elementos.

E se nada ha de novo para a sciencia em repetir estas afirmações que ella hoje apregôa em todas as suas escolas e divulga em todos os seus livros, nem por isso é menos grato recordar neste momento, genésico de futuras acções directas de propaganda util e pratica, as bases e fundamentos das propostas e dos votos que esse Congresso poderia emitir.

Recordemos pois que nas mais longinquas e remotas eras da Humanidade, nessas tenebrosas, mas já hoje não de todo misteriosas edades da Prehistoria e da Protohistoria, a *Tradição* se cifra apenas no conhecimento utilitario da Natureza ambiente, na conquista das primeiras descobertas do fogo, da habitação, do tecido, do armamento, da caça e da pesca; depois cria-se a familia, a vida agricola, a vida pastoril, a tribu, a cidade, a nação, as leis, os mitos religiosos, as lendas, as rapsodias dos heroes. Porfim a intellectualidade cresce — surgem belas e ainda indecisas, a Arte — a Poesia — a Literatura. Criam-se modelos, escolas; sobrevem porfim a Sciencia. Forma-se um *grande fundo* comum de cousas que se transmitem de pais a filhos, que se ensinam, que se aprendem. Este *fundo* augmentado de geração em geração pelo alento vivificante da perene acção evolutiva é o peculio precioso das *Civilizações*.

Das edades da pedra chega-se á vida selvagem, dos selvagens aos barbaros, da barbárie ás civilizações antigas, onde impera a tradição sobrenatural dos mitos religiosos; depois vem o periodo do saber metafísico e do saber pratico, as civilizações aperfeiçoam-se, desde a da Grecia e a de Roma, através do politeísmo e do monoteísmo até chegarem ao periodo revolucionario hodierno.

E qual foi o agente evolutivo que principalmente actuou nesses organismos civilizados? Como cresceram e se desenvolveram essas civilizações? Fôram sem a menor duvida, os élos do tradicionalismo que operaram essa Evolução. A raça, a lingua, o mito e a crença religiosa, todas as creações sociaes reveladoras do genio peculiar de cada povo, tais como a sua arte, as suas lendas, as suas canções, os seus feitos gloriosos, as suas epopéas nacionaes, a sua literatura, as suas industrias, o seu commercio, tudo quanto constitue emfim a sua historia, tudo isto forma o *Tradicionalismo* de uma nacionalidade e representa fundamentalmente o *abstractum* da *Alma nacional*.

No individuo o *atavismo* é a causa do aperfeiçoamento da raça. No organismo social, cujo elemento biologico é a familia, a influencia evolutiva é exercida

a corrente do *Tradicionalismo*, que é a fonte da *persistencia e recorrencia* dos costumes e dos grandes exemplos e lições dos tempos que passaram.

E' a *Tradição* seguida que constitue a *Historia*. E' ela que se concretisa na *lenda* e na *Epopéa* dos povos; é ela a fonte de todas as creações praticas e obras da humanidade; é a *Tradição* que se consubstancia numa verdadeira *memoria* das gerações extinctas perpetuando-se na memoria das gerações viventes, para servirem de educação, de estímulo e de alimento da verdade ás gerações vindouras. E desta maneira a *Tradição* é, sem a menor duvida, uma das mais poderosas forças sociaes, porquanto ela fala ao sentimento dos povos, do mesmo modo que a *Poesia*. Demonstra-nos a *Historia*, desde Tirteu até Quintana e Ugo Foscolo, quão grande tem sido a influencia da obra inspirada dos *Poetas* no destino dos Povos; tão grande que excede em poderio a força da razão e do Direito. Ontem, como hoje, e em todos os paizes, os poetas traduzem os vaticinios do futuro, e os seus patrioticos cantos são o fóco onde se concentram e acendram as paixões generosas de todos, para um concerto de acção luminosa e harmonica.

Como o canto dos bardos e como a obra dos poetas, o tradicionalismo, que participa grandemente da espontanea e natural poesia do passado, é uma enorme força civilizadora, porque fala á emotividade da alma popular, e emprega como meios determinantes a lenda e a historia, a poesia e arte. Com estas armas poderosas que arrastam e seduzem, o tradicionalismo historico consegue facilmente o espirito singelo do povo e das creanças — que são a geração de hoje e a geração de amanhã, — perpetuar a alma e o sentir das gerações extinctas. Assim, observou-o Michelet, a Patria Velha, persiste, avigora-se e revive na Nova Patria do Futuro. Da memoria e da deducção dêsse passado, tantas vezes glorioso, outras vezes cheio de desditas, gera-se a consciencia forte das novas gerações. É justamente essa tradição que dá aos povos a fé racional e positivista no porvir.

Os povos, do mesmo modo que os individuos, tiram apoio moral e energia da tradição étnica de uma raça illustre; do sentimento, da consciencia activa de serem os herdeiros e os mantenedores forçados de passadas glorias e grandezas, ou os vingadores de ultrajados brios.

Para a vitalidade e engrandecimento de uma nação ou de um grupo de nacionalidades, é cousa que muito capitalmente importa o poder contemplar para trás de si um passado glorioso. E' nêsse passado, é nessas tradições que se fundamenta nas mais solidas bases a *alma nacional*, a força da vida presente e futura. E' esse passado, que o tradicionalismo historico nos memora a todo o momento, que a sustenta, que a ampara, que a eleva aos seus proprios olhos, que a ilumina e orienta, pela visão retrospectiva tanto dos grandes revezes e desgraças, da perda da independencia, de uma dominação extranha, ou de invasões e derrotas militares, como das empresas valorosas e dos feitos e glorias de seus antepassados!

Não deve haver o receio que assalta alguns espiritos menos esclarecidos, de que o culto do tradicionalismo acarrete consigo o estacionamento da civilização, ou traga o império e permanencia dos velhos processos e a repetição das antigas formas. Não! Lá está, imanente em todas as sociedades humanas, aquela grande força geral da Natureza, a que se deu o nome de *Evolução*, e ela permanente e insuperavelmente actúa nos povos, provocando o progresso das idéas, evitando continuamente a receiada immobilização. A Humanidade não pára; não he é licito parar na senda do Progresso!

Quantas vezes, — mostra-o a *Historia* universal, — as mais amargas provas originam nos povos o retempero do caracter nacional! Delas resultam, em

geral, os maiores e os mais notaveis feitos desses povos, e portanto da tradição oral, escrita ou gravada em monumentos duradouros, de semelhantes feitos, fortalece em épocas distantes a consciencia da nação e da raça, os sentimentos da Independencia e da Liberdade, e com êles o *Genio* peculiar de cada povo.

Para ser grande, uma nação não carece de vasta extensão territorial, ou de avultado valor numerico da sua população. Bastar-lhe-ha possuir rico peculiar de tradições gloriosas nas artes, nas letras, nos costumes, na politica, na vida dos seus homens notaveis; estes são os luminosos faroes que hão de iluminar-lhe a sua carreira futura. As *Vidas dos homens illustres* de Plutarco, teem sido o evangelho e educador de muitos heroes. Nun'Alvares e tantos outros, acrisolaram o seu caracter heroico nas leituras das façanhas dos cavaleiros da Tavola Redonda. A tradição historica e lendaria é perpetrada e divulgada pela poesia. Na velha Inglaterra a lenda do bom rei Ricardo, as baladas de Robin Hood e de outros trovadores continuam-se na elevada forma literaria do teatro de Shakespeare. Em Portugal, como na França, como nos povos latinos, a tradição provém directamente dos antigos povos celtiberos, gaulezes, romanos e arabes; aqui a tradição participa de todo aquele espirito lendario e fantasioso dos povos do meio dia da grandesa tenaz dos fenicios e dos romanos. Os romanceiros medievaes perpetuam-se aqui nas narrativas cavaleirescas da Tavola Redonda, nas cronicas ingenuas de Fernão Lopes, nos poemas de Cervantes e de Camões. E no exemplo da nossa historia nacional se comprova como um peculio de fortes tradições constitue a grandesa de um pequeno povo. As nossas tradições maritimas, guerreiras artisticas e civilizadoras encheram o mundo inteiro, tornando esta minuscula nacionalidade o pioneiro audaz da Renascença pelos resultados fecundos das suas viagens e dos seus descobrimentos maritimos. Foi esta tradição de marinharia de expansão dos primeiros navegadores portuguezes e espanhoes, que gerou aquêl espirito de aventura e as conquistas e dominações ultramarinas, que levaram até aos confins do Novo Mundo o nome dos povos hispanos e das civilizações ibericas. Assim, parafraseando o que Michelet, esse poeta historiador, com tão entusiastico patriotismo escreveu ácerca da sua Patria francêsa, nós poderemos tambem dizer que foi essa grande tradição historica, filiada nos antigos sentimentos indómitos de independencia altiva e forte, que foi essa longa e poetica tradição, que nos vem de Viriato, de Afonso Henriques e de Nun'Alvares, o que nos tem dado animo e valor, com a força da consciencia nacional, e repetiremos a parafrase

— Procure-se o mais pobre, o mais miseravel e esfomeado mendigo, que julgariamos apenas entregue á dôr das suas necessidades materiaes e imperiosas e êle nos dirá, como o Velho do Restêlo, como o misero Camões, que ainda lhe resta o patrimonio de participar da gloria imensa, da lenda, da tradição sem par que pelo mundo inteiro corre. Êle, esse pobre soldado portuguez, sabe que se fôsse até aos confins da Russia, até aos mais remotos sertões da Africa, até aos extremos do Novo e do Novissimo Continente, lá acharia os écos das suas glorias passadas, do batalhão negro da Grande Legião, dos descobridores e navegadores cujo nome se vinculou desde o Lavrador, até ao estreito de Magalhães, desde Ceuta até ao Cabo Tormentorio, e á baía de Lourenço Marques, e cuja acção militar se afirmou através dos seculos desde Malaca e Calicut até aos combates de Coolela de Mojenga e Marracuene. Por toda a parte lá está a tradição heroica de nossos avós a cobrir-nos, a proteger-nos, a incitar-nos.

A educação popular carece portanto da influencia do Tradicionalismo historico, que se lhe proporciona por diversas formas, quer pela tradição oral, quer pela cronica escrita, quer pelo monumento artistico ou comemorativo, quer pela

esia, quer pelas festas e celebrações publicas, pelas grandes festas civicas, como as comemorações centenarias, em que se efectua a glorificação dos nossos heroes, por entre o reluzir das armas, que só devem brilhar á luz do sol, em actos de legitima defesa da Patria e do Lar, festas, em que as idéas de Patria e Humanidade se apresentam em toda a grandesa da Consciencia Universal.

Dentre estas formas pelas quaes o tradicionalismo historico se insufla e impera na educação popular, o livro e o monumento são as que maior influencia exercem. A tradição afirmada pelo monumento artistico, que fala a todos, tanto ignorantes como a letrados, e que fala ao sentimento de quem o vê, é sem a menor duvida a mais eloquente e perduravel. Impera no coração pela sua significação historica e enleva o sentimento pela sua estructura estética, como entre nós succede, por exemplo, e primaciaes exemplos, com o edificio gótico da Batalha, rescendendo o espirito da independencia nacional; com o claustro dos Jeronymos — *o mais belo do mundo*, diz o alemão Haupt, e onde se respira o espirito maritimo das navegações e descobertas; ou ainda com a janela da casa do capitulo de Tomar, que é, segundo a bellissima frase de Ramalho Ortigão — « a obra mais eloquente, mais convicta, mais poetica, mais entusiasticamente patriotica, mais estremecidamente portuguesa, que jámais realisou em nossa raça o talento de esculpir e de fazer cantar a pedra. » <sup>1</sup>

Um só monumento destes, uma só tradição estética e historica de semelhante valor, basta para num povo acordar o sentimento patriotico, e nêle será a mais comunicativa e expressiva nota da grandesa passada da sua nacionalidade. A obra material do passado, representativa da sua tradição artistica e historica, merece hoje em dia a atenção especial de todos os povos cultos. O monumento é por todos considerado como a mais legitima figuração altiva e perpetua do espirito, da alma nacional; é êle que vai transmitindo de geração em geração, o sentimento fundo da raça, da integridade colectiva de um povo, a acção mais perfeita e duradoura da Alma da Patria. Conservar o monumento é reviventar a Tradição, e aviventar a Tradição é manter nas grandes agremiações humanas a razão da sua existencia historica, a Consciencia dos povos. Por isso, em todas as nações modernas, a conservação e o restauro desses monumentos são objecto de especiaes cuidados. Vemos por toda essa Europa civilizada — conservarem-se como reliquias queridas — os velhos bairros historicos — teatro da vida e dos costumes das gerações extinctas, avoengas veneraveis das gerações actuais. Esses bairros são tidos presentemente como verdadeiros tesouros de familia, reliquias archeologicas das cidades, que se ufanam de os possuir e de os mostrar. Representam para nós a Tradição historica da cidade, a poesia dos seculos passados.

E esta tradição revelada aos olhos do povo é um compendio em que êle pode ler e estudar, como num livro de registo, e registo precioso, as conquistas da civilização, nos seculos que passaram, e com elas todas as forças emotivas e todas as qualidades estéticas da sua raça.

« A historia dos monumentos, é para cada povo, diz ainda Ramalho Ortigão, — a historia da sua individualidade, porque não ha monumento artistico que não traduza mais ou menos directamente a acção intelectual e politica da sociedade que o concebeu. » <sup>2</sup>

<sup>1</sup> *O Culto da Arte*, pag. 148.

<sup>2</sup> *O Culto da Arte*, pag. 153.

Passemos agora do campo das generalizações a um campo mais restricto e que neste momento particularmente prende a nossa atenção. Occupemo-nos por momentos, em especial, da influencia que a Tradição historica imprimiu nos povos da grande e vasta comunhão ibero-americana. A Historia Universal regista com o mais rasgado e merecido louvôr os altissimos serviços que os iberos desempenharam na vida da Humanidade. Emilio Castelar, aludindo a essa grandiosa missão social e historica, dizia que :

« Pela nossa posição no extremo occidente nos cumpria descobrir a America e civiliza-la. — O que a Fenicia fez na Grecia antiga, a Grecia na Sicilia e na Italia, e a Italia em todo o mundo antigo, tinhamos nós de faze-lo nos hemisferios novos, desconhecidos até que os descortinaram os nossos mareantes das suas frageis e descobridoras naus. Para estas duas obras, verdadeiramente universaes — pôr o sêlo europeu no extremo norte da Africa, em Ceuta e Tanjer, e ir descobrir o Cabo das Tormentas, deixando o sulco do nosso genio ao longo da costa Congolense e da Nigrícia, para devassar os mares umas vezes tenebrosos outras vezes igneos, que as superstições e lendas do Atlantico tornavam temerosos; para circumnavegar o planeta; para trazer os homens do porvir na terra Americana, e os homens do passado, nas Indias Orientaes, ao scenario da cultura européa; para iniciar tantos povos nos segredos da Civilização e batizalos na agua lustral da egreja, eram tão precisos os missionarios como os soldados, e uns e outros careciam da sua antiga e confortante religião. » <sup>1</sup>

O genio destes povos iberos na sua participação na grande obra da civilização moderna, desenhou-o magistralmente, como não seria facil a qualquer outro faze-lo, o brilhante e erudito Oliveira Martins, num artigo com que abriu uma bela Revista, que em 1875 se publicou em Lisboa, intitulada *Revista Occidental*.

Segui-lo-hemos um pouco nos seus formosos e eloquentes considerandos, tanto quanto o permite o sumariado desta tése.

Vem de longe, na historia, este genio dos povos ibericos; afirmado na velha tradição dos sentimentos de independencia, tão brilhantemente selado por Viriato e pelo Cid Campeador, gerou-se o espirito iberico de heroismo cantado nas suas duas capitaes feições regionalistas por Cervantes e Camões.

Genio heroico que, aqui e alem, sê rebela contra os romanos, nos Hermínios e em Numancia; que levanta o pendão do cristianismo e com energia repele o crescente mourisco da Peninsula, e não contente com esta assinalada victoria, vai ainda com D. João I e Afonso V, á frente dos *Fronteiros*, levar a Ceuta, a Arzila, a Marrocos emfim, a velha contenda entre a Cruz e o Islam.

Foi nas crenças religiosas da Edade Media que se retemperou aquêl heroismo tão peculiar e caracteristico do *genio peninsular*; e por influxo dessas crenças se fixou e perpetuou além da Edade Media, transformando-se o espirito da cavalaria andante, celebrado por Cervantes, na nova loucura épica das aventuras maritimas, que vão no seculo XVI brindar o mundo antigo com mundos novos, por meio das descobertas e navegações dos portuguezes e espanhoes — empresas tão grandiosas no valor como nos resultados, e que constituem a epopéa sublime do advento da Edade Moderna.

« Era necessario, diz Herculano, que no ultimo occidente da Europa surgisse um povo, cheio de actividade e vigor, para cuja acção fôsse insufficiente o

<sup>1</sup> *El Centenario, Prologo, 1886. 1.º vol.*

ambito da terra patria, um povo de homens de imaginação ardente, apaixonados do incognito, do misterioso, amando balouçar-se no dorso das vagas ou correr por cima delas envoltos no temporal, e cujos destinos eram conquistar para o cristianismo e para a civilização tres partes do mundo, devendo ter em recompensa unicamente a gloria. E a gloria dêle é tanto maior quanto, encerrado na estreiteza de breves limites, sumido no meio dos grandes imperios da terra, o seu nome retumbou por todo o globo.

«Pobres, fracos, humilhados, depois dos tão formosos dias de poderio e renome, que nos resta senão o passado? Lá temos os tesouros dos nossos affectos e contentamentos. Sejam as memorias da Patria, que tivemos, o anjo de Deus que nos revoque á energia social e aos santos affectos da nacionalidade. Que todos aquêles a quem o engenho e o estudo habilitam para os graves e profundos trabalhos da historia, se dediquem a ela. No meio de uma nação decadente, mas rica de tradições, o mister de recordar o passado é uma especie de magistratura moral, é uma especie de sacerdocio. Exercitem-o os que podem e sabem; porque não o fazer é um crime.»<sup>1</sup>

Que formoso mixto de altas qualidades sociaes nos revelam as tradições historicas destes povos ibericos, nos quais ao indomito espirito de independencia altiva, que caracterizou sempre os habitantes da Peninsula, desde as suas primitivas origens étnicas dos celtiberos, veio aliar-se o requinte de uma extraordinaria cultura, que lhes forneceu o elemento arabe, invasor e dominador tolerante e generoso, o qual com uma fecunda renovação literaria e scientifica, lhes trouxe a agricultura e a medicina, a alquimia e a architectura soberba dos seus palacios e mesquitas, e que muito principalmente, acima de todos esses progressos materiaes, scientificos e artisticos, de que persistem ainda hoje em Portugal e Espanha as mais notaveis reminiscencias nos monumentos e nos costumes, iucutiou nos espiritos dos povos peninsulares aquele influxo de tenacidade, de tolerancia e de aventura.

«O arabe, diz Oliveira Martins, pela injeção de idéas, de instituições, de costumes, de palavras e de sangue, dava um tom novo e original á Peninsula; evitava que ela caísse nos moldes sombrios e tristes, onde a Europa Central tivera de cair depois da desmembração do Imperio.»<sup>2</sup>

Mas, nas tradições historicas dos povos ibericos, a par desse heroismo primitivo que se casou, indissolvelmente, com o espirito tenaz de aventureiros, encontramos ainda outro fundo social de instituições populares e democraticas que se avantajam e sobrelevam ás medievas comunas da Europa Central, instituições derivadas todas elas do velho *municipio* romano, logo no advento das monarchias néo-goticas fortalecido pelos *fueros* e *foraes*, consolidando-se mais tarde pelas federações como a *union aragonesa* e as *hermandades* de Castela, que só mais tarde o jugo de um forte poder real e o dominio do fanatismo jesuitico e das furias da Inquisição e do Santo Officio, conseguiram durante seculos manietar. O *Municipalismo*, ainda hoje base da organização administrativa dos povos peninsulares, é fundado na velha *tradição* romana e medieval.

Forçoso portanto é conservar na vida destes povos, na sua educação popular, no ensinamento das gerações futuras, essa corrente tão util e ensinativa do tradicionalismo historico, para se firmar e consubstanciar na alma do povo o *genio*

<sup>1</sup> A. HERC., *O Bobo*, pag. 13. Ed. 1888.

<sup>2</sup> Cit. artigo na *Rev. Occidental*.

*peninsular ibero-americano*, pelo qual, e tão gloriosamente, nós outros — hispano-portuguêses — contribuimos na Europa e na America, no Velho e no Novo Mundo, para a grande obra da Civilização da Humanidade.

Nos povos da Península, neste recanto e cabeça da Europa, existem gravados nos seus anaes, nas paginas de pedra, de bronze e de pergaminho, as tradições historicas, honrosissimas do seu passado. Para nós outros, habitantes da Iberia, essa tradição é o norte que nos guia; é na sua essencia a alma das nacionalidades; o exemplo dos nossos maiores é o estímulo de nossos filhos e netos. — «Se nenhuma alma morre, exclamava o poetico Michelet, como poderiam morrer as almas grandes das nacionalidades, com o seu genio vivaz, com a sua historia cheia de mártires, de sacrificios heroicos, repleta de immortalidade? Quando uma delas se eclipsa por momentos, toda a Humanidade chora!»

Nos povos do Novo Mundo aquela tradição ancestral ibérica não colhe nem aproveita como exemplo historico, é certo; mas serve-lhes e aproveita-lhes a tradição étnica, a tradição glotica, a tradição literaria, casando-se com os elementos novos e fecundos das raças indigenas e creando nas correntes novas dos *nacionalistas*, as normas e ideaes do futuro daquelas nacionalidades democraticas. Ali, voluntariamente ou involuntariamente, a *tradição* historica dos avoengos colonizadores, a velha tradição épica, a lingua, a literatura, os costumes e até a indole dos povos das caducas nacionalidades da Península — Castela, Andaluzia, Catalunha, Aragão e Portugal, se perpetuarão, seculos em fora!

E senão, veja-se, repare-se, como os diversos processos de colonização, embora filhos do mesmo genio peninsular de *heroismo*, se acentuaram por modo tão pronunciadamente diverso, nas colonias espanholas e nas colonias portuguezas da America e vincularam de uma maneira inapagavel os rastos do seu tradicionalismo no genio daquelas novas nacionalidades. Definiu-o de uma forma brilhante Oliveira Martins, mostrando como nas colonias espanicas a dominação violenta foi provocar nos povos das republicas do centro e do sul as impetuosidades caracteristicas, que ainda hoje, e a todo o momento, se manifestam nas frequentes, crueis e sanguinosas ditaduras e sedições do militarismo dominante.

Em contraposição, os processos serenos e brandos, embora não menos heroicos e firmes dos portuguezes, vincularam nas raças de tupis e guaranis, que povoam o Brasil hodierno, esse espirito nacional igualmente firme, mas suave e brando, que tão formosamente caracteriza o genio nacional na novel Republica Federativa.

Esta nota basta, segundo creio, para demonstrar quanto importa que os povos da vasta comunhão ibero-americana se eduquem e ensinem a amar e a compreender as tradições de toda a ordem que possam recordar-lhes as civilizações avoengas, que lhes deram origem, para que por este meio se avivente o espirito historico de confraternidade entre essas modernas nacionalidades, oriundas todas do mesmo tronco ancestral — os povos iberos.

Que preciosos elementos poderão reunir-se, numa concentração de estudos tradicionalistas, em todos os paizes americanos, que desde o Mexico até á ponta mais meridional da America, onde Magalhães vinculou o seu nome, perpetuam, com seiva nova e novos ideaes de *nacionalismo*, as velhas e caducas civilizações de Castela e Portugal!

Por mais de uma vez, tentativas de afirmação documental e entendimentos scientificos sobre o tradicionalismo historico associado dos povos ibericos, se teem realisado. Bastará relembrar aqui nesta despretenciosa tése alguns desses abençoados tentamens.

Em 1882, quasi simultaneamente, realisavam Portugal e o Brasil duas *Exposições*, em que, parcialmente, se visava a esta concentração tradicionalista. Em Lisboa efectuava-se a curiosa e interessante *Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola*, por ocasião da visita do rei Afonso XII á capital portuguesa. No Rio de Janeiro efectuava a Biblioteca Nacional a sua *Exposição de Historia do Brasil*, por iniciativa do barão Homem de Mello, e cujo catalogo, em tres grossos volumes, constitue o mais completo indice bibliografico de todos os monumentos documentaes e literarios que existem ácerca da Historia e tradições luso-brasilicas. Não faltam ali, não só a bibliografia historica e geografica, como tambem a bibliografia artistica e etnografica, tão importantes para esclarecer as correntes modernas nacionalistas.

Logo anos depois, em 1891, se realizava o *Congresso Pedagogico hispano-americano*; em 1892 o *Centenario Colombino*, em Madrid, ao qual se associou Portugal, realisando-se a respectiva *Exposição Ibero-Americana*<sup>1</sup>, o *Congresso geografico hispano-portuguêz-americano*, promovido pelo general Arroquia, e ainda muito depois o *1.º Congresso scientifico Pan-Americano*, em Santiago do Chile.

A aproximação *ibero-americana* é objecto de uma forte corrente de simpatia, não só na America latina, como até mesmo nos Estados Norte Americanos, onde o interesse pela historia dos povos hispanos e pela sua obra literaria, scientifica, colonizadora e social merece aos espiritos cultos daquêles paises maiores motivos de admiração e respeito do que a nós outros peninsulares.

Em um recente artigo do sr. Rafael Altamira, numa revista madrilena, encontrámos a interessante noticia de uma das mais notaveis notas caracteristicas destas correntes de simpatia pelas civilizações hispanicas, correntes que, repetimo-lo, teem origem não só em motivos puramente literarios, academicos e universitarios, como tambem nas razões positivistas e utilitarias de ordem politica e economica.

Enfileirando-se no primeiro grupo de determinantes meramente especulativas diz-nos o sr. Rafael Altamira que — « não poucos professores das Universidades da vasta Federação Americana, cultivam a literatura e a historia da Espanha. A' roda dêles grupa-se um numeroso contingente de alunos, que de norte a sul e de este a oeste acodem a receber o ensino daquelas disciplinas; e, de como este ensino aproveita, dá-nos eloquente testemunho o que se observa examinando as listas das téses de doutoramento, em Historia, publicadas em dezembro de 1913 e em abril de 1914, por uma revista técnica de Nova York. Dezenove são os têmeas hispanicos, sendo sete relativos á Peninsula (*Santo Isidoro, Direito de asilo, Vida municipal judaica*, etc.) e doze á historia colonial. Isto nos indica a existencia de um movimento erudito que alastra até á mocidade. Deixo de parte outros indicativos de bastante importancia, taes como as propostas para o castelhano ser adotado como lingua internacional, e o de o programa da Academia Naval de Annapolis exigir quatro cursos de lingua espanhola.

« Fóra porem destes centros universitarios, continua o articulista espanhol, a iniciativa particular creou órgãos representativos do hispanismo-norte-americano. O principal dêles todos, porque a todos excede de uma maneira extraordi-

<sup>1</sup> Vejam-se os volumes do *Centenario do Descobrimento da America, Memorias da Comissão Portuguesa*, Lisboa, Acad. das Sc. 1892; *Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo ácerca das Navegações e Conquistas Portuguesas, 1415 a 1528*; — os *Descobrimientos portuguezes e os de Colombo*, por Pinheiro Chagas, etc.

naria, é a *Sociedade Hispanica da America (Hispanic Society of America)*. Fundou-a em 1904 um homem de elevados dotes intellectuaes e moraes, hispanofilo sincero, a quem já muitos conhecem e admiram em Espanha, o cavalheiro Archer M. Huntington. Naquêl ano, em maio, Huntington e sua mulher entregaram a um Conselho de Administração oito lotes de terreno (em W. de Broadway, Parque Audubon) e 350.000 dolares, como fundos para a nova *Sociedade*.

« No artigo 2.º dos *Estatutos*, seis mezes depois aprovados, fixa-se claramente a natureza, objecto e fins da instituição, que comprehende uma biblioteca publica e museu de arte, historia e literatura, com fins educativos destinados a estimular o estudo da Espanha e de Portugal, e dos paizes em que se falam ou falaram os idiomas das duas nações, e bem assim a promover os sentimentos amistosos entre estas nacionalidades ibero-americanas e os povos que ali falam a lingua inglesa.

« O instituto ficou a breve trecho instalado num magnifico edificio, cuja fachada, sobre a rua 156 de Nova York, é toda de cantaria, adornada com columnas jonicas, cornija e terraço. Avança ao centro um portico que dá entrada ao museu e dependencias. No friso da fachada leem-se em grandes letras os nomes de *Cervantes, Colombo, Lope de Vega, Camões, Loyola, Velazquez*. Na fachada posterior, no friso, ha os nomes de *Séneca, Trajano, Averroes, Almanzor, Cid, Carlos V, Magalhães, San Martin e Calderón*.

« Interiormente o edificio é occupado: no sótão pelos depósitos e officina fotografica; nos baixos pelo vestibulo, salas de recepção (numa das quaes o sr. Huntington vai reunindo uma interessante collecção de retratos de homens de sciencia, literatos e artistas espanhoes, contemporaneos, pintados por Sorolla) e o grande salão do Museu, com a sua galeria e luz central e lateral, obedecendo tudo ao estilo do Renascimento espanhol.

« A biblioteca contém mais de 50.000 volumes, sendo pela maior parte de historia e literatura espanholas. Tambem ali os ha portuguezes, catalães, bascos e hispano-americanos, assim como uma collecção das principaes revistas e periodicos dos paizes onde se fala a lingua castelhana. De muitos dos escriptores espanhoes existem ali edições *princeps*.

« Não se limitou a *Sociedade Hispanica* para a execução dos seus fins, aos dois importantes serviços da biblioteca e do museu; ampliou-os com as exposições de obras de Sorolla e Zuloaga, que no ano de 1909 ali atraíram mais de 130.000 visitantes, despertando em muitos o interesse pela pintura moderna espanhola, cujo prestigio subiu muito repentinamente, e com as edições, quer em *fac-simile*, quer criticas ou populares, de documentos e obras como o *Poema do Cid* e outras muitas que constam do *Catalogo* de publicações da *Sociedade*. »

« Compõe-se esta de 100 socios ordinarios, de varias nações, escolhidos entre as pessoas que prestaram á Espanha relevantes serviços em arte ou literatura; de um numero ilimitado de socios correspondentes e de alguns socios honorarios. »

Tal é o principal dos orgãos representativos da corrente Ibero-Americana, na America. Não seria de todo o ponto logico, facil e até intimativamente indicado o caminho de uma *entente* das sociedades scientificas portuguezas e espanholas, com aquêl nucleo de concentração Ibero-Americana, de modo a estabelecer ligações seguidas e constantes, por tal maneira intimas, que, em Lisboa e Madrid, pelo menos, assim como nas principaes cidades capitaes dos diversos Estados da America central e do sul, se fixassem verdadeiras filiaes da *Sociedade Hispanica da America*, mantendo-se entre todas elas a permuta constante,

ininterrupta das suas publicações, dos seus catalogos bibliograficos, dos productos em exposição de cada uma das nacionalidades desta grande federação intellectual, e acima de tudo — a permuta das suas tradições historicas e dos seus ideaes sociologicos e politicos?

Não podemos duvidá-lo. A iniciativa está, pode dizer-se, fundada. Só resta amplia-la e desenvolve-la, efectivando-a e generalizando-a. Oxalá a *Sociedade dos Estudos Historicos* pudesse assumir este elevado e prestantissimo papel de medianeira na execução pratica deste *desideratum*.

O general Reyes, ex-presidente da Republica de Colombia, reunindo em agosto ultimo, em Vichy, umas duzentas pessoas ibero-americanas, pertencentes ás colonias de Espanha, de Portugal, do Mexico, de Cuba, da Colombia, da Venezuela, do Equador, do Peru, da Bolivia, do Brasil, do Chile, da Argentina, do Uruguay e do Paraguay, expoz-lhes o seu grandioso intuito de promover a solidarização destas nacionalidades de origem comum ibero-americana, perante a actual crise européa.

« O general Reyes, refere a noticia que estamos extratando, proferiu vibrantes palavras, que fôram calorosamente applaudidas, dizendo que a reunião era uma prova de confraternização da raça ibero-americana, que descobriu, conquistou e civilizou um mundo e que os trinta milhões de espanhoes e portuguezes da Europa e os setenta milhões de ibero-americanos devem considerar-se como uma prolongação uns dos outros; que o mesmo sentimento de solidariedade existe entre todos os povos da raça latina e que os seus corações batem, por essa razão, em unisono com o da França nos momentos criticos.

M. Juan Favri, antigo ministro de Cuba, propôz a eleição de um « comité » — o que se fez — ficando composto do general Reyes, de M. Peralta, ministro de Costa Rica em Paris; do conde de Monternos, representante da Espanha; do general Monteiro, representante de Portugal, e do dr. Rocha Conceição, representante do Brasil. <sup>1</sup>

A Commissão Americana, delegada da direcção da Grande Exposição Internacional de Panamá Pacifico, a realisar em 1915, vindo a Portugal convidar e reiterar as diligencias para que o nosso paiz se fizesse representar naquêle grandioso certamen, onde a bandeira portuguezsa deve tremular orgulhosa junto dos pavilhões das restantes nacionalidades do globo, veiu reatar estas tentativas de ligação tradicionalista e pratica dos povos ibero-americanos. Generosa era igualmente a idéa da *Sociedade Portuguesa dos Estudos Historicos*, de comemorar os centenarios de Ceuta e de Afonso de Albuquerque, em 1915, com a organização de um 1.º Congresso Ibero-Americano de Historia e de sciencias auxiliares, ao qual se destinava a presente tése. Efectuando-o, ou sequer dando publicidade aos enunciados de varios problemas que nêle se deveriam discutir, a benemerita *Sociedade* realisa o pensamento do Mestre do *Positivismo* moderno, Littré, quando afirma que — « tudo quanto possa tender a aumentar, por pouco que seja, a soma de positivismo dos espiritos é uma boa obra no sentido geral da Civilização, e presta um serviço social. »

Recapitulando pois, no intuito de deduzir os corolarios desta exposição, diremos:

A tradição historica e artistica é a base indiscutivel da educação artistica

<sup>1</sup> *Seculo*, de 16 de agosto de 1914.

e da educação cívica dos povos modernos. Por ela se gera o genio da Arte Nacional; se promove a formação do *character* e do *genio* de cada povo, se estabelecem, entre povos afins, as ligações e continuidade, não só da *Consciencia Etnica*, como também do espirito e modalidades da vida das nações onde a civilização se prende por élos de filiação historica e sociologica.

Como promover esta corrente de *tradicionalismo historico*, fonte indispensavel da educação dos povos, para manter o laço filial de origens étnicas ancestraes e fraternal entre civilizações originarias da mesma corrente primitiva?

A par com a ligação pratica dos povos ibero-americanos, promovida pelas carreiras de navegação, e pelo estreitamento das relações commerciaes, industriaes, agricolas e scientificas profissionaes, o tradicionalismo historico creará pelos meios que a seguir indicamos o élo forte intelectual, fortificando os laços étnico e sentimental de povos de origem comum, radicando a consciencia do amor de familia que a todos éles prende num mesmo anêlo de engrandecimento social.<sup>1</sup>

- 1.º — Pela conservação material e respeito pelos monumentos historicos e artisticos.<sup>2</sup>
- 2.º — Pela criação, pelo livro popular, e por meio de Universidades Livres — nacionaes e internacionaes, — pela conferencia, pelas visitas de estudo, por todas as manifestações do pensamento, — do *culto do passado* — respeitoso culto em que se procura manter e conservar nas gerações actuaes e futuras a perpetuação da alma, do genio e do espirito nacional.
- 3.º — Pela organização de bibliografias historicas de todas as literaturas ibero-americanas.
- 4.º — Pela permuta assidua e constante das publicações subordinadas a esta orientação do *culto do tradicionalismo*, dadas á estampa pelas sociedades e Academias das nações ibero-americanas.
- 5.º — Finalmente, pela colaboração dos socios correspondentes estrangeiros, de cada uma dessas nacionalidades, nos trabalhos scientificos e literarios, mórmente nos estudos historicos, linguisticos, folkloricos e étnologicos das outras nações do mesmo ramo ibero-americano; e este será, sem a menor duvida, o processo mais poderoso e eficaz para promover o intercambio das idéas e do *tradicionalismo historico*, como meio de se obter o fim ultimo a que visam todas as diligencias da educação popular, o qual é: — « a reorganização positivista das sociedades e da consciencia da nação ou da raça,

---

<sup>1</sup> Acerca desta tése — *O Pan-latinismo em fóco*, e da mediação do A. B. C. entre o Mexico e os Estados Unidos, fazendo resurgir o poderio da America latina, publicou o *Seculo* de 8 de junho de 1914 uma interessante *interview*, datada de Campinas (S. Paulo) maio — na qual o articulista sr. José Simões Coelho expõe as opiniões do dr. Alvaro Miller, prof. do ginasio de Campinas, jornalista e poligrafo abalisado, ácerca do futuro da civilização ibero-americana.

<sup>2</sup> Sobre o têmea expresso neste n.º 1.º escreveu o autor deste artigo uma tése, que foi presente ao grande Congresso Nacional de Lisboa, de 1910, sob o titulo — *Influencia da tradição monumental e local no desenvolvimento do turismo no paiz*. Esta tése foi publicada no *Boletim* da Associação dos Arqueologos, e em separata, e refundida depois, para ser presente ao *IV Congrès International de Turisme*, reunido em Lisboa, em 1911, sob o titulo de — *Protection des monuments historiques et artistiques et des curiosités locales*. Esta proposta aprovada pela secção vi do Congresso, acha-se publicada no vol. *Propositions présentées au Congrès*, Lisbonne, 1911, a pag. 75.

pelo impulso energico do Progresso e da Evolução, no sentido de se alcançar um mais elevado destino da Especie Humana, pelo ideal supremo da *Solidariedade Mundial.* »

*A alavanca poderosa que mais eficazmente contribue para este almejado fim da educação dos povos é — O CULTO DA TRADIÇÃO.*

Lisboa, 24 de abril de 1914.

VICTOR RIBEIRO.

---

# O Ensino secundário e superior da História literária<sup>1</sup>

---

O belo, em arte literária, como em toda a espécie de grande arte, vale sobretudo pelo que exprime de realidade. O verdadeiro senso do belo não póde dispensar-se de ser, antes de tudo, um senso de realidade. E' pela sua qualidade de expressão de verdade, no domínio psicológico ou histórico, em certas condições de importância, de profundidade, de estabilidade de significação, que o belo, não consistindo em simples imitação da vida, mas, como reconstituição, acrescentando-a e promovendo-a, assume um valor universal e perpétuo.

A inteligência e o sentimento do belo, da verdade implícita nele, conduzem a uma concepção fundamental e geral da vida, quando se exercem dentro da arte realística propriamente dita, quando êsse belo seja o das grandes criações artísticas realísticas, em cujo âmago figura sempre, predominantemente, o elemento humano.

Interessando o homem no conhecimento dos outros e no de si mesmo, chamando a sua atenção para o papel da acção moral na vida, em cujo complexo mecanismo o inicia, habilitando-o a entrar na consciência da personalidade moral, alheia e própria, a arte realística, ainda que não intencionalmente moralizadora, é eminentemente educadora. Cultivado por ela, no sentido estético como no ético, o individuo atinge uma noção de humanidade e de sociabilidade que a experiência desenvolverá e aperfeiçoará, definindo-a o mais plenamente possível e imprimindo-lhe o máximo caracter de exactidão, de justeza.

As obras literárias que, a poder de realização de realidade, encerrem uma grande capacidade de aplicação á vida, são as que, entre todas, devem extremar-se. Essas obras, concebidas e executadas dentro dum ideal de verdade, não puderam deixar de ter por produtores, normalmente, espíritos rigorosamente disciplinados, perfeitamente equilibrados, sendo, creio, essa disciplina e êsse equilíbrio o principal segredo da sua força criadora. Não puderam deixar de ser assim ou, pelo menos, não podemos julgar de outro modo os autores que, fundados, racional e experimentalmente, em realidades presentes ou próximas, mais ou menos transitórias por sua natureza, souberam extrair delas, com uma segura intuição de videntes, o *abstractum* eterno que, posto em relevo, as faz perdurar, como realidades permanentes, imutáveis na sua essência.

---

<sup>1</sup> O presente artigo é desenvolvimento de uma tese, destinada ao Congresso de História que a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos projectou, em tempo, levar a efeito, desistindo de tal propósito por motivos que já vieram a público nesta *Revista*.

O fim supremo a que deve visar o estudo desta categoria de obras, é o de pôr em foco toda a vida existente nelas.

Ao salientar a variedade, a complexidade dos temperamentos e dos caracteres das figuras criadas, a diversidade dos móveis que presidem á actividade moral, deve-se sugerir a convicção da existência, nessa variedade e complexidade, nessa diversidade, de uma regularidade, de uma coerência, de uma harmonia, de uma unidade íntimas, constitucionais, e de que o mecanismo da alma humana opera sempre pelo mesmo modo essencial, mas por processos cada vez mais perfeitos. Essa convicção pôde assim levar á crença numa ordem moral do mundo e mesmo na necessidade duma lei moral. Quando tal efeito se produza, estão lançadas indestrutivelmente as bases de formação do character moral.

As relações entre os acontecimentos humanos, as interiores sobretudo, devem ser postas em relevo, para facilitar a intelligência da sua concatenação, da sua conexão fundamentais.

Uno, construtivo, verdadeiramente educativo se tornará, nestas condições, o ensino literário. O perigo de confusão, sempre nociva, de idéas morais, ao fazer a análise interpretativa do conteúdo ético das obras, evitar-se-ha.

O confronto entre a realidade reproduzida, artificialmente realizada, e a realidade puramente natural é também da máxima eficácia prática, no campo educativo. Esse confronto suscita a interferência e a cooperação, insistentes, da sensibilidade e da razão, da observação, e da experiência, no indagar da causalidade e nexos orgânicos dos fenómenos de ordem ética submetidos á apreciação e, ao mesmo passo, estimula continuamente as disposições morais do indivíduo, fomentando nele a simpatia social, núcleo de todos os sentimentos altruistas, com o dar-lhe a conhecer os pontos de contacto entre o seu pensar e o seu sentir e o pensar e o sentir dos outros, o que ha no cérebro e no coração dos homens que os solidariza entre si. Concorre-se, por êste meio, para homogeneizar, fecundar, elevar a atmosfera moral interior.

O sentimento estético, a par do senso moral, a educação do gosto e da sensibilidade, como iniciação para a cultura literária propriamente dita, devem ministrar-se já nas primeiras idades liceais, utilizando-se, para o efeito, uma literatura especial, de uma arte aparentemente muito simples, influenciando por sugestão directa, imediata, e cujos temas, para se tornarem inteiramente acessíveis á intelligência e aos sentimentos da criança, se incluem o mais perfeitamente possível no âmbito do seu horizonte psicológico e da sua experiência.

Uma vez por semana, nas aulas de Português da 1.<sup>a</sup> classe, costumo ler, fóra do livro oficial de leituras, a título de prémio, quando o aproveitamento médio da classe me satisfaz, trechos escolhidos, completos de obras literárias, concebidas e compostas dentro de tais normas. *Coração*, de De Amicis, é uma delas. O texto que adopto, é em lingua portuguesa.

Um dia recente, no decurso de uma leitura dêste livro precioso, notei que alguns dos meus pequenos ouvintes se comoveram. O trecho — *O nosso Professor* — era dos menos dramáticos, de uma acção muito concentrada, duas páginas apenas, com bastantes períodos meramente narrativos. E no entanto a comoção foi intensa. Creio bem não termos perdido o nosso tempo, êles e eu. Eles colheram sensações d'arte que foram, ao mesmo tempo, sensações profundas, involvidáveis de vida, duma vida que acharam prazer em conhecer mais conscientemente, compenetrados da beleza que a realidade pôde ostentar. Eu aprendi melhor a avaliá-los, a avaliar a alma dum rapaz de 10 a 12 anos e bemdisse comigo um

meio educativo que leva a uma tão espontânea, tão desafogada, tão completa revelação dos sentimentos.

Ha professores que reagem contra o sentimentalismo, temendo as suas conseqüências doentias, por um modo radical, cruel: privam as crianças de todos os estimulantes da sensibilidade, de toda a poesia do espirito, de todo o alimento do coração. Não vêem que, procedendo assim, prejudicam a aquisição do senso estético e ético; não reflectem que a cultura da sensibilidade, actuando pelo menos tão essencialmente na formação do character moral como a da intelligência ou da vontade, é indispensável a essa formação, deve constituir parte integrante dela. A expansão franca dos sentimentos, temperados os arrebatamentos, dentro da realidade artística, quando inspira a arte uma perfeita concepção da humanidade e da vida, acho-a não apenas legítima, mas extremamente salutar.

No mesmo dia, um aluno que mais vibrantemente se impressionara com a leitura dum outro trecho, intitulado *O Enfermeiro de Tata*, disse-me, na aula, por entre lágrimas: «Foi assim que me morreu um tio, outro dia!»

Esta sobreposição da realidade artificial á realidade natural efectua-se por instinto e é um grande auxiliar do educador. Já tenho tido outros ensejos de a verificar.

Com alunos da 5.<sup>a</sup> classe de Francês, durante a interpretação duma comédia de Molière, *Le Misanthrope*, sempre que surgia algum característico traço psicológico sôbre o homem ou sôbre a vida social, percebi que êles, penetrados pela realidade que irradia dessa arte incomparável, identificavam, dissimuladamente, com personalidades reais mais em evidência no meio provincial em que todos viviamos, certas figuras típicas, criadas pelo génio do célebre autor.

Não dispensa o ensino literário que é, a bem dizer, de interesse puramente immediato, a existência, no professor, além de dotes excepcionais de educador, de faculdades de artista muito especialmente, fecundadas por uma forte, sólida cultura humanística. Sem isso, êle não saberá ver dentro dos textos, explorá-los, dissecá-los a fundo, fazê-los valer, não saberá estudá-los, numa palavra, faltarlhe-ha, para tanto, a necessária capacidade estética, analítica e julgadora.

O ensino literário, para que seja um ensino verdadeiramente educativo, tem de subordinar-se a um critério moderno, cujo supremo princípio consiste, a meu ver, no estudo directo, essencial das obras, consideradas em bloco, como organismos, de modo que a sua unidade substancial se apreenda e faça apreender o mais nítida e perfeitamente possível. A selecta, tal como se entende e se elabora, entre nós, induz a um ensino fóra desta norma fundamental, a um ensino por excertos, com o seu aspecto solto, mutilado, apresentados secamente, e é por isso, sobretudo, que ela é condenável, que o seu emprego, no ensino literário propriamente dito, é não só inútil, mas inconveniente, pernicioso mesmo, podendo dêle resultar, como, por várias vezes, tenho observado, que se inculcam falsos conceitos estéticos, desnorteando-se o espirito ao mesmo tempo que se corrompe o gosto.

Um excerto, por mais representativo que acaso seja, isto é, na melhor das hipóteses, só nos póde dar uma noção vaga, incompleta do conjunto de que foi desligado, muitas vezes sem um critério qualquer de selecção, ignorando-se até a sua situação, o seu valor e função na obra de que faz parte. A moderna antologia, oferecendo uma coordenação de passos representativos, dispostos em série, correlacionados por notícias explicativas, resumos do contexto, etc., que nos mantem na intelligência do nexu construtivo, do nervo estrutural da criação, e permitindo assim um conhecimento global, marca um importante progresso sôbre

a selecta, nas condições apontadas, com a sua organização anti-didactica, anti-pedagógica, e pôde prestar bom serviço como auxiliar do estudo literário.

Sem a noção do conjunto, sem o conhecimento global da criação não ha meio de proceder a uma avaliação plenamente conscienciosa, ainda mesmo dos próprios excertos, salvo em casos particulares, mais ou menos excepcionais.

E' do mais rudimentar senso estético respeitar a integridade da criação artistica.

De resto, ha géneros em que o excerto está mais deslocado que em outros. A peça de teatro, o romance, por exemplo, são dos que menos se conciliam com êste sistema de exposição fragmentária, impondo-se neles absolutamente ter em consideração a obra toda, única garantia dum conhecimento sério.

Porque é nêles que o realismo mais e melhor se tem exercido, importa estudar de perto, preferentemente, alguns dos seus mais justamente afamados modelos. Sendo o romance e a peça de teatro géneros de composição longa, de ordinário, dêles é mister escolher, em número muito restrito, as obras-primas que constituirão mais especialmente o objecto do estudo literário. A escolha que define o essencial, é condição primordial da exequibilidade do ensino literário, com o cunho que proponho, de cultura verdadeiramente educativa.

O conto é mais susceptível que o romance ou a peça de teatro, de estudar-se plenamente, em mais limitado espaço de tempo. E, prestando-se muito á representação da vida, pelo que os realistas se teem servido dêle, alguns com manifesta predilcção, donde resultou que esta fôrma de arte atingiu já um grau de perfeição notável (é óbvio que me não refiro especialmente á literatura portuguesa), pôde o conto constituir também elemento principal do estudo da literatura, quer no período da iniciação para a cultura literária, no qual conviria, a meu ver, que desempenhasse um largo papel dominante (não só o conto de factura puramente literária, o conto moderno, mas o conto tradicional, popular, que tem as suas raízes na alma dos povos), quer no período imediato, em que o ensino literário se professa já rigorosamente organizado, com todo o possível desenvolvimento.

Um bom manual de história literária pôde tornar-se útil como guia do ensino. Mas um bom manual de história literária é a quintessência duma boa história literária. E, porque a nossa história literária se encontra ainda numa fase preparatória de laboração construtiva e porque não existe boa história sem crítica e a nossa crítica literária, intrínseca, essencial, de fundo, revela ainda todas as hesitações de um género que começa, não admira que não tenhamos, neste momento, um bom manual de história literária, verdadeiramente escolar, em condições equivalentes ás dos manuais estrangeiros da especialidade. Quanto a edições escolares dos nossos autores, a carência é, pôde dizer-se, absoluta. O professor de história da literatura nacional vê-se forçado a prescindir de mais êste importante elemento de coadjuvação. Bem melhor que êle está o professor de literaturas estrangeiras, como é fácil de reconhecer: só tem a dificuldade da escolha das edições escolares, dos manuais de história e das antologias.

Uma cultura literária escolar completa abrange, como é sabido, os dois graus do ensino, o médio e o superior. No ensino médio, o fim primacial com que essa cultura se ministra, é levar o aluno á aquisição do sentimento literário. Não se poderia pensar em fazer já do aluno um crítico ou um historiador da literatura.

Bastará o ensino médio da literatura e da história literária, professado com certa amplitude, dentro da proposta orientação educativa, para fazer nascer

e desenvolver aptidões de crítico e de historiador, mas só no superior essas aptidões se podem fixar, tornando-se conscientes. Ao ensino superior, especialmente, compete imprimir aos espíritos direcções no sentido da criação ou, pelo menos, da visão original, que não apenas da investigação, para o que tem de fornecer o conhecimento íntegro, teórico e prático, dos métodos modernos.

No ensino médio, como no superior, declarei eu já, e é um facto insofismável, que a cultura literária só é possível ministrá-la, em qualidade e quantidade razoáveis, procedendo-se a uma selecção cuidada, sistemática das matérias. Como em todos os outros ramos do ensino, a orientação que, no ensino literário, preside á escolha das matérias, é que é o principal. Uma exposição consecutiva de tudo e em que tudo fosse versado por igual, com o mesmo critério minucioso, seria absolutamente inviável.

Demais, a noção do valor relativo das matérias, a necessária diferenciação a estabelecer, nos pontos de vista, em obediência a essa noção, cumpre fazê-las sentir, muito particularmente, a quem estuda uma literatura e a sua história. A extensão do estudo tem de ser proporcional á importância dos autores e das obras.

Ha que distinguir essencialmente entre os grandes autores, no convívio com alguns dos quais se tem de intensificar o mais possível a cultura, e os denominados *minores*. A discriminação, a selecção impõem-se inevitavelmente. E até sobre os grandes autores o que se deve fazer apreender, tem de restringir-se, particularmente no ensino médio, ao que é essencial e característico, convindo destacar sempre os elementos positivos do conhecimento dos que podem ter-se na conta de litigiosos, quando não interessem fundamentalmente, prestando só uma contribuição de alcance secundário.

Acima de tudo, o que nunca é ocioso frisar é que os textos, em cuja intelligência, segura e plena tanto quanto possível, se deve fazer penetrar, para o que ao professor cumpre facultar todos os meios idóneos, são o alicerce principal, o mais indispensável de toda a cultura literária e que não ha conhecimento que valha como o que deriva do estudo directo e íntimo d'elles.

Os textos, fonte primeira do conhecimento literário, devem ser o centro de convergência de todas as vistas e o ponto de partida, documental, de todas as conclusões, críticas e históricas. O professor de literatura que não basear nos textos todo o seu ensino, que os reduza ao papel de méros subsídios de ocasião, manifesta estar fóra da corrente moderna dos estudos literários. Só os textos podem dar, seguramente, a par do conhecimento da architectura interna das obras, o do funcionamento do espírito dos autores. O professor que subalternize os textos, solicitando-os como simples serventuários incidentais, submetendo-os a pontos de vista que lhes são estranhos, que o seu fundo não comporta, atraiçoa a sua missão. Compete-lhe sobretudo orientar o ensino no sentido mais progressivo, aproveitando a lição que se colhe da evolução da crítica e da história literárias. Os processos do professor tem de ser essencialmente os do crítico e do historiador literário modernos.

Os estádios capitais da evolução literária não póde o professor dispensar-se de os fazer conhecer; sem esse conhecimento, ainda que superficial e genérico, não haveria facilidade, possibilidade sequer, de relacionar entre si, logicamente, as noções de história literária, de determinar a sua ordem de seriação e de importância. Os estádios da evolução são como outros tantos quadros históricos, onde todas as noções, conforme a sua qualidade, se vão incluir, na sua altura e lugar próprios. A cada estádio que se pretenda dar a conhecer, se fará corres-

ponder, pelo menos, um grande autor representativo de que se estudará directamente, com toda a minúcia compatível com o tempo, uma obra-prima, a mais típica, onde se haurirá o maior número de noções, relativamente não só á criação em si, como também ao meio e ao momento em que foi produzida.

Ao apresentar a summa dum programa do estudo literário, eu não deixo de ter em mente a idéa fundamental que me impulsionou, sôbre todas, a compôr este artigo: A cultura literária, dentro do realismo, norteada como iniciação para a arte, para a sciência e para a vida, pôde constituir o fundo da educação moral da individualidade, aprendendo-se mais sôbre o homem, a família e a sociedade no convívio espiritual com uma obra-prima de Molière, de Balzac ou de Maupassant, do que com o estudar, aprofundadamente que seja, um qualquer tratado teórico de moral filosófica.

Esquemáticamente, o estudo duma obra literária poderia consistir no seguinte:

1) O homem, a família, a sociedade, segundo o autor. O seu conceito de verdade, as condições de verdade humana e histórica da sua criação. O grau de exactidão na expressão dos caracteres morais, dos costumes, etc. A sua concepção geral do mundo e o seu sentimento da natureza;

2) A sua concepção da arte. O método da composição. A técnica da expressão, nos seus aspectos estético e ético; e

3) As idéas e as intenções principais, determinantes da sua acção literária. O que essa acção contém de distintivo da individualidade do autor. Como se comportou moralmente o autor, ante as circunstâncias várias da sua vida. Lição moral que se colha do modo como o autor viveu a sua vida.

Apenas para a terceira e última parte se torna necessário o recurso a elementos de informação alheios aos textos literários propriamente ditos. E não admira. Os textos do realismo encerram a humanidade, mas não a individualidade dos seus autores. De resto, basta um leve exame das rubricas que compõem o derradeiro feixe de assuntos, para se reconhecer que implicam a solução de problemas mais de ordem psicológica e moral que de estética literária.

O programa pôde cumprir-se, no ensino secundário como no superior. A qualidade do ensino é a mesma nos dois graus. Nem outra coisa faria sentido. O que difere é a intensidade, a profundidade que teem de ser maiores no grau superior, não permitindo o desenvolvimento mental dos alunos que habitualmente frequentam o grau médio, sufficiente penetração nas matérias mais delicadas, de maior melindre. Ha problemas capitais em história literária que transcendem o âmbito das inteligências dos que fazem estudos secundários, reque-rendo uma crítica mais íntima dos textos e uma cultura literária vasta já bastante para habilitar ao uso de um critério comparativo.

Assim, por exemplo, estão neste caso: o problema da originalidade ou das fontes, o da evolução dos géneros, etc.

Os princípios que ora defendo, sustentei-os em 1912, pela primeira vez, no capítulo intitulado *Cultura literária*, do opúsculo *O ensino do francês, pelo Método directo, na Instrução secundária*, e tenho-os corroborado ou seguido em ultteriores publicações, de crítica literária, nomeadamente no livro *Honoré de Balzac* e nos artigos desta *Revista*, intitulados *Honoré de Balzac*, *Guy de Maupassant*, *Jules Lemaître*, etc.

Quando o ensino literário fôr professado por uma grande maioria, como julgo dever ser, estabelecida, em bases modernas, uma tradição disciplinada neste ramo de estudos, abrir-se-ha brecha no preconceito da superioridade da

cultura das sciências matemáticas e da natureza, em relação á das do espírito. Pretende-se fazer crer, mas não se póde demonstrar positivamente, que a cultura das sciências formais e naturais dê maior contribuição para a educação do espírito que a das sciências mentais. Umas e outras valem a seu modo, teem as suas características próprias, completam-se, como sciências reais que são todas (á excepção das matemáticas puras), e mutuamente se beneficiam. Querer preterir umas por outras, divorciá-las, em vez de buscar harmonizá-las quanto possível, é, pelo menos, um atentado ao bom-senso.

A recente supressão do curso complementar de letras, em quase todos os liceus centrais, foi um novo golpe certo, vibrado ao ensino humanístico que carece de defender-se mais, para melhor resistir.

Terminarei com as palavras com que Claude Bernard terminou, na Sorbonne, a 27 de Março de 1865, a sua magistral conferência *Sur la Physiologie du cœur et ses rapports avec le cerveau*:

« La science ne contredit point les observations et les données de l'art, et je ne saurais admettre l'opinion de ceux qui croient que le positivisme scientifique doit tuer l'inspiration. Suivant moi, c'est le contraire qui arrivera nécessairement. L'artiste trouvera dans la science des bases plus stables, et le savant puisera dans l'art une intuition plus assurée. Il peut sans doute exister des époques de crise dans lesquelles la science, à la fois trop avancée et cependant encore trop imparfaite, inquiète et trouble l'artiste plutôt qu'elle ne l'aide. C'est ce qui peut arriver aujourd'hui pour la physiologie á l'égard du poète et du philosophe. Mais ce n'est là qu'un état transitoire, et j'ai la conviction que, lorsque la physiologie sera assez avancée, le poète, le philosophe et le physiologiste s'entendront tous. »

Fevereiro de 1915.

A. DO PRADO COELHO.

---

## Programas de Historia no ensino secundario

---

Por incumbencia do sr. ministro da Instrução Publica do gabinete B. Machado coube-nos a honra de apresentar uma proposta de revisão dos programas liceais do ensino historico. Como, ao darmos cumprimento a essa missão, procurámos aproveitar as indicações da experiencia e as observações dos espiritos auctorizados, ainda que se não referissem exclusivamente á distribuição das materias, a nossa proposta é quasi uma remodelação completa desse ensino historico. E só dizemos que o é quasi, porque os principios novos, que consigna, para sua cabal e intelligente execução, precisavam ser regulamentados, não tanto para cercear a liberdade do professor, que deve ser sempre muito grande, como para esclarecer os propositos, que se tinham em vista, e as suas razões determinantes.

Quizeram as circumstancias politicas que este trabalho não tivesse outro resultado além do acolhimento benevolo do ministro, que o mandára elaborar. Mas o espirito, que anima este minuscuro tentamen pedagogico, logrou adesões — o que nos animou a archivá-lo nas paginas da *Revista de Historia*.

A revisão dos programas, adiante proposta, assenta sôbre as seguintes bases :

1.ª

A história, como todas as disciplinas liceais, tem um propósito *instrutivo* ou de transmissão dos elementos fundamentais da cultura, e *educativo* ou de formação espiritual.

2.ª

A história, como nenhuma outra disciplina liceal, exceptuado o ensino literário, tem especiais recursos para dar á educação um carácter nacional, e deve obedecer muito a êsse fim de nacionalização do ensino. O liceu não pretende só seleccionar e formar homens de enérgico carácter e viva intelligência, mas também adequá-los a determinada sociedade, em que vão colaborar, ou seja, no nosso caso, tornar consciente e diferencial a qualidade de portuguezs.

3.ª

Na primeira secção (1.ª a 3.ª classes) o ensino historico é essencialmente moral e patriótico; nele se ministra ao educando um conhecimento integral da

---

*Nota :* Como a composição foi feita sobre o texto impresso na Imprensa Nacional, conservou-se a orthographia official.

história pátria, primeiro decomposta nas suas principais individualidades obreiras, depois reunida e coordenada, tal como decorreu. Na segunda secção o ensino, que nestes programas se propõe, visa principalmente à transmissão dos elementos essenciais da história universal, parte indispensável numa mediana cultura de espírito. Na terceira secção, em que o ensino histórico se aprofunda, todas as razões indicavam que essa atenção preferente se desse à história pátria.

4.<sup>a</sup>

Na segunda secção inverteu-se a ordem cronológica; civilização cristã na 4.<sup>a</sup> classe e antiguidade na 5.<sup>a</sup> classe, pelo duplo motivo de se poder seguidamente localizar na história universal a história pátria e de ser conveniente retardar um ano a história antiga, que, por muito remota, muito oposta e desligada da vida, que o estudante em volta de si vê decorrer, e ainda por ter de ser ministrada muito sinteticamente, constitui um grau mais difícil do ensino.

5.<sup>a</sup>

Suprimiu-se a história da civilização, como disciplina autónoma, porque ministrada com intensidade se decompõe em muitas outras disciplinas parciais, história religiosa, artística, literária, militar e social, que não podem ser professadas no ensino secundário. História da civilização é um conceito artificioso. O comentário que o professor fizer a cada série de acontecimentos, acerca do seu valor civilizador, da sua contribuição para o progresso geral, supre cabalmente tal disciplina, que a experiência tem mostrado ser ineficaz. Muito frequentemente era a repetição da história cronológica.

6.<sup>a</sup>

Havendo-se reconhecido que o regime de classe exige uma associação permanente de matérias, com prejuízo da intensidade de cada uma, e que é um mau proceder arbitrar programas de matérias tam vastos que se não podem cumprir, dando em resultado que a quantia de matérias varie de liceu para liceu, e dentro do mesmo liceu de professor para professor, foram os programas consideravelmente reduzidos.

7.<sup>a</sup>

Devendo o ensino histórico ser a extensão ao campo social do rígido causalismo, que o estudante se habituou a verificar no domínio da natureza, o professor apresentará sempre as suas lições em série cronológica, na qual os acontecimentos se liguem causalmente. Sendo o campo social e o domínio da natureza essencialmente diversos na sua fenomenalidade, o professor atalhará depressa com restrições a uma falsa analogia, mostrando a não repetição da história, a frequência do acidente e a carência de leis fixas.

8.<sup>a</sup>

Nos programas não se incluem matérias litigiosas, porque essas implicam investigação original, que só cabe aos cursos superiores.

9.<sup>a</sup>

No curso complementar de letras, que é já uma secção especializada, introduziu-se a história local, cujo programa variará de região para região, novidade que não carece de justificação.

10.<sup>a</sup>

Na mesma secção, como exemplo elementar do método de investigação histórica, se reservou algum tempo para o estudo dum pequeno problema de história local; desta forma se estimulam os estudos de história local, scientificamente necessários e socialmente úteis como preparação do espírito municipalista. Também se contribuirá para que o estudante, vendo praticar algumas das melindrosas operações da crítica histórica, e nelas colaborando, preste respeito e fé aos conhecimentos adquiridos.

11.<sup>a</sup>

Para o bom êxito do ensino histórico da secção complementar, as classes de letras só funcionarão nas cidades capitais de provincias, que apresentem algum individualismo histórico e proporcionem elementos de estudo, como arquivos municipais, bibliotecas e museus, tais como Lisboa, Pôrto, Coimbra, Braga, Bragança, Viseu, Evora, Faro e Funchal.

12.<sup>a</sup>

Finalmente, tendo em vista que a invariabilidade dos programas é, pela sua consequente monotonia, causa de fadiga para os professores, e que o ensino repetido e monótono propende a tornar-se mecânico, ocorre um alvitre para atenuar êsse importante inconveniente, na 1.<sup>a</sup> secção, onde o ensino friamente automático mais é de temer. Esse alvitre consiste na variação das matérias dos programas das três primeiras classes, mantendo-se sempre as suas linhas gerais de estrutura e intenção. Assim na 1.<sup>a</sup> e na 2.<sup>a</sup> classes, conservando os principais nomes e acatando o critério de escolha fixado, poderiam escolher-se nomes diferentes para o estudo biográfico, de ano para ano; e na 3.<sup>a</sup> classe, também a por-menorização e demonstração episódica e pitoresca poderia variar, com a cláusula de sempre se proporcionar ao aluno uma visão integral da história pátria.

## Programas

### 1.<sup>a</sup> SECÇÃO

#### 1.<sup>a</sup> classe

Biografias de guerreiros, navegadores, conquistadores, aventureiros, exploradores, revolucionários, mártires e santos, figuras de psicologia relativamente simples, que ostentem uma bem visível unidade de ideal. Por elas se exaltarão o culto do heroísmo, nas suas diversas formas, impulsão, tenacidade, constância no sofrimento e na adversidade, obediência firme a um fito superior. Insinuar-se-há sobretudo aos educandos a concepção combativa da vida. As figuras de carácter, em que a passividade predominou, servirão principalmente para documentar as épocas, para as vitalizar, exemplificando ora a exaltação do sentimento religioso, ora o fanático amor da pátria, ora a grosseira confusão do espirito scientifico e do sentimento religioso, tais como se observam, respectivamente, nos mártires, no Infante Santo, em S. Frei Gil e Santa Isabel.

Biografias: Conde D. Henrique. D. Afonso Henriques. Geraldo Sem Pavor. Gonçalo Mendes da Maia. D. Afonso IV. S. Frei Gil. Santa Isabel. D. Pedro I. D. João I. D. Afonso V. Nun'Alvares. Infante D. Henrique. Infante D. Fernando. D. Duarte de Meneses. Vasco da Gama. Pedro Alvares Cabral. Fernão de Magalhães. Os irmãos Côrtes Reais. Tristão da Cunha. Fernão Mendes Pinto. Bento de Góis. Frei Pantaleão de Aveiro. D. Francisco de Almeida. Afonso de Albuquerque. Mártires do Japão. Duarte Pacheco Pereira. D. João de Mascarenhas. D. Constantino de Bragança. D. Luís de Ataíde. Febo Monis. Sanches de Baena. Salvador Correia de Sá. 2.<sup>o</sup> Marquês das Minas. 7.<sup>o</sup> Marquês de Niza. Leonor da Fonseca Pimentel. Gomes Freire de Andrade. Manuel Fernandes Tomás. D. Pedro IV. Marechal Saldanha. José Estêvão. Sá da Bandeira. Duque da Terceira.

#### 2.<sup>a</sup> classe

Figuras, com igual poder de sugestão educativa, mas de modo complicado carácter, e vida menos predominantemente activa e mais intelectual, estadistas, administradores, diplomatas, escritores e artistas.

D. Dinis. João das Régras. D. Duarte. D. João II. D. João de Castro. Damião de Góis. João de Barros. Gil Vicente. Camões. Pedro Nunes. Irmãos Gouveias. Francisco de Holanda. Grão Vasco. Afonso Domingues. Padre António Vieira. D. Francisco Manuel de Melo. 3.<sup>o</sup> Conde de Castelo Melhor. Frei Luís de Sousa. Brotero. Bartolomeu de Gusmão. Ribeiro Sanches. Alexandre de Gusmão. Pascoal de Melo. Jacob Rodrigues Pereira. Frei Manuel do Cenáculo. Luís Pinto de Sousa. Martinho de Melo e Castro. Machado de Castro. Silvestre Pinheiro Ferreira. Domingos de Sequeira. Marcos Portugal. 2.<sup>o</sup> Duque de Lafões. Mousinho da Silveira. 1.<sup>o</sup> Duque de Palmela. Garrett. Herculano. Castilho. Soares dos Reis. D. Pedro V. Antero de Quental. Oliveira Martins. Eça de Queiroz.

A propósito de cada uma destas individualidades serão ministrados conhecimentos acerca da respectiva época, e em torno de cada uma delas poderão ser

grupadas outras, menos distintivamente típicas, mas que se hajam associado a feitos de armas e a outros episódios célebres, ou com aquelas brilhantemente hajam colaborado, como por exemplo Egas Moniz, a propósito de Afonso Henriques, os primeiros navegadores a propósito do Infante D. Henrique, Duarte de Almeida, o Decepado, a propósito de D. Afonso V, etc., etc.

### 3.ª classe

Coordenação dos dados proporcionados pelo ensino biográfico anterior numa síntese geral da história pátria. Divisão da mesma em épocas. Critério da divisão. Revisões sob a forma episódica e pitoresca: planos de castelos, armaduras, retratos, descrições de batalhas, navios antigos, mobiliário, indumentária, moedas e sua equivalência. Relação de todos os principais acontecimentos segundo o seu nexos causal, formando séries. Resumo das lições em esquemas que reproduzam esse nexos.

Durante os três anos da 1.ª secção, os alunos desenharem os seguintes mapas:

- 1.ª Península Ibérica. Sua divisão administrativa sob o domínio romano.
- 2.ª Península Ibérica. O condado portugalense.
- 3.ª Portugal, após a conquista definitiva do Algarve.
- 4.ª Mapa-mundi, com indicação a côres dos domínios portugueses, no tempo de D. João III. Linhas indicativas das trajectórias das principais viagens marítimas e terrestres dos portugueses.
- 5.ª Mapa da fronteira do Alemtejo, após a perda de Olivença.

O material de ensino para esta 1.ª secção é constituído:

Pelo texto das biografias distribuídas por pequenos tômos contendo uma ou mais, conforme a sua extensão. Cada tômo será quanto possível ilustrado com o número máximo de gravuras autênticas ou de reconstituições rigorosas.

Por um album histórico.

Como auxiliar, o professor recorrerá ás visitas aos museus, aos lugares históricos, edificios associados a tradições, bibliotecas e arquivos.

## 2.ª SECÇÃO

### 4.ª Classe

História universal. — Conceito de história universal. Sua divisão em épocas. Critério da divisão.

*Idade Média* — Seus períodos. Ruína da civilização e da ordem social dos romanos: invasão dos bárbaros, seus chefes, seus episódios principais, sua duração, seus efeitos. As monarquias bárbaras. A monarquia franca e o império de Carlos Magno, como ensaio duma ordem social. A invasão normanda. A Igreja e a monarquia universal.

A invasão árabe, episódios principais, sua duração, seus efeitos. O feudalismo, como novo tipo de ordem social. Lutas entre o sacerdócio e o império, suas causas, principais episódios e efeitos. As cruzadas, principais chefes e epi-

sórdios, seus efeitos. As comunas. A guerra dos cem anos. Progressos da realeza. As nacionalidades. Queda do império romano do oriente.

*Idade Moderna.* — Renascença. Reforma. Lutas religiosas. Contra-Reforma. O absolutismo. Supremacia da casa de Austria. Luta entre a casa de Austria e a casa de Bourbon. Luís XIV. Revolução inglesa. Progressos da Inglaterra, como potência marítima e colonial. A Prússia, seu engrandecimento. Guerra da sucessão de Austria. Guerra da sucessão de Espanha. A Rússia, seus progressos. Os Estados Unidos. Descoberta da Australia. A França, a sua crise interna, os seus escritores doutrinários.

*Idade contemporânea.* — A revolução francesa. Causas, fases e consequências. Coligações contra a França. O império napoleónico, sua expansão, limites e duração. A Santa Aliança. As revoluções liberais. O segundo império. A questão do oriente. A guerra franco-prussiana. A República em França e em Espanha. A Alemanha moderna. A politica colonial das nações modernas.

Este programa é apenas um indice, que o professor preencherá. Cada lição deve ser exposta em série, ligando os acontecimentos causalmente, a dentro da cronologia.

O aluno guiar-se-há sempre por um esquema, que aponte as causas gerais, remotas e próximas, o decurso dos acontecimentos, o seu desfecho e consequências. Atender-se-há também à simultaneidade dos acontecimentos, fazendo ver ao aluno que a história universal é uma síntese das diferentes histórias nacionais, associadas pelas passagens de mais vasto alcance. O professor salientará a solidariedade que liga todos os povos no decorrer da história, a luta económica entre as grandes potências e a impossibilidade dos pequenos povos se isolarem, sem prejuizo máximo.

### 5.<sup>a</sup> Classe

*Antiguidade oriental.* — Distinção entre história e prehistória. Fontes históricas. Domínio da história. Egipto: situação geográfica, períodos da sua história, domínios estrangeiros. Organização política e social. Civilização: religião, agricultura, comércio e indústria, literatura, sciências, artes, sistema de escrita e de cronologia. A influência civilizadora do Egipto.

Estudo sumário e segundo o mesmo plano das civilizações india, chinesa, assírica, babilónica, fenícia, persa e israelita.

*Antiguidade clássica.* — Grécia. Situação geográfica. Os tempos heróicos; organização política e social, religião. Invasão dórica. Rivalidades internas. Sparta e a constituição de Licurgo. Evolução política de Sparta. Sua hegemonia. Atenas e a constituição de Solon. Evolução política de Atenas. As guerras médicas. Sua hegemonia. Expansão colonial da Grécia. Péricles. A civilização ateniense: artes, literatura, sciências e filosofia. As guerras de Peloponeso. Hegemonia de Tebas. A Macedónia. Filipe e Alexandre Magno. O império de Alexandre. Sua extensão, desmembramento e consequências. Conquista romana.

*Roma.* — Situação geográfica. O período lendário. A república. Constituição política. Evolução política. Conquista da Itália. A expansão colonial. Guerras púnicas. Influência da expansão colonial na vida interna de Roma: os costumes, as lutas intestinas, as reivindicações sociaes, as guerras civis, os triumviratos. O imperio. Apogeu do império. Esplendor da civilização romana: as artes, a literatura, as sciências. Decadência do império. O cristianismo. As perseguições. O império do Oriente. Os bárbaros.

A esta classe aplicam-se as mesmas observações feitas ao programa da antecedente.

*Material.* — Um compêndio para cada classe, atlas de geografia histórica, um album histórico e uma máquina de projecções.

### 3.ª Secção — Curso complementar de letras

#### 6.ª Classe

História de Portugal. Seu desenvolvimento.

Introdução: A reacção neo-gótica. Separação do condado portugalense.

Primeira época: Formação territorial. As conquistas dos primeiros reis.

Composição dos seus exercitos, sua estratégia. A guerra defensiva com Lião. Relações internacionais. Santa Sé. Monarquias, peninsulas, Navas de Tolosa, Salado. As cruzadas. Conquista definitiva do Algarve, negociações sobre a sua delimitação.

Segunda época: Organização interna: a rialeza, seus fundamentos jurídicos. O cléro, irmandades, ordens monásticas e militares. A nobreza, sua hierarquia e imunidades. O povo, suas classes. Os concelhos. As relações sociais: as Côrtes, as lutas do cléro e da rialeza, as inquirições, as confirmações, o beneplácito, a justiça e a administração.

Recursos económicos: agricultura, comércio e indústria.

Defesa: marinha, providências de D. Fernando. Exército, sua composição.

Cultura: O ensino. A Universidade. Conspecto literário. Architectura e escultura.

Terceira época: Expansão marítima e colonial: a marinha e o Infante D. Henrique. D. João I e o povo. O Direito Romano. A luta da rialeza contra o cléro e a nobreza. As côrtes. Reforma dos forais. As viagens e conquistas, seus proventos, sua distribuição. A administração das colónias. A base económica da politica da época. A política diplomática. Portugal como agente poderoso da renascença, consequências das descobertas. A arte e a literatura do século XVI. Causas da decadência.

#### História local

Esbôço sumário da participação da região e da cidade sede do liceu na história pátria, durante uma série de lições, que não excederá a doze.

#### 7.ª classe

Quarta época: Domínio castelhano: administração dos reis castelhanos. As suas exacções. As colónias invadidas pelos estrangeiros. Os holandeses no Brasil. O Código Filipino. Portugal na política europeia, segundo a diplomacia da Casa de Austria.

Quinta época: Reorganização interna e colonização do Brasil. A política diplomática de D. João IV. Os tratados e alianças. O apoio da França e da Inglaterra. O casamento de D. Catarina de Bragança: suas consequências polí-

ticas. A Guerra da Restauração: organização militar, episódios principais. A política do Conde de Castelo Melhor. As Côrtes de 1697. A política diplomática de D. Pedro II. A aliança com a Inglaterra e o Tratado de Methwen. Portugal na guerra da sucessão de Espanha. Progressos na soberania do Brasil, a sua colonização como base económica da metrópole. D. João V, seu fausto. A política diplomática de D. João V. O Marquês de Pombal: sua administração. Portugal e o pacto da família dos Bourbons. O Conde de Lippe, organizador do exército, D. Maria I e a reacção contra a administração pombalina. Pina Manique. A política diplomática de Luís Pinto de Sousa. Portugal na Guerra do Roussilhão. Portugal e Napoleão, as invasões, a resistência. A Guerra Peninsular. Crise económica. A revolução liberal de 1820. Separação do Brasil. D. Miguel e D. Pedro IV. A Carta Constitucional. A legislação de Mousinho da Silveira. Evolução política do país durante o constitucionalismo. Fomento. A situação contemporânea.

### História local

Continuação do esboço encetado na classe anterior, durante uma série de lições que não excederá a quinze. Exemplificação do método de investigação histórica com o estudo dum pequeno problema de história local, sob a direcção do professor.

O relator,

*Fidelino de Figueiredo.*

---

# “QUE NADA SE SABE,,

(CONTINUAÇÃO)

Tradução da obra QUOD NIHIL SCITUR  
de Francisco Sanches.

A isto poderias ajuntar ainda os monstros que aparecem a cada passo, em tão grande numero e tamanha diversidade, sobretudo na especie humana, a indistinção de sexos em algumas especies, e em individuos d'outras especies, <sup>(1)</sup> e os hibridos, como, por exemplo, os seguintes, que são vulgares entre nós: o macho cavalariço, o macho burreiro, <sup>(2)</sup> o licisco e o cabrito montês, que são provenientes respectivamente do cruzamento dum burro com uma egua, dum cavalo com uma burra, dum lobo com uma cadela, e dum touro com uma egua, ainda que do coito entre os cães e as raposas, os tigres, as hienas e o lobo, com os quaes dizem que se cruzam, deva resultar uma terceira especie, como do camelo com a egua, do galo com a perdiz, e do abutre com a aguia, de cujo cruzamento, se é verdade o que dizem, é proveniente o xofrango. Cousas identicas se observam nas arvores e noutras plantas, como na *caulorapus*, nas *malopersica*, *amigdalopersica*, <sup>(3)</sup> e muitas outras, nas quaes por meio da enxertia se obtem uma natureza intermedia entre a planta que se enxerta e aquela em que é enxertada; e se finalmente acrescentares a isto as mudanças de especies, como, por exemplo, o joio provindo muitas vezes do trigo, este provindo tambem algumas vezes d'aquela, e a aveia provindo do centeio, se ajuntares ainda as mudanças de sexo em algumas pessoas,

Outras occasiões de ignorancia.

Aristot. 2. De generat. animal.

Outra occasião da nossa ignorancia.

Quod si addere velis monstra quae in dies fiunt, tot, tamque diversa maxime in homine, promiscuos sexus in aliquibus speciebus, et allarum specierum individuis: mixtas species, ut ex asino et equa mulus, aut ex equo et asina hinnus, ex lupo et cane lycisca, ex tauro et equa hinnulus, quae vulgata sunt apud nos: quanquam et ex canis et vulpis, tigridis, hyaenae, lupique, cum quibus misceri aiunt, coitu tertia species fieri debeat, ut et ex cameli cum equa, galli cum perdice, et si verum est quod de ossifrago dicunt, ex vulture et aquila gignitur. In arboribus eadem mixtio cernitur et plantis aliis, ut in caulorapo, malopersicis, amigdalopersicis, et pluribus aliis, quibus insitione media acquiritur natura inter insitum, et id cui inseritur; si denique addas mutationes specierum, ut ex tritico saepe lolium, et ex lolio triticum quandoque, et ex secala avena fit: si mutationes sexus in quibusdam homini-

Allae ignorantiae occasiones.

Aristo. 2. de generat. animal.

Occasio alla in rebus inscitiae nostrae.

<sup>1</sup> Não sei se a tradução aqui corresponde exactamente á ideia do autor. Dicant Paduani.

<sup>2</sup> São estas, segundo nos informam, as designações adoptadas, pelo menos na provincia de Trás-os-Montes.

<sup>3</sup> Aqui, como noutros pontos, conservarei os nomes latinos para evitar erros, deixando aos especialistas o trabalho e a responsabilidade da identificação e da tradução.

Hipoc. 6.  
Eplde. Plln.  
Liv. 7.º, c. 4,  
da Hist. Nat.  
Amat. Lusit.  
Cent. 2. Cur.  
39.  
Outras cau-  
sas de igno-  
rancia.

O calor faz  
quasi tudo.

Poder do  
calor, e seu  
elogio.

Dizia Pita-  
goras (Laërt.  
8) que pelo  
calor par-  
tilhamos de  
Deus.

O mesmo  
dizia Epicuro,  
d'onde Laërt.  
9. e 10 e Pi-  
tag. 8.

Nada refle-  
cte melhor a  
Deus que o  
fogo.

Exodo, c. 3.º  
Exodo, c. 14  
Actos dos  
Apostolos, c.  
1.º

a transformação, por exemplo, duma virgem num varão, como disseram Hipocrates e outros, tornarás o assunto absolutamente difficil, e a esse respeito não saberás o *quid*, nem o *quomodo*, nem o *a quo*, nem o *quare*. Tambem eu o não sei. Nos seres que não têm alma ha ainda maior mudança e maior diversidade na geração e na corrupção. Além d'isso os muitos e varios efeitos, por vezes contrarios, da mesma causa, e tambem as muitas e varias causas, por vezes contrarias do mesmo efeito, vêm tirar-nos occasião de saber.

Para não ser acusado de demasiado prolixo, visto que estas cousas têm de ser tratadas mais desenvolvidamente no livro « Examen rerum », sirva-te de exemplo unico o calor, o qual, relativamente á mesma cousa, gera, corrompe, branqueia, ennegrece; aquece, resfria; adelgaça, engrossa; separa, reúne; derrete, coalha; seca, humedece; rarefaz, condensa; dilata, contrae; alarga, aperta; torna doce ou amargoso, pesado ou leve; amolece ou endurece; atrae ou repele, move ou detém, alegre ou entristece. Afinal o que é que o calor não faz? O calor é a divindade sublunar, a mão direita da natureza, o agente dos agentes, o mobilizador dos mobs, o principio dos principios, a causa das causas sublunares, o instrumento dos instrumentos, a alma do mundo. Não foi sem motivo que na infancia da filosofia muitos dos antigos acreditaram que o fogo era o primeiro principio. Com razão Trimegisto chamou Deus ao fogo. Com toda a justiça Aristoteles chamou a Deus o calor do ceu, embora não acreditasse que o calor do ceu era Deus, e por isso neste ponto é sem razão censurado por Cicero. Efectivamente o que é que, melhor que o fogo, nos poderá dar uma ideia do poder e da virtude de Deus infinito e omnipotente, e ser melhor imagem da sua inefavel divindade? Ele proprio insinuou isso, mostrando-se da primeira vez ao seu fiel servo numa sarça ardente, e guiando numa columna de fogo atravez do deserto o seu povo dilecto, e descendo em linguas de fogo sobre o cenaculo dos seus eleitos. Aí tens quantas cousas faz o calor; e todavia é um simples accidente, cuja razão, assim como a das outras cousas, é desconhecida. Como é que só por si exerce acções tão variadas? E' difficil de entender, mais difficil ainda de dizer, e difficilimas, ou talvez impossiveis, as duas cousas. Distinguem eles no entanto aquillo que se dá *per se* d'aquillo que succede *ex accidenti*: opõem a variedade do assunto, e qualquer d'essas cousas é mais difficil que a primeira. Quem é que conhece com exactidão essa variedade? Ninguém.

Hypoc. 6.  
Eplde. Plln.  
lib. 7. Natu-  
ra. histo. c.  
4. Amat. Lu-  
sit. Cent. 2.  
Cur. 39.

Allae igno-  
randi causae.  
Calor omnia  
fere agit.

Caloris vir-  
tus, et enco-  
molum. Ca-  
lore nos Deo  
communicare  
dicebat Py-  
thag, Laërt. 8  
Idem Epi-  
cur. undé  
Laërt. 9. et  
10. et Pytha-  
go. 8.

Nil magis

bus, a virgine in virum, ut illi dixere, rem omnino difficilem efficies, nec scies quid hoc quomodo, a quo, quare. Minus ego.

Atque in his quae anima carent maior mutatio, maior diversitas in generatione, in corruptione. Amplius nobis sciendi ansam adimunt eiusdem rei varii, multi, sed et contrarii effectus: eiusdem contra effectus variae, multae, sed et contrariae causae. Exemplum unum (ne nimis prolixus sim, cum in rerum examine haec latius discutienda sint) tibi sit calor, qui idem generat, corrumpit: dealbat, denigrat: calefacit, frigefacit; attenuat, incrassat: segregat, congregat: liquat, cogit: exsiccat, humectat: rarefacit, densat: extendit, contrahit, ampliat, coarctat: dulcorat, amaricat: gravat, allevat: mollit, durat: trahit, pellit: movet, cohibet: laetificat, tristat. — Quid denique non agit calor? Hic numen sublunare est, dextera naturae, agens agentium, movens moventium, principium principiorum, causa causarum sublunarium, instrumentum instrumentorum, anima mundi. Nec inmerito in prima Philosophia antiqui plurimi ignem primum credidere principium. Merito Trimegistus ignem Deum vocavit. Optima cum ratione Aristot. Deum, ardorem coeli potuit appellare, licet coeli ardorem Deum esse non crediderit: proindeque in hoc a Cicerone male taxatur. Quid enim Dei Optimi Max. melius potentiam, virtutem, speciemque aliquam eius ineffabilis divinitatis nobis suggerat igne? Ipsemet hoc insinuavit, in ardenti rubo fideli servo se primum ostendens: et in columna ignis dilectum populum per desertum ducens: et in igneis linguis super electorum

Dizem só algumas cousas provaveis, e nada que saibam ao certo. D'isso falaremos depois: basta por agora saber que nós nada conhecemos bem.

Pela mesma razão o mesmo efeito produzido por causas contrarias tem como consequencia para nós a maxima ambiguidade. A frialdade provém, quer do movimento, como na agitação do coração, do torax, das arterias e da agua quente, quer do repouso, como succede com um homem que descansa depois de aquecer com o movimento.

O calor provém tambem do movimento, na corrida; e do repouso, se, por exemplo, o coração parar, ou se não agitares a agua a ferver. A negridão provém do calor, nos Etiopes: do frio, num membro morto, ou levantado por muito tempo, principalmente se pela compressão se impedir a passagem do sangue pelas arterias. A podridão provém de todas as qualidades, tirada a secura.

Mas não é só isto: <sup>(1)</sup> uma cousa pode mesmo ser produzida pela sua contraria. O calor é produzido pelo frio, na cal fria humedecida, e em nós, nas fontes e na terra durante o inverno, e d'aí o aforismo: « Ventres hyeme et vere calidissimi ». O frio provém do calor nos corpos quentes queimados, nos Etiopes, que são frios por dentro, assim como nós no verão. Não compreendo como é que se dão essas cousas. Segue-se d'aí que tambem não o compreendam os outros? Não o concluo necessariamente; mas parece.

O que eles dizem acerca d'isso conheço eu; mas nem por isso fico a conhecer melhor o assunto. Já isso pensava eu antes; mas não satisfazia o meu espirito. Efectivamente se eu conhecesse bem alguma cousa, não o negaria, antes, de contentamento, o proclamaria bem alto, pois nada melhor me podia acontecer; sou, porém, atormentado por uma perpetua tristeza, desesperando de poder conhecer bem alguma cousa.

Sendo assim, ou eu sou o mais ignorante de todos, ou juntamente comigo, tambem os outros são ignorantes. Ambas as afirmações julgo verdadeiras: se os outros soubessem alguma cousa, tambem eu saberia, pois não é verosimil que só a mim a natureza fosse inteiramente adversa. Ora eu não sei absolutamente nada: tu tambem não.

conventum descendens. Vides quanta calor agat: simplex tamen accidens est, culus ratio, sicut et aliarum rerum, incognita est. Quomodo tot obit munia solus? Difficile intellectu, difficilius dictu, difficilimum, vel impossibile forsan, utrumque. Distingunt tamen id quod per se, ab eo quod ex accidenti fit: varietatem subiecti obiciunt, quorum quodlibet difficilius est primo. Quis hanc varietatem exacte novit?

Nullas. Solum probabilia quaedam dicunt: quod certo sciunt, nihil. Sed de his postea. Sufficiat nunc nosse, nos nil plane nosse. Eadem ratione a contrariis causis idem productus effectus ambiguitatem nobis parit maximam. Frigiditas et a motu fit, ut in cordis, thoracis, arteriarum, calidaeque aquae agitatione, et a quiete, ut si homo a motu calens quiescat. Caliditas itidem a motu, in cursu: a quiete, si quiescat cor, aut bullientem aquam non moveas. Nigrities a calore, in Aetiopibus: a frigore, in demortuo, aut diu suspenso membro: praecipue si compressione spiritus per arterias transitus impediatur.

Putredo, ab omnibus qualitatibus, dempta siccitate. Nec hoc solum, sed unum contrarium ab alio contrario producit: calor a frigore, in calce frigida macerata, in nobis, fontibus, terra, hyberno tempore: unde sententia, Ventres hyeme et vere calidissimi. Frigus a calore, in combustis corporibus calidis, in Aetiopibus, qui frigidi sunt interne, et nos etiam aestate. Quomodo haec fiant penitus non intelligo. Ergo nec alii? Non necessario concludo. Videtur tamen.

Outra occasião de ignorancia.

Hip. I. Afor. 15.

Deum refert igne. Exod. c. 3. Exod. c. 24. Act. Apost. c. 1.

Alla ignorandi occasio

Hyp. I. Afor. 15.

(1) Isto que eu acabo de dizer, isto é, o facto de haver efeitos contrarios produzidos pela mesma causa, e causas contrarias produzindo o mesmo efeito.

Ha, nas cousas, muitas outras causas da nossa ignorancia; seria longo inutil enumera-las todas aqui, quando tu as podes ver em tratados, e eu mesmo as indicarei em qualquer lugar onde tenha de falar d'elas. Aduzirei aqui apenas uma ou outra das principaes.

Outra causa de ignorancia

Causas duvidosas das cores.

A variedade das cousas, e a sua multiplice forma, figura, quantidade, acção e tantos e tão diversos usos, assediam-nos, ou melhor, distraem-nos de tal maneira o espirito que não pode proferir ou sentir alguma cousa com segurança que não seja investido por outro lado e forçado a ceder da sua opinião, e assim vae oscillando sem nunca se fixar. Basta ir buscar um exemplo ás côres.

Se se afirmar que a brancura provém do calor, temos logo contra isso neve, o gelo, e os Alemães; se se afirmar que vem do frio, temos logo contra isso a cinza, a cal, o gesso e os ossos queimados. Se dizemos que provém da humidade, temos logo estas cousas contra; se da secura, temos aquelas. Quanto á cor negra, outras tantas duvidas. E o que dirás das intermedias? Que temperatura indicarás para elas? As extremas, essas ainda parecem ter uma causa clara, para a neve, o frio, e para a cinza, o calor: é o que nos indicam os sentidos; mas o que dirás tu dos animaes de pele mosqueada, como a pantera, o leopardo, o cão, e semelhantes? O que dirás das plantas, do *dracunculus*, do *carduus argentatus* e do *trifolium maculatum*? O que dirás das flores variegadas da *vetonica altilis* e da violeta (*viola*)? O que dirás do *turcicus phaseolus*? O que dirás das aves, do pavão e do papagaio, por exemplo? Admitirás porventura diversos temperamentos no pavão, nas flores matizadas, no leopardo, na mesma pena, na mesma flor, no mesmo cabelo? E estas são côres permanentes. O que dirás tu do arco-iris, da pomba variegada, dum vaso de vidro cheio de agua, e d'outro sem ela, que expostos de diferente maneira ao sol, ou vistos de sitios diferentes, apresentam côres tão diversas? Emudecerás como eu, e com razão; muito mais ainda em todas as outras cousas de que acima falei. E não ha maneira de chegar ao fim: quanto mais perscrutamos, mais dificuldades nos surgem mais nos confundimos, mais difficilmente nos desenredamos. Efectivamente, onde ha multidão, ha confusão. E' assim que nos deve com justiça ser permitido

Onde ha multidão ha confusão.

Alia causa inscitiae

Colorum causae dubiae.

Quid ipsi de his dicant audio: non tamen propterea rem magis cognosco. Idipsum ego cogitabam antea: sed non satiabat animum. Nam si quid perfecte cognovissem, non negassem, imo vehementer clamassem prae laetitia: nil enim felicius mihi evenire potuerit. Nunc autem perpetuo angor moerore, desperans me quid perfecte scire posse. Aut ergo solus ego omnium ignarissimus: aut mecum omnes alii. Utrumque credo verum; sed scirem tamen aliquid, si alii etiam aliquid sciunt: nec enim verisimile est mihi soli omnino adversari fuisse naturam. At nil omnino scio. Neque tu; plures aliae sunt in rebus nobis occasiones ignorandi, quas et longum, et inutile esset omnes huc transferre, cum in singulis earum tractatibus eas tibi videre liceat, et ipse ubique ostendam ubi de eis sermo fuerit. Solum unam aut alteram adhuc addam praecipuas. Rerum varietas, multiplex forma, figura, quantitas, actiones, usus tot tamque diversi mentem sic nobis circumveniunt, aut melius, distrahunt, ut secure non possit quid vel proferre, vel sentire, quin ex alia parte obsideatur, et cogatur opinione cedere: sicque hinc inde varia nunquam sistitur.

Si asserat albedinem (ut de coloribus sufficiat exemplum adduxisse) a calore fieri, arguit eam nix, glacies, germani: si a frigore, cinis, calx, gypsum et os, usta. Si ab humidade, haec; si a siccitate, illa. De nigredine totidem contingunt dubitationes, Quid vero dicas de mediis? Quam temperiem illis assignabis? Atque extrema adhuc videntur manifestam habere causam, ut nix frigus, cinis calorem: quia utrumque sensu deprehenditur.

Quid vero dicas de maculatis animalibus panthera, pardo, cane, et similibus? Quid de herbis, dracunculo, carduo argentato, trifolio maculato? Quid de floribus vetonicae altilis, violaeque variegatis? Quid de turcico phaseolo? Quid de avibus, pavone, psittaco? An pavoni, maculatis floribus, pardo, in eadem pinna, flore eadem, eodem capillo, diversa assignabiles temperamenta? Atque permanentes colores sunt. Quid de Iride dices, de columba variegata,

Comparar a filosofia ao labirinto de Minos: uma vez entrados nele não podemos retroceder, nem desemmaranharmo-nos, e, se avançamos, esbarramos com o Minotauro, que nos tira a vida.

O fim dos nossos estudos, o premio dum trabalho vão e inutil são as perpetuas vigílias, a fadiga, os cuidados, a inquietação, a solidão, a privação de todas as delicias, a vida semelhante á morte, vivendo, combatendo, falando, pensando com os mortos, separar-se dos vivos, descurar os proprios bens, e destruir o corpo apurando o espirito. D'aqui as doenças, muitas vezes a loucura, e sempre a morte. E se o trabalho improbo vence todas as cousas, é porque tira a vida, e apressa a morte que de todas as cousas nos livra, e assim aquele que corre vence tudo. Se fosse verdade o que diz Horacio, sucederia tudo inteiramente ao contrario. Efectivamente ele diz. « Em suma, o sabio só é inferior a Júpiter, é rico, livre, considerado, nobre, finalmente rei dos reis; principalmente isto: a não ser quando a pituita o incomoda ». Vê como ele se viu obrigado a lutar por fim da pituita. Noutra passagem diz o contrario, e com mais verdade. Embora tu, ó Homero, venhas acompanhado das Musas, se nada trouxeres, serás posto na rua ».

É o mesmo Horacio diz ainda melhor mais adiante: « Convém saber que o dinheiro, que é rei de tudo, dá mulher com bom dote, credito, amigos, nobreza e formosura. Ao bem endinheirado honram-no Suadela (1) e Venus ». Efectivamente é bem verdade o que diz Ovidio: « O senado é vedado aos pobres, a riqueza é que dá a consideração; d'aí o grave juiz, d'aí o severo cavaleiro. O valor está na riqueza, o dinheiro traz honras, o dinheiro traz amizades, o pobre em toda a parte é desprezado ». (2) A sciencia é estimada em nada, as togas cedem o lugar ás armas, concedem-lhes as palmas. Desprezam-se os letrados. Então porque é que nos consumimos? Não sei: assim o querem os fados. « Deus deu aos filhos dos ho-

de vitro aqua pleno, et alio sine aqua: quae varie soli exposita, aut ex vario videntis situ tam varios proferunt colores? Merito inutus eris, ut et ego. In omnibus aliis, quae supra enarravimus, multo magis. Nec unquam finis: quo plus scrutamur, plures sese offerunt tricae, magis confundimur, difficillius expedimur. Ubi enim multitudo, ibi confusio. Sic non immerito philosophiam nostram liceat conferre Minois labyrintho: in quem ingressi regredi non possumus, nec explicare nos: si pergamus, in Minotaurum incidimus, qui nobis vitam adimit.

Hic finis studiorum nostrorum, hoc praemium irriti et vani laboris, perpetuae vigiliae, labor, curae, sollicitudo, solitudo, privatio omnium deliciarum, vita morti similis, cum moribus degendo, pugnando, loquendo, cogitando, a vivis abstinere, propriarum rerum curam non onere, animum exercendo corpus destruere. Hinc morbi: saepe delirium: semper mors. Nec labor improbus aliter omnia vincit, nisi quia vitam adimit, mortem accelerat, quae ab omnibus liberat; sic qui moritur omnia vincit: tantumque abest ut verum sit quod ille dicit, ut contra omnino eveniat. Ait autem

« Ad summam sapiens uno minor est Jove, dives,  
Liber, honoratus, pulcher, rex denique regum.  
Praecipue sanus: nisi cum pituita molesta est. »

Vide quomodo pituitam coactus aperuit tandem.  
Sed alibi contrarium dicitur, et verius.

A filosofia é semelhante ao labirinto de Minos.

Triste fim dos estudos.

O trabalho improbo vence tudo porque mata.

Horacio, I Epist. 1.<sup>a</sup>

I. Epist. 6.

Ovidio. I. Fastos.

Ecclesiast..

Ubi multitudo, ibi confusio.

Philosophia Minois labyrintho similis.

Tristis studiorum finis.

Labor improbus omnia vincit, quia vitam adimit.

Horat. I. Epist. 1.

(1) Suadela, deusa da persuasão. Em Enio aparece a forma *Suada*.

(2) Já Cicero dizia: « Homo sine honore, sine censu (homem sem consideração, sem bens) ».

Havia o *census senatorius*, posses de senador (800:000 sestercios) e o *census equester*, posses de cavaleiro (400:000 sestercios).

mens esta pessima occupação para se occuparem nela. Todas as cousas fez boas no seu tempo, e entregou o mundo ás disputas d'elles para que o homem não encontrasse a obra que Deus tem feito desde o principio até ao fim». A propria philosophia (para voltarmos ao ponto d'onde nos afastamos) parece semelhante á Hydra de Lerna, que Hercules venceu; a nossa, porém, não ha quem a vença. Cortada uma cabeça, surgem logo cem sempre mais ferozes. Falta efectivamente o fogo do espirito que, conhecendo perfeitamente uma cousa, tire ás outras difficuldades a occasião de surgirem.

Concluamos. Todo o conhecimento vem dos sentidos.

Tirando esse, tudo é confusão, duvida, perplexidade, adivinhação: nada ha certo. O sentido só vê as cousas exteriores; não as conhece. Com a palavra sentido refiro-me agora aos olhos. A mente considera as cousas aceites pelo sentido. Se este foi enganado, tambem ela; e se não foi, o que é que ella consegue? Só vê as imagens das cousas, a que os olhos deram acesso: olha-as d'aqui e d'ali, volta-as dum e d'outro lado, inquirindo o *quid*, o *a quo tale*, e o *porque* (*cur*). Nada mais que isso; e nada certo consegue ver. Não é isto o que nos mostra a fabula esopiana de grou e da raposa? Nessa fabula o grou, convidando a raposa para um jantar, poz deante d'ella uma vasilha cheia de papas, mas de gargalo muito estreito. Debalde a raposa procurava com o focinho e com a lingua apanhar alguma cousa d'aquella iguaria que tinha deante dos olhos, o que a levou a desforçar-se do grou, pregando-lhe uma partida do mesmo genero. Semelhantemente iludiu Zeuxis os passaros com uvas pintadas: debicando-as elles para as comerem, bateram com o bico na tabua. Mas tambem a esse o enganou um outro com um veu tão habilmente pintado que parecia real. Orgulhoso como se já tivesse vencido, correndo com o desejo de ver a pintura, e julgando-a coberta com o veu, aproximou a mão para o afastar, encontrando apenas o quadro. E'

«Ipsa licet venias Musis comitatus Homere.  
Si nihil attuleris, ibis Homere foras.»  
Et idem Horat. melius inferius  
«Scilicet uxorem cum dote, fidemque, et amicos,  
Et genus, et formam regina pecunia donat.  
At bene nummatum decorant Suadela, Venusque.»  
Verum quidem id est nunc quod et ille alibi.

«Curia pauperibus clausa est, dat census honores,  
Inde gravis iudex, inde severus eques.  
In pretio pretium nunc est, dat census honores,  
Census amicitias, pauper ubique iacet.»

Nihili fit doctrina, et cedunt armis togae, concedunt laureae linguae. Nauci fiunt literati. Quid igitur nos consumimus? Nescio; sic fata ferunt. «Dedit Deus filiis hominum occupationem hanc pessimam, ut in ea occuparentur. Cuncta fecit bona in tempore suo: et mundum tradidit disputationi eorum, ut non inveniat homo opus quod operatus est Deus ab initio usque ad finem».

Non absimilis etiam videtur eadem Philosophia (ut unde digressi eramus regrediamur) Hydrae Lerneae, quam Hercules expugnavit. Nostram autem non est qui vincat. Abscisso capite uno, emergunt centum ferociora semper. Deest enim mentis ignis, qui perfecte rem unam cognoscens, reliquis difficultatibus pullulandi occasionem auferat.

Concludamus. Cognitio omnis a sensu trahitur. Ultra hanc, omnia confusio, dubitatio, perplexitas, divinatio: nil certum. Sensus solum exteriora videt: nec cognoscit. Oculum nunc sensum voco. Mens a sensu accepta considerat. Si hic deceptus iuit, illa quoque: sin minus, quid assequitur? Imagines rerum tantum respicit, quas oculus admisit: has hinc inspectat, versat, inquirendo, quid hoc? a quo tale? cur? Et hoc tantum. Nec enim videt aliquid certi. Nonne hoc vult illius fabula? in qua grus vulpem ad prandium invitans, ei scy-

A philosophia é semelhante á Hydra de Lerna.

Fóra dos sentidos tudo é confusão, duvida.

O sentido não conhece.

O grou de Esopo faz-nos lembrar a natureza.

Zeuxis: ver Plinio, l. 35, c. 10 Parrasio: Plinio, ibidem.

I. Epist. 6.

Ovid. 3. Amor. eclg. 7.

Ovid. I. Fastos.

Ecclesiast. I.

Philosophia similis Hydrae Lerneae.

Extra sensum omnia confusio, dubitatio.

Sensus non cognoscit. Naturam Aesopi grus refert.

assim que a natureza nos apresenta as cousas para as conhecermos. Numa passagem qualquer diz Aristoteles; «com relação á essencia das cousas a nossa intelligencia comporta-se como os olhos do corvo com relação á luz do sol». A nossa razão julga das cousas por simulacros. (1) Poderá porventura ser exacto esse juizo?

Seria toleravel se obtivessemos por meio dos sentidos as imagens de todas as cousas que desejamos saber; ora, muito pelo contrario, das principaes cousas não temos nenhuma. Só as temos dos accidentes que, segundo dizem, nada importam para a essencia das cousas, da qual é a verdadeira sciencia, e são aquilo que em todos os entes tem menos valor. Por estas cousas devemos avaliar todas as outras. E' por isso que as cousas que são sensiveis, grandes, despreziveis (e essas são os accidentes, e os compostos) de qualquer modo nos são conhecidas; e pelo contrario as que são espirituaes, subtis, elevadas (e são essas os principios dos compostos, e as cousas celestes) de nenhum modo nos são conhecidas. No entanto por natureza são estas as mais cognosciveis, porque são mais perfectas, mais entes, mais simples, que são as tres cousas que produzem o conhecimento perfeito. Não para nós, (2) porque são mais afastadas dos sentidos, e as cousas que conhecemos melhor são as que lhes são mais proximas, e isto só pela razão de que o nosso melhor conhecimento depende dos sentidos, pois por natureza estas ultimas são muitissimo pouco cognosciveis porque são imperfeitissimas, são quasi nada.

Ora o ente é o objecto, o sujeito e o principio de todo o conhecimento, e até de todos os actos e movimentos. Já vêes quantas occasiões de ignorancia ha para nós nas proprias cousas, e melhor o verás quando viermos á explicação d'elas. Efectivamente, estas cousas foram ditas só em globo. Não mostram que nada se sabe; mas eu tambem não me propuz mostra-lo (empregando a palavra *demonstrare* no sentido que lhe dás); nem eu o poderia fazer, porque nada se

phum augusti oris vitreum pulte plenum obiecit: ad quem vulpes linguam, osque admovens, aliquid prehendere eius, quod videbat, ferculi cogitans, irrito conatu, vindictam grui, similem ab eadem vulpe antea passae iocum, dedit. Simili ratione fictis uvis aves ille delusit: dum hae rostro impetentes, ut comederent, rostrum tabulae illidunt.

Alter vero istum, velo sic affabre delineato, ut verum videretur, decepit: dum hic, quasi iam vicisset tumidus, accurrens videndae picturae cupidus, velo coopertam credens, manum tabulae admovet, ut velum amoveat, tabulamque offendit solam. Sic nobis naturae res obicit cognoscendas. Et hoc dicebat ille alibi: intellectum nostrum ad rerum naturas, sicut nicti coracis oculum ad Solis lumen, se habere.

Per simulacra de rebus iudicat. An ergo rectum potest esse iudicium? Tolerabile id esset, si omnium rerum, quas scire cupimus, simulacra a sensu haberemus. Nunc autem contra, praecipuarum rerum nulla habemus. Solum accidentium, quae ad rei essentiam, ut dicunt, nihil conferunt; a qua vera scientia est: vilissimaeque sunt omnium entium. Ab his de aliis omnibus coniectare oportet. Quae ergo sensibilia sunt crassa, abiecta, (ea sunt accidentia, compositaque) nobis utcumque nota sunt. Quae contra spiritalia, tenuia, sublimia (ea sunt principia compositorum, coelestiaque) nullo modo.

Haec tamen natura sua cognoscibilia magis sunt: quia perfectiora, magis entia, simpliciora, quae tria perfectam cognitionem producunt. Nobis minus: quia a sensibus magis remota. Quae autem his magis propinqua, nobis magis cognita: non alia ratione, quam quia a sensu melior dependet cognitio nostra. Natura autem sua minime cognoscibilia: quia

Aristoteles.

O intellecto julga das cousas por imagens.

Os accidentes são em todas as causas o que tem menos valor.

A entidade, a perfeição, a simplicidade fazem o conhecido limneto perfeito.

O nosso melhor conhecimento vem dos sentidos,

O ente é o principio de todas as acções.

Zeuxis: apud Plin. lib. 35. c. 10. Parrhasius: Plin. ibidem. Aristot.

Intellectus iudicat de rebus per simulacra.

Accidentia vilissimasunt omnium rerum.

Entitas, perfectio, simplicitas cognitionem perfectam faciunt.

Melior cognitio nostra a sensu est.

(1) Imagens.

(2) Isto é, para nós não são essas as mais cognosciveis.

sabe. Já é bastante ter-te posto dificuldades. Se as pudesses vencer, alguma cousa saberias; mas não podes, a não ser que tenhas agora de novo um outro espirito mandado ás escondidas. Pode talvez isso fazer-se; mas ainda o não vi. Agora, porém, tratamos d'aquilo que é, e não d'aquilo que pode ser. As dificuldades que nascem das proprias cousas são minimas, se se comparam com os obstaculos que existem no cognoscente. Efectivamente, aquelle que fosse dotado dum espirito perfeito e agudissimo, e de sentidos irrepreensiveis, poderia talvez vencer tudo (para te conceder isso gratuitamente, pois que ele não o poderia, mesmo que tivesse todas essas cousas perfectissimas); mas nós vemos agora o contrario.

Segundo a definição dada, a sciencia era o conhecimento, e neste consideram-se tres cousas: a cousa conhecida, da qual já tratamos, o cognoscente, de que trataremos mais adeante, e o proprio conhecimento, que é o acto d'este com relação áquella. Do conhecimento trataremos agora, mas o mais brevemente que pudermos, pois o seu logar proprio é no tratado «De Anima». Realmente é difficilima, e cheia de obscuridade, a observação da alma, e das suas faculdades e operações: se alguma é diferente; <sup>1</sup> neste conhecimento, porém, de que tratamos agora, a dificuldade sobe de ponto, visto que não ha nada mais digno, nada mais elevado do que esse conhecimento sem igual. Se no homem fosse perfeito esse conhecimento, ele seria semelhante a Deus: seria até o proprio Deus, pois ninguém pode conhecer perfeitamente aquilo que não criou. Nem o proprio Deus teria podido criar, nem governar as cousas criadas que não tivesse conhecido previamente com perfeição. E' por isso que só ele é a sabedoria, o conhecimento, a intelligencia perfeita, só ele penetra, sabe, conhece e entende todas as cousas, porque ele é tudo, e em tudo, e todas as cousas são ele e nele. Mas como é que o imperfeito e misero homunculo ha-de conhecer as outras cousas, ele que não pode conhecer-se a si mesmo, ele que é em si, e comsigo? Como é

imperfectissima, fere nihil. Ens vero cognitionis omnis: imo actuum omnium et motuum obiectum, subiectum et principium est. Vides quanta in rebus nobis ignorandi occasio praebet. Videbis melius ubi ad earum explicationem venerimus.

Haec enim universaliter solum dicta sint. At haec non demonstrant, sciri nihil. Nec demonstrare id proposui: (ut, demonstrare, tua significatione utar) nec possem. Nam nihil scitur.

Sat est obiecisse tibi difficultates. Si has vincere possis, aliquid scies. Sed non poteris: nisi tibi clanculum demissus alius de novo sit spiritus. Potest forsan id fieri: sed nondum vidi.

Nunc vero de eo quod est, non de eo quod potest esse, agimus. Atque haec quae in rebus sunt, minima sunt, si eis, quae in cognoscente sunt, obstaculis conferantur. Qui namque perfecta, acutissimaque mente praeditus esset, inculpatoque sensu, forsan posset omnia vincere (ut tibi hoc gratis concedam: licet non possit, etiam si perfectissima omnia nactus sit). Sed nunc contrarium apparet.

Secundum igitur in definitione scientiae erat, cognitio, in qua tria spectantur. Res cognita, de qua supra: cognoscentis, de quo infra, et cognitio ipsa, quae actus est huius in illam. De hac nunc. Sed breviter quantum poterimus. Proprium enim locum obtinet in tractatu de Anima. Et sane difficilima est, perplexitatis plena animae, eius facultatum, actionumque contemplatio: si quae alia. Praecipue vero in hac, quam nunc quaerimus, cognitione. Cum nil dignius sit anima, nil excellentius hac unica cognitione. Quam si perfectam habe-

<sup>1</sup> Isto é, se alguma observação é diferente, se ha alguma que não seja difficilima e cheia de obscuridade.

Da parte do proprio cognoscente são muitos os estorvos ao conhecimento.

No conhecimento ha tres cousas.

É difficilimo o estudo da alma.

Conhecimento perfectissimo das faculdades da alma.

Só Deus tem um conhecimento perfeito.

O mesmo Plut. in Colotem.

Ens omnium actionum principium.

In cognoscente plurima sunt ad sciendum impedimenta.

In cognitione tria sunt.

Difficilima animae contemplatio.

Cognitio

que ha-de conhecer as cousas mais occultas da natureza, entre as quaes estão as espirituaes, e entre estas a nossa alma, ele que não conhece profundamente as cousas clarissimas, bem manifestas, que ele come, que ele bebe, que ele toca, que ele vê e ouve? Certamente que as cousas que eu penso, e aqui escrevo, nem eu as entendo, nem tu, depois de as leres, as terás comprehendido; julga-las-has, porém, talvez belas e verdadeiras. Taes as julgo eu, e todavia nada sabemos ambos. E' portanto sem razão que Scaligero, homem doutissimo aliás, chama absurdo a Vives porque diz que a perscrutação da natureza <sup>(1)</sup> do espirito é cheia de obscuridade. Pois eu, se a opinião d'ele é absurda, quero então ser absurdissimo, porque julgo que não só é cheia de obscuridade, mas caliginosa, escabrosa, abstrusa, inacessivel, tentada por muitos, e por ninguem superada, nem superavel. Talvez que ele, por ser dotado dum engenho agudissimo, a achasse facil. Realmente ele escreveu bem e com arte acerca da alma, como acerca de quasi tudo aquilo de que tratou; mas não a estudou dum modo inteiramente absoluto, nem ordenadamente, nem toda. Disse muitas destas cousas que, afogadas em palavras brilhantes, enganam o espirito, e que dadas em abundancia parecem matar a fome; mas que, examinadas mais profundamente, denunciam por fim o artificio, e deixam o assunto tão difficil como antes, como nós oportunamente mostraremos.

Agora, porém; tratemos do que diz respeito ao assunto presente.

O que é conhecimento? A apreensão do assunto. E o que é apreensão? Apreende tu por ti, que eu não posso meter-te tudo no espirito. Se insistires, direi que é a intelecção, o conhecimento profundo, a intuição. Se insistires ainda acerca destes ultimos termos, calar-me-hei, porque não posso nem sei responder. Deves distinguir, porém, a apreensão da recepção. O cão tambem recebe a imagem do homem, e da pedra, e de muitas outras cousas, mas não conhece. E até os nossos olhos recebem, e não conhecem; e muitas vezes a propria alma recebe, e não conhece, como succede quando admite cousas falsas, ou quando se apresentam obscuras a um entendimento tardo.

ret, Deo similis esset: imo Deus ipse. Nec enim perfecte cognoscere potest quis, quae non creavit. Nec Deus creare potuisset: nec creata regere, quae non perfecte praecognovisset.

Ipsa ergo solus sapientia, cognitio, intellectus perfectus, omnia penetrat, omnia sapit, omnia cognoscit, omnia intelligit: quia ipse omnia est, et in omnibus: omniaque ipse sunt, et in ipso. Imperfectus autem, et miser homunculus quomodo cognoscet alia, qui seipsum non nosce potest, qui in se est, et secum? Quomodo abstrusissima naturae, inter quae spiritalia sunt, et inter haec anima nostra, qui clarissima, apertissima, quae comedit, quae bibit, quae tangit, quae videt, quae audit, penitus non intelligit? Profecto quae nunc cogito, quae hic scribo, nec ego intelligo, nec tu lecta intellecta habebis. Iudicabis tamen forsitan pulchre et vere dicta. Et ego talia existimo. Nil tamen uterque scimus. Immerito proinde ille, licet doctissimus vir, Vivem absurdum vocat: quod mentis naturae perscrutationem obscuritatis plenam dicat. Imo ego, si illius opinio absurda est, absurdissimus esse volo: qui non solum obscuritatis plenam censeo, sed caliginosam, scabrosam, abstrusam, inviam, pluribus tentatam, nulli superatam nec superandam. Forsan ille, ut erat acutissimo ingenio, facilem habuit. Et sane perpulchre, et scite, ut pleraque omnia de quibus egit, animam persequutus est. Sed non omnino absolute, non ex ordine, non totam. Pleraque protulit, quae verborum ambitu exteriori mentem decipiunt, famemque affatim ingesta retundere videntur. Quae tamen, si penitus scruteris, tandem fucum produnt, remque, ut antea, difficilem relinquunt: ut suo loco ostendemus. Nunc autem quod ad praesens spectat negotium, subiciamus.

O homem não pode conhecer os arcanos da natureza.

Scaligero censura Vives sem razão.

O mesmo Heracl. ver Laerclo. liv. 9. e Plutarco livro In Colotem.

Scaligero no tratado da alma é deficiente.

O conhecimento é a apreensão do assunto.

Diferença entre apreensão e recepção.

perfectissima animae facultatum.

Solus Deus perfecte cognoscit.

Idem Plut. in Colote. Abstrusa naturae homo non nosce potest.

Scaliger immerito. Vivem corripit.

Idem Heracli. vide Laert. lib. 9. Et Plutarc. lib. in Coloteu.

Scaliger in animae tractatione defectuosus.

(1) Não esquecer o que a proposito da palavra *natureza* já foi dito numa nota.

O conhecimento proprio e o improprio.

Deves distinguir tambem o conhecimento propriamente dito de que tratamos aqui, mas que não conhecemos, do outro impropriamente dito em virtude do qual se diz que alguem conhece as cousas que viu algures, e que conserva na memoria ornadas com os proprios caracteres. <sup>1</sup>

Duas especies de conhecimento.

Efectivamente, é por este conhecimento que se diz que uma criança conhece o pae e o irmão, e o cão, o dono e o caminho por onde passou. Deves dividir finalmente todo o conhecimento em dois. Um é perfeito, e é aquelle pelo qual a gente entende e vê as cousas por todos os lados, por dentro e por fóra; esse é que é a sciencia, a qual eu desejaria conciliar agora com os homens; ela, porém, não quer. O outro é imperfeito, e em virtude d'ele se apreende o assunto por um modo qualquer, de qualquer forma que seja. Este ultimo é-nos familiar, porém maior ou menor, mais claro ou mais obscuro, repartido em suma em graus diferentes, segundo a capacidade intelectual dos homens. Dividem-no em dois: um externo, que se obtem pelos sentidos, e a que por isso chamam sensual; e outro interno, que se obtem só pelo espirito, mas que é inteiramente nada.

Divisão sem valor.

Estas cousas têm de ser consideradas d'outra maneira.

Ha só um conhecimento para tudo, mas obtido de modo diverso.

Ha só um cognoscente, o homem; e tambem em tudo isso o conhecimento é um só, pois a intelligencia que conhece as cousas externas é a mesma que conhece as internas.

Ha tres especies de cousas conhecidas de diferente modo pelo espirito.

O sentido nada conhece, nada julga: apenas recebe o que offerece ao espirito para este conhecer, da mesma forma que o ar não vê as côres nem a luz, embora as receba para as oferecer á visão. Ha no emtanto tres especies de cousas que são conhecidas pela intelligencia de modo diverso: umas são inteiramente externas, e sem qualquer acção do espirito; as segundas são inteiramente internas, e d'estas umas existem sem auxilio do espirito, outras não completamente sem isso; as terceiras são em parte externas, em parte internas.

Cousas que se mostram

Além d'isso, aquellas apresentam-se por intermedio dos sentidos; as segundas, de nenhum modo por elles, mas immediatamente por si; as ultimas finalmente, parte por elles, parte por si. Expliquemos isto. A cor, o som, o calor não

Cognitio, rei apprehensio.

Quid cognitio? Rei apprehensio. Quid apprehensio? Apprehende tu ex te. Nen enim ego in mentem omnia tibi possum ingerere. Si adhuc quaeris, dicam, intellectionem, perspectionem, intuitionem. Si adhuc de his quaeris, tacebo. Non possum. Non scio. Distingue tamen apprehensionem, a receptione. Recipit enim canis hominis speciem, lapidis, quanti: non tamen cognoscit. Imo recipit oculus noster, nec cognoscit. Recipit anima saepe, et non cognoscit. Ut cum falsa admittit: cum tardo ingenio obscura offeruntur. Distingue etiam cognitionem proprie dictam, quam nunc descripsimus, quam tamen non cognoscimus ab alia improprie dicta: qua quis cognoscere dicitur ea, quae alias vidit, et memoria tenet propriis signis ornata. Nam hac cognitione dicitur puer cognoscere patrem et fratrem: et canis dominum, et viam per quam ivit. Divide denique omnem cognitionem in duas. Alia est perfecta, qua res undique, intus et extra perspicitur, intelligitur. Et haec est scientia, quam nunc hominibus conciliare vellemus: ipsa tamen non vult. Alia est imperfecta, qua res quomodolibet, qualitercumque apprehenditur. Haec nobis familiaris. Maior tamen, minor, clarior, obscurior, variis denique partita gradibus, pro variis hominum ingeniis. Hanc duplicem faciunt. Aliam externam, quae per sensus fit: sensualem subinde vocant. Aliam internam, quae a mente sola, sed nihil minus. Aliter haec pensanda sunt. Unum cognoscens homo est. Una cognitio in omnibus his. Eadem enim mens est quae externa, et quae interna cognoscit.

Differentia apprehensionis et receptionis.

Cognitio propria, et impropria

Cognitio duplex.

Divisio nulla.

Una cognitio ad omnia, sed diversimode habita.

<sup>1</sup> Isto é, conserva na memoria a imagem d'ellas com o aspecto que tinham quando as viu.

podem apresentar-se *per se* ao espirito para este as conhecer, a não ser que imprimam a sua imagem (notemos agora que pela recepção das imagens é que se dá a sensação) num órgão apto para a receber, oferecendo-se então ao espirito essa mesma, ou outra semelhante a si, para elle a conhecer, ou por meio della conhecer a cousa de que ella é imagem<sup>1</sup>; aquellas cousas, porém, que são produzidas inteiramente pela propria intelligencia, cousas de que ella é mãe, e que estão dentro de nós, não se apresentam, não se mostram á mente por meio doutras imagens, mas por si mesmas.

a o espirito por meio da sua imagem.

Cousas que se oferecem á intelligencia por si proprias.

Taes são muitas cousas que ella propria inventa, como quando com muitas palavras descobre e conclue alguma cousa nova, e quando ella mesma entende a propria intellecção, e quando estabelece conexões, divisões, comparações, predicções<sup>2</sup> e noções, e concentrando sobre ellas a atenção, as conhece por si mesmas. Da segunda especie são todas as cousas internas, com a propria intelligencia, que todavia são feitas, ou existem sem o auxilio d'ella, como a vontade, a memoria, o appetite, a ira, o medo, e as outras paixões, e qualquer outra cousa que seja interna, e que pela propria intelligencia é conhecida immediatamente *per se*.

Ha finalmente muitas cousas que em parte chegam á intelligencia pelos sentidos, e em parte são produzidas pela propria intelligencia. De nenhum modo pode ser apreendida pelos sentidos a natureza do cão, ou do magnete.

Aquilo que é revestido de cor, de grandeza, de figura, é levado ao espirito por meio dos sentidos: E' o espirito que despoja d'esses accidentes a essen-

Cousas que chegam em parte á intelligencia, e em parte são produzidas por ella.

Sensus nil cognoscit: nil iudicat: solum excipit quae cogniturae menti offerat. Quemadmodum aer non colores, non lucem videt: quamvis hos excipiat visui offerendos.

Tria tamen sunt quae a mente diversimode cognoscuntur. Alia omnino externa sunt, absque omni mentis actione. Alia omnino interna, quorum quaedam sine mentis opera sunt. Alia non omnino sine hac. Alia partim externa, partim interna. Deinde, illa se per sensus produnt: ista nullo modo per hos, sed immediate per se. Haec denique partim per hos, partim per se. Explicemus haec. Calor, sonus, color non possunt menti per se offerri, ut ea cognoscat, nisi sui speciem (per receptionem specierum nunc sensationem fieri recipiamus) organo ei recipiendae apto imprimant, quae eadem, vel sibi similis alia menti offertur, ut eam cognoscat, aut rem, cuius illa est species, per illam. Quae autem ab intellectu ipso omnino fiunt, quorumque ille pater est, et quae intus in nobis sunt, non per alias species, sed per seipsa, se produnt et ostendunt intellectui. Talia sunt plurima quae sibi ipse fingit: ut etiam cum pluribus discursibus aliquid novi excogitat, concluditque: et cum intelligit ipse intellectionem suam: et cum coniunctiones, divisiones, comparationes, praedicationes, notionesque in se facit, ad eaque animum advertens cognoscit per seipsa. Secundi autem generis sunt omnia interna cum intellectu eodem, quae tamen sine eius opera fiunt, aut sunt: ut voluntas, memoria, appetitus, ira, metus, et reliqua pathemata, et quidquid aliud internum est, quod ab ipso intellectu cognoscitur immediate per se. Sunt denique plurima quae partim per sensus ad eum deveniunt: partim ab eo fiunt. Canis, magneris natura nullo modo sensu capi potest. Vestita ergo colore, magnitudine, figura, per sensus ad animum

Tria a mente diversimode cognoscuntur.

Quae menti per speciem offerentur.

Quae per seipsa intellectui obiciuntur.

Quae partim ad intellectum veniunt, partim ab ea fiunt.

<sup>1</sup> Veja-se o que foi dito numa nota em um dos numeros anteriores sobre o intellecto activo ou intelligencia agente, e o intellecto intelligente ou intelligencia passivel, e sobre a especie sensivel e a especie intelligivel.

<sup>2</sup> A predicação consiste em attribuir alguma cousa a outra; por exemplo, a neve é branca. Os ecclesiasticos admittiam muitas especies de predicação: a *praedicatio naturalis*, a *praedicatio directa*, a *praedicatio identica*, a *praedicatio indirecta* ou *contra naturam*, a *praedicatio praeter naturam*, a *praedicatio essentialis*, a *praedicatio accidentalis*, a *praedicatio comitativa*, a *praedicatio intrinseca*, etc.

Cousas que  
supomos.

cia; examina, revolve, junta o que resta, e por fim imagina, conforme pode, uma certa natureza comum. Pregam-me esses filosofos que nos ceus ha inteligencias; eu ouço o que dizem, mas não entendo, embora imagine cousas que me possam levar á comprehensão disso. O ar, por exemplo, facilmente o percebo pelo tacto, mas realmente nenhuma imagem d'ele existe no meu espirito, a não ser uma certa imagem, que eu imaginei, dum corpo qualquer quasi incorporeo, que eu não sei o que seja. Da mesma forma cogito sobre o vacuo.

Plurima fin-  
genja.

defertur. Hic eam illis spoliat accidentibus. Quod reliquum est considerat, versat, confert: denique naturam quandam sibi fingit communem, ut potest. Intelligentias in coelis mihi inculcant isti Philosophi. Ego audio quid dicant: sed non intelligo. Quamvis aliquid fingo, quod intelligentiam mihi referat. Aërem tactu utcumque percipio; sed sane nullam habet imaginem in mente mea: nisi quandam, quam ego mihi finxi, corporis cuiusdam quasi incorporei: nescio quid. Vacuum eodem modo cogito.

---

# PORTUGAL E O SCISMA <sup>1</sup>

(Subsidio para a historia politico-ecclesiastica portuguesa)

---

Até o fim do seculo XIII — pela unidade de lingua, a latina, que impuséra á philosophia, á historia e mesmo á poesia, pela unidade do ensino e pela unidade philosophica — a Igreja dominára na Europa. « Les philosophes n'étaient pas français, italiens, anglais, allemands; ils avaient pour patrie l'Eglise et pour école leur ordre monastique », observa Mac-Monnier. <sup>2</sup>

Mas a partir de aquelle momento tudo muda, desenhando-se então, como muito bem observou o grande Ranke, <sup>3</sup> uma nova phase na historia das relações entre o poder papal e o poder dos principes. E' essa face que se caracteriza pela rebelião dos imperantes contra a auctoridade pontificia; della dá um exemplo frisante o rei de França, Philippe o Bello, mandando queimar pelo carrasco a energica bulla que lhe enviara (1302) Bonifacio VIII, o ultimo dos papas do periodo de esplendor da historia ecclesiastica.

Nos fins do seculo XIV sobrevem o Scisma e então, já anteriormente enfraquecido, o poderio dos papas soffre com elle um novo, profundo golpe. Verificada, reconhecida a improficuidade da acção espiritual, os papas em litigio lançam-se aberta e resolutamente no caminho do argumento mais pratico, mais positivo e mais convincente, da lucta á mão armada, recorrendo ao poder dos principes — sem verem que, fazendo-o, mais clara patenteavam a sua decadencia — e mostrando com clareza inilludivel a monarchas e a povos que, se o papa impunha reis, o rei podia impôr papas.

Assim, perdido o ascendente moral, perdido o poder material, a Igreja quasi ficou á mercê dos principes; e ao mesmo tempo, em virtude da difficuldade que havia em saber a qual dos papas se devia obedecer, os fieis tinham procurado e quasi tinham conseguido dispensa-los.

Sendo, pois, um facto este abatimento profundo da auctoridade pontificia, não admira que, embora Portugal não tivesse tido senão reduzidissima acção

---

<sup>1</sup> Publicado a primeira vez no Funchal em 1913, em opusculo de 20 paginas, de pequena tiragem e muito errado no texto.

<sup>2</sup> *La Renaissance, de Dante à Luther*; 4.

<sup>3</sup> *Hist. de la Papauté aux XVI et XVII siècle*; 1, 39-42.

directa no conflicto inter-papal, os nossos monarchas — D. João I nomeadamente — aproveitassem em seu favor a situação critica do Papado.

A obediencia dos monarchas portuguezes ás menores exigencias dos papas diminuíra já muito, mesmo antes do Scisma; porém, durante este, quasi pode dizer-se ter desaparecido. Mostrou-o com clareza extrema, tratando do direito régio do padroado das cathedraes, o sr. Gama Barros.

Transcreverei as suas proprias palavras, tão preciosamente elucidativas quão concisas: «... ao passo que em 1321, durante as desavenças de Fr. Estevão com el-rei, o exercicio dos actos episcopaes na diocese de Lisboa foi commettido pelo papa João XXII, enquanto o bispo estivesse ausente, aos prelados de Coimbra, Guarda e Vizeu, em 1417 foi el-rei D. João I que, vagando a egreja de Braga, mandou por um acto seu que a governasse o bispo do Porto, D. Fernando, provido depois no arcebispado.»<sup>1</sup> Por maior que, em materia de padroado, tivesse sido o poder dos monarchas anteriores, nunca elle chegou, nem de longe se approximou, a um grau tal de acuidade. Mesmo a pressão violentamente exercida sobre os cabidos por D. Affonso III, por occasião de eleição de bispo, de que tão amargamente se queixavam ao Papa Clemente IV os prelados portuguezes, a que se refere Herculano,<sup>2</sup> está longe, bem longe, de se assimilar ao acto de energica independencia levado a cabo por D. João I. De facto deve reparar-se que apesar de tudo, com aquelle monarcha, o cabido *elegia* e, com este, é o rei quem *nomeia*.

De resto, a este estado de cousas não se chegara *ex-abrupto*. O Scisma veio aggravar uma situação que já anteriormente era má para o Papado. Numa outra esphera de acção pontificia que a seguir se analysa é este facto nitidamente comprovado.

Frequentes vezes os papas se intromettiam nas luctas entre os principes, buscando, por uma acção mediadora, pôr-lhes termo. O facto repetiu-se com Portugal bastantes vezes e a comparação da attitude de papas distanciados permite tirar conclusões curiosas a respeito do estado das relações entre a Curia e a corôa portuguesa. Comparemos, por exemplo, a attitude de Gregorio XI para com D. Fernando e a de Innocencio III para com D. Sancho II.

Ao passo que em face de Sancho II a attitude do papa era decididamente energica, pois o compelia a manter a paz com o rei de Castella, sob pena de excommunhão e interdicto cuja fulminação o pontifice permittia ao seu legado Rainerio, em face de D. Fernando o poder pontificio comporta-se com muito menor altivez, pelo que se pode concluir dos textos de Fernão Lopes, tanto do que se refere á mediação pontificia para a conclusão das pazes de Alcoutim<sup>3</sup> como de aquelle em que narra a acção do legado pontificio por occasião das pazes de Santarem (1373). Sobretudo de este ultimo. Eis as proprias palavras do velho chronista: — Dom Guido, cardeal de Bolonha, bispo do Porto, e delegado da sé apostolica, o qual o papa mandara em Espanha, para por paz entre estes reis ambos, segundo ante havemos contando... falou com el-rei Dom Fernando, dizendo: «como o Padre santo, tendo grande sentimento da guerra e discordia que o inimigo da humanal linhagem a meude se trabalhava de poer antre os Reis filhos da Egreja,... lhe convinha trabalhar de poer paz entre aquelles, em

<sup>1</sup> *Hist. da adm. publ. em Port.*; I, 237.

<sup>2</sup> *Hist. de Port.*; III, 107.

<sup>3</sup> *Chron. de D. Fern.*; cap. LIII.

que o maligno espirito semeava tal departamento. E pois elle e el-Rei Dom Henrique eram na Espanha dous fiees defensores da Fé, *nom quizessem* tam a meude arder em guerra... mas hordenassem antre si bemquerença e paz por amor daquelle que a tam aficadamente encommendara, ante que deste mundo partisse; desi por seus reinos e gentes nom seerem gastados, per espargimento de sangue». E ditas estas e outras amoestações, que *sagesmente* antelle propôs, respondeu el-Rei *que averia seu conselho*; e avudo.... outorgou por sua pârte, *consentir na paz...*<sup>1</sup>

Compare-se a attitude pontificia, que estas palavras trahem, com a que traduzem as phrases de Innocencio III, abaixo transcriptas, extrahidas da bulla a que acima se fez referencia, claramente significativas, na sua mascula energia, de qual a auctoridade papal, mesmo em materia claramente politica. Nesta bulla, com effeito, o pontifice recommenda ao seu legado Rainerio que seja diligente na soluçao de varios negocios, entre os quaes o da paz entre os monarchas peninsulares e, ao faze-lo, claramente lhe indica o meio de que devera servir-se para leva-los á obediencia a Roma. Eis os termos de que se serve o rescripto: «*et si super hoc quod non credimus fuerint contumaces, in personas eorum excommunicationis, et interram interdicti sententias non differas promulgare*»,<sup>2</sup> apparecendo tambem com frequencia palavras como *mandamus, mandatum nostrum*, etc.

O clero de cada paiz devia o melhor da sua auctoridade e influencia ao appoio que na Curia encontravam as suas pretensões. *A priori* se pôde, pois, concluir que a preponderancia da classe ecclesiastica se reduzia, dentro de cada estado, á medida que a auctoridade pontificia declinava no seu recuar, cada vez mais accentuado, em face do poder temporal dos principes.

Mas, em Portugal, a esta causa externa de decadencia da classe ecclesiastica, causas internas se vinham juntar, aggravando-lhe os resultados.

De facto, entre nós, a este periodo de geral depressão no poder ecclesiastico—o periodo scismatico—corresponde na historia politica, uma phase de engrandecimento da soberania real á custa de todos os outros poderes. E' o periodo em que D. João I lança as bases do dominio real absoluto que D. João II realizará *in extenso*. E ainda, em Portugal, a tudo isto, áquellas condições geraes de fraqueza, que ao poder ecclesiastico trouxera a questão do Scisma, e áquellas condições especiaes de desigualdade em que ia travar-se de futuro a lucta entre o clero e a realleza, accrescia o facto de no proprio clero, no alto clero sobretudo, haver profundas divergencias de opinião que, dividindo-o, ainda mais o enfraqueciam, pondo-o em tristes condições de inferioridade em face da soberania real, forte, una, ávida de grandeza, sedenta de poderio.

Quando o Mestre de Aviz levantou o grito de revolta contra a ambição castelhana e a conflagração se tornou então inevitavel, o clero, o alto clero, dividiu-se. Emquanto uns claramente se inclinaram para o partido do Mestre, outros calorosamente se empenhavam em appoiar os desejos do rei de Castella, pondo ao dispor d'elle todo o seu valimento e auctoridade. Assim vemos a par do celebre Arcebispo de Braga, D. Lourenço, o homem que, em Lisboa como em

<sup>1</sup> *Chron. de D. Fern.*, cap. LXXXII.

<sup>2</sup> *Innoc. epist.*, I, 82.

Aljubarrota e como sempre, se revelou intrepido e incansavel defensor da causa nacional, o bispo da Guarda e o de Coimbra abertamente partidarios do monarcha castelhano. O primeiro prometteu entregar, e de facto entregou, a cidade da Guarda ao rei de Castella, quando este invadiu Portugal. <sup>1</sup> O segundo era igualmente partidario do rei castelhano, achava-se foragido em Castella e a elle foi enviada Leonor Telles, depois de presa em Santarem pelo genro. Isto se deduz do exame dos dois seguintes textos, copia um do outro, como já foi observado pelo sr. Pedro de Azevedo: «Item... Como El Rey de Castella chegou a Santarem logo foi enviada (*Leonor Telles*) a Castela ao bispo de Coimbra que então era cabeça da testemunhas a este todo...» <sup>2</sup> e «Porque chegando el-rei de Castela segunda vez á vila de Santarem logo a rainha D. Leonor Telles foi enviada a Castela ao bispo de Coimbra que lá estava e fazia as partes contra Portugal.» <sup>3</sup>

Por tudo isto o grau de resistencia do clero português em face da corôa se tornou, durante o Scisma, tão diminuto, que de então se pode dizer datar a sua subordinação ao poder regio.

Mas assim como nas relações com a Curia não se chegara áquelle estado senão lentamente, assim tambem nas relações com o clero o Scisma só veiu agravar uma ordem de cousas já anteriormente má.

Nos primeiros tempos da monarchia, por muitas razões, o poder ecclesiastico premia a soberania regia. Por isso, além das numerosas regalias concedidas ao clero, doações a igrejas e corporações religiosas foram avultadamente feitas pelos nossos primeiros monarchas. Só á sua parte D. Affonso Henriques, segundo o apuramento feito por Alvares da Silva, fundou cento e cincoenta igrejas e mosteiros, doou trinta e uma villas ao convento de Alcobaça; o castello de Cerras, os do Zezere e Cardiga, os moinhos de Pernes, a terça parte do que se ganhasse aos mouros no Alemtejo e os casaes e herdades de Cintra aos Templarios; e fez ainda muitas outras doações a diversas ordens. <sup>4</sup>

Igual espirito animava os particulares; as suas doações eram tão importantes como numerosas eram as causas ou motivos que as provocavam, pois além de se fazerem, como era natural, por motivos de pura crença religiosa — doações com o fim de remir peccados, feitas em qualquer occasião ou especialmente nas romarias — não faltavam pretextos justificativos da liberalidade particular. Muitos buscavam alcançar a qualidade de *familiares* ou *oblato*s dos mosteiros, que dava certas vantagens, (sustento material ou goso de bens espirituaes conforme os casos; V. *Elucidario* in v.º *Familiares*). Com esse fim doavam á corporação religiosa, a que se ligavam, a posse dos seus bens, posse em que aquella era investida umas vezes ainda em vida dos doadores, outras depois da sua morte. O desejo de obter os direitos inherentes ao padroado, a profissão de fé nas ordens religiosas, a escolha de sepultura, etc., provocavam continuamente as doações particulares.

A primeira tentativa para a repressão da aquisição de bens feita pelas igrejas e corporações religiosas deve-se entre nós a D. Affonso II que, por uma

<sup>1</sup> Fernão Lopes, *Chr. de D. João I*; I, 57 e 58.

<sup>2</sup> Rol de culpas de David Negro, publicado pelo sr. Pedro de Azevedo (*Arch. Hist. Port.*; I, 55).

<sup>3</sup> Libelo apresentado pelo Procurador da Coroa no processo contra David Negro (*Chron. dos Carmelitas, Sant'Anna*; I, 365).

<sup>4</sup> *Mem. hist. sobre a agric. port.*, 215. In *Mem. Econ. da Academia das Sciencias de Lisboa*, v.

lei feita nas côrtes celebradas em Coimbra em 1211, prohibiu que ellas de ahi por diante adquirissem por compra bens de raiz: *porque poderia acaecer que os moesteiros e as outras ordiins de nosso reyno poderiam comprar tantas possissões, que sse tornaria em grande dano nosso e do reyno, . . . stabelecemos que daqui adeante nen hua cousa de religiom nom compre nenhuma possissom tirado pera aniversayro de nosso padre ou nosso.* <sup>1</sup> Esta lei, ainda que suave, visto que unicamente prohibia a compra de bens de raiz e ainda assim a permittia em certos casos, não foi comtudo convenientemente observada, infringindo-se numa larga medida nos reinados subsequentes, como provam claramente as inquirições feitas nos reinados de D. Affonso II, D. Sancho II, D. Affonso III e D. Diniz, das quaes se conclue que as Igrejas tinham adquirido desde o reinado de D. Affonso II, mesmo a titulo de compra, muitas propriedades. <sup>2</sup>

Contra os abúdos do clero novamente se levantou com vigor o poder real no reinado de D. Diniz. <sup>3</sup> Este monarcha começou por obrigar os clerigos e corporações religiosas a venderem no prazo de um anno todas as propriedades adquiridas desde o começo do seu reinado e por determinar que lhes seriam confiscadas as mais que adquirissem depois da data desta disposição (1286). Poucos annos depois ordenou que os bens dos professos não fossem herdados pelas respectivas corporações, mas sim pelos herdeiros legitimos — que fossem leigos, — (1291); abrindo-se mais tarde (1309) a excepção para os bens que os professos já possuissem á data da promulgação da lei supra-citada, os quaes teriam a applicação que o superior legitimo julgasse conveniente.

Estas disposições legaes não surtiram o effeito desejado, o proprio excessivo rigôr fôra extemporaneo; podia mais que a vontade do soberano, embora energica, a força das circumstancias — o costume geral e o sentimento religioso. Por isso ellas cahiram em desuso. Sendo necessario, os clerigos sophismavam a lei; raro, porém, isso seria preciso desde que o proprio poder central se desinteressava do caso. Em 1352, queixando-se o povo em côrtes de que, dentro em breve, todos os bens de raiz estariam nas mãos do clero, o monarcha responde achar injusto e pouco razoavel prohibir á Igreja essa aquisição. <sup>4</sup>

Mas logo poucos annos depois, subindo ao throno D. Pedro I, a lucta recommença com a promulgação do beneplacito regio. Esta medida representa um dos grandes triumphos que o poder do rei alcança sobre o poder politico do clero. Desfá-la-iam, se alguma duvida houvesse a esse respeito, a lucta persistente e continuada que o clero travou contra ella, e os esforços tenazes que fez para a derrubar. Em Portugal, o beneplacito regio caracteristico só apparece com D. Pedro. O uso do beneplacito caracteriza-se pela auctorização dada pelo monarcha para a publicação de documentos de character ecclesiastico, para o que se impõe a inspecção previa do diploma. Este requisito, que a partir de D. Pedro se encontra sempre claramente affirmado ou facilmente deductivel, falta ao primeiro dos dois casos apontados pelo sr. Gama Barros, <sup>5</sup> como representando prenuncios desta instituição, e a sua existencia no segundo é muito duvidosa. Assim esses dois factos, representando indubitavelmente assomos de resistencia

<sup>1</sup> *Port. Mon. Hist. ; Leges*, 169.

<sup>2</sup> Aragão Morato, *Mem. sobre as leis de amortização*, 31-32 (*Mem. da Acad.*, VII).

<sup>3</sup> V. Gama Barros, *ob. cit.* ; I, 350.

<sup>4</sup> Gama Barros, *ob. cit.* ; I, 352.

<sup>5</sup> *Ob. cit.* I, 356.

do poder real ao poder ecclesiastico, só representam, para a questão do beneplacito, tendencias para a sua promulgação. No primeiro d'elles — a prohibição da observancia dos decretos promulgados pelo prior dos dominicanos, Sueiro Gomes, decretada por D. Affonso II — o documento em questão foi primeiro publicado e só depois é que o poder civil, pela pessoa do rei, prohibiu que surtisse effeito, como claramente se conclue do exame do texto correspondente: « Mando vobis firmiter, ut nullus sit in vil la vestra, quid audeat extrahere illos decretos laicales, quod S. Gomes Prior de Ordine Predicatorum cum fratibus ejusdem ordinis *posuit* in levando habere de hominibus, in faciendo justitiam in suis corporibus, quod nolo ego, quod pro istis decretis levetur habere de hominibus, nec faciant justitiam in suis corporibus ». Parece que tambem o mesmo se pode concluir no segundo — o da opposição de D. Affonso III a que surtisse effeito alguns mandados apostolicos: « Se os Bispos, ou outros *citam*, ou querem citar Abbades, Abbadessas, Priores ou outras pessoas das Igrejas per leteras do Papa, o devandito Rey nom o leixa fazer. »

Promulgado, porém, o beneplacito regio e atacadas outras prerogativas de clero, achava-se já o poderio deste bastante abalado quando o Scisma veio aggravar-lhe a situação.

O Scisma começou em 1378 e, apenas quatro annos depois, o poder real ponde, com D. Fernando commetter, sem protesto do clero, um ataque á Igreja que era um verdadeiro sacrilegio — o de ter este monarcha, em 1382, lançado mão dos thesouros das Igrejas para com elles pagar o soldo dos ingleses seus alliados. Eis o que a este respeito diz o *Livro de Noa*:

« Era de mil quatrocentos e desanove annos no mez de Julho vieram os inglêses em ajuda de el-Rey Dom Fernando, e aportaram em na cidade de Lisboa, e na era de vinte mandou o dito Senhor Rey tomar os thesouros das Igrejas convem a saber frontaes cruces e calices, e Magestades para pagar o soldo aos ditos Ingleses. »<sup>1</sup>

E, morto D. Fernando, a situação não se modificou, antes pelo contrario. Em 1391 o bispo de Coimbra, Dom Martinho, recusou-se a consentir que nas audiencias dos vigarios escrevessem os notarios da cidade, contra o que protestaram os povos. D. João I deu força aos protestos, que achava de razão, e a resistencia do poder ecclesiastico limitou-se á allegação de não terem sido cumpridas todas as formalidades legaes, visto não ter sido ouvido o bispo. O rei concordou e enviou então a este uma carta regia contendo as ordens que dera, « não tolerando ao prelado nem aos vigarios que praticassem o contrario do que acabava de resolver », escreve o snr. Gama Barros.<sup>2</sup> O prelado entendia que era dever seu inquirir se realmente sempre os notarios publicos tinham escripto nas audiencias dos vigarios, como o rei affirmava, e, no caso contrario, entendia que as ordens regias deviam ser revogadas. Mas, emquanto a attitude do rei era arrogante, a do prelado era humilde. Escreve ainda o snr. Gama Barros: « ... pedia por mercê a seu senhor, el-rei, que não levasse a mal usar o prelado da sua jurisdicção, como usaram os bispos seus antecessores. ... »<sup>3</sup>

Tal era o estado de triste decadencia a que tinha chegado o clero, aquelle clero tão orgulhoso e altivo nos primeiros tempos da monarchia portuguesa.

<sup>1</sup> V. vol. I das *Provas da Historia genealogica*, pag. 338.

<sup>2</sup> *Ob cit.*; I, 276.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

O clero e a corôa eram, de havia muito, impenitentes inimigos. Neste momento a corôa cresce em força e em poderio, e, ao mesmo tempo, ao clero já enfraquecido falta quasi de subito o appoio externo da auctoridade pontificia, tornada então insignificante sombra do que outr'ora fôra. Fica, pois, de um lado, o rei, forte como nunca, de outro o clero enfraquecido e desprotegido.

E' este conjuncto de especiaes circumstancias que explica o rapido ascendente que sobre o poder ecclesiastico tomou então o poder real.

DAMIÃO PERES.

*Nota da redacção* : — Acêrca de haver D. Fernando prestado obediencia ao papa Clemente VII, facto hoje demonstrado, veja-se a nota 1 da *Historia da Administração Publica*, do sr. Gama Barros, tomo 3.º, pag. 873.

---

# Documentos para a Historia do Brasil — Thomé de Sousa e sua familia

## TERCEIRA SERIE

Thomé de Sousa batalhou na Africa, America e Asia, mas só os feitos que praticou na Terra de Santa Cruz foram fixados para a posteridade.

A residencia do futuro governador do Brasil na India não foi demorada, pois segundo diz Gaspar Correia nas *Lendas*<sup>1</sup> chegou lá em 14 de setembro de 1535 com o comando da nau *Galega*, que pertencia á armada de Fernão Peres de Andrade, e em 12 de março de 1537 ainda não era chegada ao reino a nau de Thomé de Souza, que ficara em Moçambique. D. Antonio Caetano de Souza, na *Historia Genealogica*, XII, pag. 1118, diz que a nau se chamava *Conceição*, errando por culpa tipografica na data da partida que dá em 1555. Deve ter chegado Sousa a Portugal em meados de 1537, porque logo em 7 de julho de 1537 começam a recair nelle as mercês e o pobre filho do abade de Rates dispende somas avultadas na compra de tenças, como provam os documentos publicados nesta *Revista*, III, pag. 69 e seguintes.

A chronologia africana da vida de Thomé de Sousa é mais difficil de determinar, parecendo no entanto que em maio de 1534 estava em Safim (Doc. 1). Em 25 de setembro de 1544 é armado cavaleiro em Ceuta, segundo a carta publicada nesta *Revista*, III, pag. 75.

Não sei quando Thomé de Sousa recebeu a comenda de Rates, talvez que fosse em 1537, pois é deste ano a mais antiga menção que conheço de pertencer á Ordem.

Como é sabido, o rei D. Manoel converteu muitos conventos beneditinos e augustinianos em comendas da Ordem de Christo, com obrigação das pessoas que recebiam a administração das comendas prestarem serviço militar em Marrocos. O breve de 11 de maio de 1514 diz: «Et tamen eum, ita postulante Maiestate tua, certum numerum preceptoriorum militiæ ordinis Jesu-Christi contra affros fidei hostes in Regno tuo instituerimus, tibi que potestatem ex apostolica nostra indulgentia concesserimus illas, quibus visum fuerit idoneis hominibus deferendi.»<sup>2</sup> O Dr. João de Faria diz em 4 de janeiro de 1513 a El Rei que a obtenção da bula sobre a anexação dos mosteiros de Entre Doiro e Minho á Ordem de Christo «será huma grande jornada e muito proveitosa á ordem e ao estado militar».<sup>3</sup>

Em virtude destas grandes modificações nos institutos religiosos, o mosteiro de Rates, como se lê no excelente trabalho do nosso consocio Mgr. Ferreira

---

<sup>1</sup> III, 638, 817.

<sup>2</sup> Corp. alip. Português, II, pag. 251.

<sup>3</sup> Id. pag. 183 e 184.

*A Villa de Rates, sua igreja e seu mosteiro*, passou a commenda, o que só se effectuou quando morreu o ultimo abade, pae de Thomé de Sousa.

Seria então que este, graças á protecção do seu primo o Conde da Castanheira, vedor da Fazenda do reino, posto equivalente a ministro da Fazenda ou das Finanças, o nome pouco importa visto que se não modificam os processos herdados, seria então pois que Thomé de Sousa entrou na Ordem de Christo, recebendo uma comenda que o obrigava a combater em Africa. Esta parte da vida de Thomé de Sousa ainda não será ventilada neste estudo.

Em 1549 resolveu-se D. João III a tomar em consideração o Brasil, alvo das cobiças dos francezes, onde lhes seria facil fixar residencia em virtude da má administração d'aquellas regiões e da falta de forças militares. Foi Thomé para ali enviado e ali se illustrou no mesmo campo onde se tinham desenvolvido os seus parentes Martim Affonso de Sousa e Pedro Lopes de Sousa.

As unicas casas religiosas da protecção de Thomé de Sousa parece terem sido o convento da Castanheira, fundação de seu primo o Conde, mas não consta que elle ahi fosse enterrado, e a igreja de Rates. Sua filha D. Helena de Sousa herdou-lhe os bens.

D. Helena de Sousa, sua filha, tinha em estima o mosteiro de Santa Monica de Lisboa e a elle deu 90.000 reaes de juro para dote e oblação de missas de capella com certas obrigações, segundo um documento que se lê nesta *Revista*, III, pag. 154. A *Historia Genealogica* já apontada diz que essa senhora fez a capella mór do mosteiro de S. Martha de Lisboa, onde jaz enterrada. E' difficil resolver quem fala verdade, em virtude dos cartorios dessas casas não estarem recolhidos num Archivo publico, pois só pela leitura dos documentos ali conservados se achará a verdade.

Seguem-se agora os documentos, alguns dos quaes parecem não ter ligação com o presente artigo, mas em verdade esclarecem a vida de Thomé de Sousa, devendo ser aproveitados quando se escrever a respectiva narrativa.

PEDRO D'AZEVEDO.

I

*Carta de Fernão Alvares de Andrade ao Conde da Castanheira, em que lhe dá conta em como eram bem aceites Tomé de Sousa e Pedro Lopes de Sousa a D. João III pelo que fizeram em Safim. De 23 de maio de 1534.*

Senhor — Esta menhã chegou Castanho e por mais millagres que sua Allteza vyse nas suas cartas nom nos espantamos jáa das suas freygillices. Ouve sua Alteza por tam bõ socorro que ho partýdo e asy estes senhores que avyam tudo por imposyvell que a elles mesmos pareço que Dom Garcia nom devia de partir como laa verá por esta Reposta e pela carta que vay pera Dom Garcia que vay aberta pera a V. S mandar cerrar e lha dar. A outra carta que laa verá nom lhe pareça nuidade porque oje em practica dise hum seu amigo a el-Rey noso senhor que lhe fora revelado que V. S. hia com temçam que se vise necesydade nom ser o derradeiro e por este respeito me mandou fazer esa carta e a visytaçam hé porque dise Castanho que andava mall sentydo de hum corrymento e com a dyeta prazera nosso senhor que lhe dee aquella saude que elle deseja.

Item. Esta noyte em saymdo pela salla chegou um moço destribeira do Allgarve, que nos allvoraçou a todos cuydando que trazia novas e nom era vyndo nenhum recado

de Çafim soamente trouxe esta carta de Antonio de Campos <sup>1</sup> que llaa mando a V. S. pera saber o que em toda parte pasa e nom nos pesou nada de saber que Jorge de Llima a xbj deste mes porque deve de ser ha dous dias em Safim que he grande bem.

Item. Tambem lhe mando a carta que ho conde do Redondo mandou d'Arzilla que diz que vem ell Rey de Fez e outra de sua Alteza pera lhe mandar dous pares de bombardeiros e do Allgarve vam duas esperas que hy estavam ha dias que hyam pera llaa.

Tambem vay outro Roll pera o cabo de Geer que he forte cousa acudir a tantas partes que ainda que ouvese de ser darea quanto pedem nom se poderia apanhar tanta.

Item. Com duas cousas vy mostrar a sua Alteza muito contentamento com a ventajem que fizeram Pedro Lopes de Sousa e Tomé de Sousa a todollos outros e com a delligencia da caravella Pescaresa (?) a qual espero que venha muy cedo porque nom podia Fernam Sodree lleyxar de llevar vento a popa e allguas cousas ha quaa de novo que nom sam pera agora senam pera outro tempo de menos ocupaçam. Beyjo as mãos de V. S. d'Evora a xxij dias de mayo de 1534.

Beyjo lhe as mãos pelo que espero a sua ou de meu cunhado porem elle e seu irmãoo com allguns omens estam prestes. Beyjarey as maos de V. S. num se entender nelles lleyxam de ir — Fernam Alvarez [d'Andrade].

*Sobrescrito:* Ao conde da Castanheira. <sup>2</sup>

## II

*Trecho de uma carta de Martim Afonso de Sousa ao Conde da Castanheira em que lhe cede o que havia no Brazil. De 14 de dezembro de 1535.*

Ymlustre e muito manyfyquo senhor.

Pero Lopez me escreveo que vosa Senhorya querya hum pedaço desaa terra do Brasyl queu laa tenho mamdea tomar toda ou ha que quiser quesa sera pera mym ha mayor merce he a mayor onra do mundo. De Dyo oege 14 de dezembro de 1535.

*Martim Afonso de Sousa.* <sup>3</sup>

## III

*Verba do que se recebeu do comendador de Rates Tomé de Sousa, para as obras da Ordem de Christo. De 2 de agosto de 1537.*

Item. Aos dous dias do mes dagosto da dita era de 1537 anos recebeu mais o dito frey Gaspar recebedor de frey Thomé de Sousa comendador de sam Pedro de Rates do arcebispado de Braga doze mil reaes do quarto da dita comenda perante mim sobredito scripvão e por verdade asinou aqui — *Frei Sebastiam—Frei Gaspar.* <sup>4</sup>

<sup>1</sup> E' provavelmente a que se encontra a fl. 65 deste volume.

<sup>2</sup> Collecção de S. Lourenço, vol. 1, fl. 66.

<sup>3</sup> Collecção de S. Lourenço, livro I. v. 280 v. e 285.

<sup>4</sup> Livro 120 da Ordem de Christo, fl. 507 v.

## IV

*Carta de D. Afonso de Noronha sobre os comendadores de Christo que estavam em Ceuta. De 3 de outubro de 1544.*

Senhor — Hum maço de cartas de V. A. me deram pera os comendadores, que ho aquy estavam servymdo em que vynham muytas pera muytos que aquy não vyeram que aquy torno a mandar a V. A. e asy as dos que aquy vyeram que eram hidos como V. A. manda que faça a todolos outros que aquy estavam dey as cartas e todos disseram que estavam muy prestes pera fazer tudo o que V. A. lhes mandava e porem que lhes faltava os mantymmentos e dinheiro pera os poderem comprar por que não vyeram mais apercebydos que por todo este mes doutubro como lhes V. A. escrevera que eles se hiam a V. A. a lhe apresentar suas razõis e sobre ellas fazerem o que lhes V. A. mandase. Nam os costramgy a se aquy embarcarem porque nam me mandava que nysto fezese mais que dar lhes suas cartas. Francisco Perestrello comendador de Santa Maria dOriga e Gaspar Corese comendador de Sam Martinho das Freyxedas esperam aquy pela armada pera lhe darem embarcação pera yrem a Mazagão. O rol dos que aquy estavam e asy dos que eram ydõs que aquy vyeram mando com esta a V. A. Desta sua cidade de Cepta oje iij doutubro de mil b<sup>c</sup> Riiij<sup>o</sup> — Beijo as Reays mãos a Vosa Alteza — *Dom Afonso.*

*Sobrescrito: A El Rei nosso Senhor.* <sup>1</sup>

## V

*Carta de Thomé de Sousa a D. João de Castro. De 29 de novembro de 1546?*

Senhor — Ate que de lla nom venham novas de V. M. nom posso eu mandarvo llas ca de nós se nom que a senhora Dona Lianor teem mais hum ffilho a que a senhora Dona Violante nom quis que se chamasse senom Miguell a que o senhor conde diz que o avees de tomar muito por mall e que se nom fosse por amor de sua may que lhe aviees de poer outro nome e não como o bispo de Viseu asi que nom ha mais que escrever se nam que toda a casa de V. M. e a minha e todas as que vos y verres beem estam de saude deus seja louvado e Lourenço Pirez de Tavora vay atras esta nao com armada de março e eu nom fico pera tanto beem que vos va veer lla e as mais novas como nom forem as que todos nom sabem pera que as ey descrever que muito melhor as conta hum prove gromete encomendo a V. M. meus filhos e que se reja per hum apontamento que delles dey a Pedro Fernandez e Anrique de Sousa Chichorro. Pedro Fernandez se se nom vier tambem encomendo a V. M. e nom lho diguo per outras palavras por que ainda me parece que ffallo com elle nos penedos da sua quintã. Ouvera de morer este ano de febres louvores a Deus estou beem e nom cuide ninguem que esta mais guardado em sua cassa que na guerra. Dona Maria e sua ffilha e eu beyjamos as muito magnificas maos de V. M. Da Castanheira a xxix de novembro [de 1546?] Beyjarey as mãos de V. S. mandar dar essas cartas a seus donos. — *Thome de Sousa.*

*Sobrescrito: Ao muito illustre e magnifico senhor o senhor Dom Joam de Castro governador da India etc. meu senhor.* <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Corpo Chronologico, Parte 1, maço 75, doc. 70.

<sup>2</sup> Colleção de S. Lourenço, liv. 4, fl. 419.

## VI

*Carta do bispo de Tangere sobre uma queixa do corsario João Anjo. De 26 de fevereiro de 1547.*

Senhor — Depois de teer escrita a outra que com esta envio a V. A. soube das cousas que qua tem urdidias Theotonio Moniz e das mentiras que disse ao cardeal de Medom fazendo se bom frances e de mym e outros o contrario e o que abona ser dito hé hũa carta de V. A. que deu ao dito cardeal a qual elle mesmo Moniz me disse que a trouuera com certos apontamentos tocantes ao naveguaçam da Indea e Brasil de que daa conta a V. A. o doctor D. Guouvea a quem o cardeal mostrou os capitulos e cousas outras muy prejudiciaes e mintirosas que Moniz lhe dera por escrito e por elles em rellaçam de lhe que o doctor escreve viraa V. A. o que passa em verdade. Eu espero de mostrar ao cardeal e lhe dizer quem he pera tirar aquella falssa opiniam.

Disseram me que o Vizconde de Diepa se quer queixar a el rrey de hua naoo que vossa armada tomou este ano no Brasil que era sua isto me disse Domingos Leitam que lhe dissera hum criado seu que mandou a Diepa por hua certidam de certa fazenda roubada a elle os anos passados mas até guora nam entendi nada em certo, se asi hé o almirante mo diraa vindp elrrei de Normandia onde hé ido sem conselho e sem pessoa de sua corte tirando o almirante cardeal de Torne e Ferrara e Lorreina : todos os demais estam nesta cidade esperando por elle e a Rainha em Sam Germam a b leguoas daqui. De Paris xxbj de fevereiro 1547. — *O Bispo de Tangere.*<sup>1</sup>

## VII

*Carta de Luiz de Goes a el-Rei sobre o estado em que se encontrava o Brasil. De 12 de maio de 1548.*

Senhor — Ja os dias passados por meu filho Pero de Guois escrevi a vosa Alteza algũas cousas que comprião ao serviço de Deus e seu e nesta asy ho farey, porque antes quero ser repremdido de ygnorante escrevendo a tam alto e poderoso principe que maguoar a fee e lealdade que lhe devo encobrando e calando e não no fazendo sabedor do que tanto compre a seu serviço e bem de seus Reinos e senhorios e daguora peço a vossa Alteza que com sua acostumada clemencia queira perdoar meu atrivimento e receba em serviço minha vontade, diguo mui alto e muy poderoso senhor que se com tempo e brevidade vosa Alteza não socorre a estas capitannias e costa do Brazill que ainda que nós percamos as vidas e fazendas vossa Alteza perderá a terra e que nisto perqua pouca a ventura a perder muito, porque não estaa em mais de serem os francezes senhores dela, que em se acabarem de perder estas capitancias que ficam, e de ter elles hum pee no Brazil ey medo adonde quererão e podem ter ho outro. Eu quisera antes dizelo em pessoa a vosa Alteza que escrevello, porque tam piriguossa estaa a costa, que não sey esta carta que fim averá, dous annos a esta parte vem sete oito naos cada anno ao Cabo Frio e Rio de Janeiro. Ja não ha navio que ousse parecer, porque a muitos tem comitidos e alguns tomados, em quanto os francezes nom passavão do cabo de Santo Agostinho mais que até a Baya nao eram tam sospeytosos nem tam piriguossos, nos de se atraverem a passar os baixos e dobrar o Cabo Frio, queira Deus não se atrevão a dobrar ho cabo da Bôa Esperança, e ainda ha outro enconveniente nam menos periguosso que este porque

<sup>1</sup> Corp. Chronologico, Parte 1, maço 78, doc. 134.

acustumando os francezes esta tam sospeitoza nauegação, como sam muitos e cobiçosos não será muito vir lhe a memoria ha que tam cuidado podem ter hé e de crer que ou a ida ou a vinda hão de aver vista das Ilhas que estão em vinte graos e tomando as fazem nellas fortalezas, pois dellas a ilha de Santa Ilena nom pode aver mais de trezentas leguoas que sam as paraijens em que por força as naos da India vão ter, como todas as cousas nos principios levão remedio, neste com tempo ho divia vosa alteza de por e deitar tão ma gente fora da terra e desta navegação ho que ao presente se pode fazer com pequeno custo e pouco trabalho, porque em tanto que estas capitancias estão em pee com a gente dellas e ajuda e favor de vossa Alteza se alimpará a costa e o mar delles e lhe tirarão a ocasião de mais, porque certo a eu ter quem me siguira com ajuda de deus e a vontade que sempre tenho de servir a vosa Alteza eu tomara duas naos que entrarão no Rio de Janeiro e correra essas Ilhas a saber se são contaminadas dos francezes, mas nem eu tive posse, nem na terra não ha aparelhos pera iso e quem os tem faz com elles, porque tão sem medo roubão os portuguezes a terra e mais que os francezes porque se não ha capitancia que não seja roubada e alevantada por elles e a sua causa as que já perderom sam perdidas e esta estaa pera se perder e antes quom mais se perqua socorra vosa Alteza e com braço forte que tudo se ha mister e se ho não mover a terra e os inconvenientes acima ditos aja vosa Alteza piedade de muitas almas christans que soo nesta capitancia antre homens e molheres e mininos a mais de seiscentas almas e de escravidaria mais de tres mil e seis engenhos e muita fazenda que nela se pode perder afora muita que he guastada asi por nós que a povoamos como per muitos que ajudaram a povoar que de mim digno que des ho dia que vosa Alteza me mandou que a ella viesse com Martim Afonso de Sousa alem de gastar ho melhor de minha vida ate gora nam fiz senam gastar ate mais nam ter e ate mais não poder e o que me fica pera guastar he a minha vida e a de minha molher e meus filhos, das quaes a Deus e a vosa Alteza farei sacrificio he emmentes nos durar sempre rogaremos a Deus pola vida e stado de vosa Alteza, o qual elle mesmo Deus a crecente por muitos anos. Desta villa de Santos capitania de Sam Vicente de que he capitão e guovernador Martim Afonso de Sousa, oje 12 dias do mes de mayo de 1548 annos. As reaes mãos de vosa Alteza beijo. *Iluis de Guois.*

*Sobrescrito:* Pera Ell Rei nosso Senhor. (1)

## VIII

*Carta de Fernão Alvaro de Andrade a El Rei sobre a armada do Brazil em que ia Thomé de Souza. De 24 de janeiro de 1549.*

Senhor — A carta de vosa alteza dey a Francisco Botelho e com muito boa vontade se parte logo e por que manda que os coremta e cimquo mil cruzados se entreguem em Sevilha a Fellipe Fialho feitor leva carta dos mercadores que derão as letras que posto que nellas diga que se dese o dinheiro a Balltesar Mendez se entregue a Fillipe Fialho com declaração que se carregue sobre elle em Receita pollo escrivão de seu cargo e Francisco Botelho vay largamente per mym emformado de todo o que ao negocio toca asy pera o Receber do dinheiro como pera o embarcar e trazer delle e dirá a V. A. as provysões e o mais que hé necessaryo pera esta obra, as letras partirão desta cidade domingo vimte deste mes e o dinheiro avia de ser entregue do dia que os apresentar ate dez dias pello que V. A. deve de mandar logo despachar Francisco Botelho e que vaa com a moor brevidade que poder ser pera chegar antes que se o dinheiro entregue e poder vir a tempo que syrva pera esta armada da India por aver delle grande necessidade.

Da armada do Brasyl estão jaa en Bellem a naoo e caravellas de V. A. e amanhã com ajuda de noso senhor irão as outras eu cuydey que podera partir este domingo porque estaa de todo prestes e se se detem he somente pollas pessoas que estão nesa corte

(1) Corpo Chronologico, Parte I, maço 80, doc. 110.

que aom dir nella de que jaa escrevy os nomes dellas algũas vezes e os principaaes sãõ o ouvidor geral mestre da pedrarya, Antonio Cardoso, os sacerdotes e Pero de Goes a fora outros por que se a armada nom detera e lembro a V. A. que por amor de Deus se nom perca este bom tempo que caa vay por que se torna outro contrario arreço muyto que seja a armada de todo desaviada por á gente darma ser muito pobre e ainda cramando pedindo de comer por aver dias que sãõ asentados.

Hua carta que me derãõ de V. A. em que diz que fuy emformado que hum françes que estava nesta cidade timha comprado quatro cavallos pera os levar a França e que Francisco Diaz meirinho da moeda me enformarya diso, na propria ora que me a carta foy dada falley com elle e me dise que o françes era ido porem que nom levara cavallos e que avia allguus dias que os amdava comprando por esta cidade pera os levar a França que sabia certo que os nom levara e a naõ em que este françes partio segunda feyra xxj deste mes.

Lixboa a xxiiij de Janeiro de 549 — Fernamda Alvarez [d'Andrade].<sup>1</sup>

## IX

*Carta do corregedor de Viana do Castello sobre as depredações dos franceses. De 19 de fevereiro de 1549.*

Senhor — Aos xj deste mes de fevereiro sobre esta barra de Viana veo ter hũa nao de franceses com seu capitão muito armada he artilhada a quall abalrrou hum navio desta vila que vinha do Brasil duas legoas ou tres deste porto he lhe tomou he rroubou esse mantimento que trazia he açuquer he mel que lhe nam deixou nada somente o brasil he o trouxe hua noite he o dia seguinte tee oras de meo dia he lhe tomou hum homem em rrefens he lhe lançou outro seu frances pera que lhe viesse comprar mantimentos he refresco a esta vila he se veo lançar na cala deste porto he lançou o batel fora com gente a busquar mantimentos a terra he por aver Rumor na villa que esta nao vinha da Mallagueta he que o capitam della era Antonio filho de Joham Frances dissimuladamente mandei deter os mantimentos he o seu batel he que viessem os franceses ante mim pera fallar com elles e tendo comigo linguaõ he pellas perguntas he repostas sua dalguns alcancei que vinham da costa da Mallagueta he de Guine he de Peru he que estes franceses com o dito seu capitam partiram esta paschoa passada da villa de Bordeos em hua gualleaça muito artilhada he com muita gente he que fora ter ao Cabo Verde he di ao porto de Cistos na costa da Guiné onde levaram manilhas contas facas he outras cousas do resgate da terra he hi fizeram seu resguate he ouveram sete ou oito pipas de mallagueta he di foram ter a costa de Peru onde ouveram esta nao que trazem que he de Biscaia he deixaram la a sua galleaça he segundo alguns dos franceses deram a entender em sua repostas parece que ouve antre elles he espanhoes guerra onde tomaram a nao he dinheiro bõa soma he tambem o dam a entender he presumir pella moeda que traziam que eram Realles novos he nos vestidos he calçado por serem dEspanha he tambem porque alguns destes que saíram em terra traziam feridas que pareciam ainda frescas he por que desvairaram muitos nas perguntas he outros diziam que vinham de Levante he traziam sabam he alumbre que hé cousa que se nam vio na nao pellos portugueses que roubaram que vinham do Brasil he por estas causas he assi por se affirmar per hum dos franceses que o capitão era o dito Antonio filho de Joham Frances he pellos sinaes que delle davam eu fiz ajuntar o Juiz he vereadores he pessoas principaes he os que soem andar na governança da villa he com seu parecer he conselho ordenei o sobredito he mandei tambem chamar mestres e pillotos he homens do mar he consultei com elles se averia maneira com que sem risco he com segurança se podesse aver a dita nao assi por respeito do capitão como da mallagueta he porque no porto não avia navios artilhados, nem se achou na villa artilha-

<sup>1</sup> Corpo Chronologico, Parte 1, março 82, doc. 29.

ria nem polvora se nam cometeo esta presa nem tomou o que se podera bem aver a mão se ouvera artilharia que se metera em pinaças com gente d'armas por a dita nao ter dezanove homens em terra he os da nao serem os mais delles mal dispostos he doentes de fome he de febres he serem vinte cinco ou vinte seis que por este respeito nam ousou desperar o dia seguinte he se alevantou de noite he ao outro dia em vista desta vila hua legoa abalroou hum navio que hía de Caminha pera Lisboa he lhe roubou todos os mantimentos que levava sem lhe deixar cousa nenhuma nem somente hum pam nem hua vez de vinho ou agoa que foram avaliados em trinta sete mil tantos reaes. Eu mandei logo dar aviso a Caminha he Baiona he outros lugares da costa que se guardassem he os dezanove franceses mandei prender he depositar o seu batel he o que se delles achou he de todo tenho feito autos he dos roubos dos navios tiradas devasas he feito embargo disso que se achou a estes franceses a requerimento das partes a que os roubos foram feitos. Faço o saber a V. A. pera que nisso mande o que for mais seu que os vizinhos desta villa deseiam que saiam soltos pello medo que delles tem por tratarem em França he trazerem suas fazendas sobre mar. Nosso Senhor acrecente a vida he estado de V. A. a seu santo serviço. De Viana a XIX de fevereiro de 549 anos. — Pedro Lopes Afonseca.

*Sobrescrito:* A El Rei Nosso Senhor do corregedor da comarca de Viana. <sup>1</sup>

## X

*Carta do ouvidor do Brasil datada do primeiro ano da gerencia de Thomé de Souza. De 7 de fevereiro de 1550.*

Senhor — Quando aguora vim com Pedro de Goes por mandado do governador ao socorro dos Ilheos como por outra escrevi a V. A. em quatro [dias] se ffizerão as paazes he me vagava tempo entendi em algumas cousas da Justiça e achei tantas cousas de que lançar mão que bem parecia terra desemparada da vossa Justiça.

Estaa ay na dita capitania dos Ilheos hum capitão por Jorge de Figueiredo que também serve de ouvidor a que chamão Francisco Romeiro que jaa aly esteve outra vez com ho mesmo careguo e foi preso no Limoero muitos dias por culpas que cometeo no mesmo officio, ho quall hé bõ homem mas nom para ter mando de Justiça porque hé ignorante e muito pobre, o que muitas vezes ffaz fazer aos homens o que nom devem. Hee pera cousas de gerra homem acordado e experimentado e de bõ conselho segundo me dizem. E porem achei lhe cousas mal feitas ymigo com algumas pessoas principaes da terra e nas cousas da Justiça mal atentado e sendo jaa outra vez ouvidor como dise serve sem provisão de V. A. com outras cousas de que fuy emformado que são de mais qualidade das quaes nom devasey por que elle ade dar residentia acabados tres annos e antonce se ffaz e mais porque eu nom fazia coreição que haa ey de ffazer quando vere deus querendo de São Vicente.

Parece me que devia V. A. mandar a Jorge de Figueiredo e aos outros capitães que ao menos pusem ouvidores homens entendidos porque nom fallo na alçada que dantes tinhamo que era cousa despanto, mas pera ha alçada que agora lhes fica de vinte mil reaes hé muito necessario por que a vossa casa do civil tem pouquo mais he estão nella homens muito bõs letrados he experimentados e são sempre em hua sentença ao menos dous e aqui hum homem que nom sabe ler nem escrever da muitas sentenças sem ordem nem justiça e se se executão tem nas execuções muito moores desordes, de maneira que mais tenho que ffazer em ordenar os processos e em o que ffazem nos inventarios e nas comarcas do que tenho que ffazer em despachar as cousas e negocios principais e ja sendo ouvidores entendidos sera a cousa posta per seu caminho e nom avera processos infinitos e negocios e ao menos pera os Ilheos hé necessario ouvidor e se quando ffizer correição lhe achar taes cousas por onde deva ser suspenso, proveraa emtanto de capitão e ouvidor o governador.

<sup>1</sup> Corpo Chronologico, Parte 1, maço 82, doc. 60.

Aqui por estas capitánias avia quatro homens e todos eram officiaes por que os capitães ffazião trinta tabaliães e trinta enqueredores e Juiz dos orffãos e escrivão dos orffãos de maneira que nom ay homens pera serem Juizes ordinarios nem vereadores e nestes hofficios metião degradados por culpas de muita infamia e desorelhados<sup>1</sup> e ffazião outras cousas muito fora de voso serviço e de rezão. Eu não consento agora que nenhũ degradado sirva nenhũ officio e mando que nom ajaa Juiz dos orffãos nem escrivães por que nenhũa destas capitánias nom passa de iijc vezinhos como diz a ordenação que ha de ser a villa em que ouver de aver Juiz dos orffãos.

Soo nesta villa que nem tem cem vezinhos avia quatro tabaliães dous enqueredores escrivão dos orffãos e outros officiaes e nom haa homens pera os officios do concelho por que nom haa senão hum Juiz ordinario e dous vereadores e hum procurador e thesoureiro do concelho, o quall Juiz com o ouvidor que conhece de auções novas basta ate aver mais gente e asy o hei de ffazer por estoutras capitánias porque crea V. A. que muitos officiaes causão muitas demandas, fallo como experimentado, porque estando por Vosso Corregedor no Regno do Algarve esteve a villa de Loulé perto de quatro meses sem nenhũa Justiça de nenhũa qualidade porque falecera o Iffante Dom Fernando vosso irmão que deus tem eu quando por mandado de V. A. ffui tomar posse da dita villa nom avia acontecido naquelle tempo dos quatro meses em que esteve vaga a villa cousa de que se devesse tirar devassa nem tomar querella e loguo como ay ffui com a coreição ouve negocios que davão que ffazer a cinco escrivães que andavão na coreição e a mais se mais forão.

Eu aqui nesta capitania e na dos Ilheos pasey por algũas cousas do tempo passado por me dizer o governador que asy o avia V. A. por bem e porem por os que trouxerão muitos homẽs he molheres em hum navio do reyno averá seis ou sete annos e meninos he os lançarão em terra nos pitugares e os comerão todos os gentios he elles vierão vender as roupas e ffazenda destes haa Baia, nom pude desimular, porque ffoy hum grande caso e deshumano tenho preso o mestre e senhorio do navio que hé natural do Algarve e hum marinheiro os quaes preny com grande trabalho nos Ylheos em serras e branhas de noyte onde o mestre do navio andava embranhado com hum cleriguo de missa a que chamão o Bezera, o quall na Raia fingio que trazia hũ alvara de V. A. pera prender a Francisco Pereira jaa defunto e o ffez prender de ffeito e porque era clerigoo e este casso que nom tinha jaa parte ho não preny e porem se V. A. mandar fallo ey, porque elle nom vive bem.

Nem pude desimular com os tabaliães das Ilheos e alguns dos daqui do Porto Seguro porque os achey servir delles sem cartas dos officios senão com huns alvaraes dos capitaes, nenhũs tinhão livros de querellas antes algũas as tomavão em folhas de papell. Nenhũ tinha regimento, levavão o que querião as partes, como nom tinhão por onde se regerem, alguns servirão sem juramento, e porque isto hé hũa publica ladroice e grande malicia porque cuidavão que lhe nom avião de tomar nunca conta viuião sem ley nem conhecião superior, procedo contra elles porque me pareceo pecado no spirito santo passar por isto.

Ha nesta terra muitos homẽs casados laa no Regno os quaes ha muitos dias que andão qua e nom grãojeão muitos delles ou os mais ffazendas, senão estão amancebados com hum par ao menos cada hum de gentias, ffazem pior vida que os mesmos gentios, a estes he bem por serviço de nosso senhor e por na terra que se agora começa a povoar nom aver tanto genero de pecados publicos que os mandam hir pera suas molheres, nom sendo elles degradados, ou que mandam elles por ellas. V. A. mande prover.

A causa que principalmente ffazia a estes gentios ffazer guerra aos christãos era o salto que os navios que por esta costa andavão ffazião nelles. E neste negocio se ffazião cousas tão desordenadãs, que o menos era salteallos porque ouve homem, que hum Indio principal livrou de mãos de outros mal fferido he mal tratado e o teve em sua casa e o curou e o tornou a poer são das fferidas em salvo. Este homem tornou aly com hum navio e mandou dizer ao indio principal que o tivera em sua casa que o ffosse ver ao navio, cuidando o jentio que vinha elle agradecer lhe o bem que lhe tinha ffeito, como o teve no navio o cativou com outros que com elle forão e o ffoi vender por essas capitánias. E porem este homem nom ficou sem castiguo porque naquelle mesmo porto onde elle tomou este jentio que tão bõas obras lhe fez, vindo aly outra vez saltear, se perdeu o navio he elle comerão no os peixes, e os gentios comerão os peixes que a este homem

<sup>1</sup> Cfr. Varnhagen, I, 225.

comerão, foy juizo devino que nem engana nem recebe engano. Agora que a requerimento destes padres apostollos que qua andão homês a quem nom fallece nenhũa vertude eu mando poer em sua liberdade os gentios que forão saltados e nom tomados em guerra. Estão os gentios contentes e parece lhe que vay a cousa de verdade, e mais porque vêm que se ffaz justiça e a ffazem a elles quando alguns christãos os agravom e parece-me que será causa de nom aver ay guerra.

No meu Regimento se contem que nos casos crimes conheça por aução noua he que tenha alçada até morte natural exclusive em scravos gentios he piões christãos homens livres, e que naquelles casos em que per direito ou vosas ordenações aas pessoas das ditas qualidades he posta pena de morte natural inclusivé que eu proceda nos taes feitos ate final e os despache com ho governador sem apellação, sendo ambos conformes e sendo diferentes que ponha cada hum seu parecer e mande os autos ao corregedor da corte com ho tall preso e que nas pessoas de mais calidade dos acima ditos tenha alçada em cinco annos de degredo.

Diz outro capitulo do dito regimento que estê sempre na capitania onde estiver governador salvo quando for necessario hir fora he me elle mandar que antonce ffarey o que elle ordenar.

Aconteceo vir a esta capitania por mandado do governador como escrevo a V. A. e vou por estoutras, achey aqui hum homem pião que matou outro he necessario que pera o julgar e sse retornar a Baya onde fica o governador he isto será em Junho ou Julho por razão da monção e que seria mais cedo virá caso que nom yrá desta capitania nem destoutras aa Baia navio daqui a hum anno porque asi hé que de Parnãobuquo nem do Espirito Santo nem de São Vicente nom ffoi ainda navio a Baia despois da vinda do governador e daqui hũa so vez, de maneira que estará este preso aguardando na cadeia e será primeiro comido dos bichos que despachado, a mym parecia me que pois V. A. dava a hum capitão alçada toda nos crimes nos feitos dos piões, e nas outras pessoas dez annos, e a seus ouvidores homens sinpleses e ignorantes que nem sabião nem sabem ler nem escrever, que com mais Razão ha avia de dar aos letrados he homês exprimentados, e que sua honra e deradeiro fim he servirvos, ou mandar que estas appelaçoens vão ao Regno directamente quando o ouvidor estiver sem o governador, porque como do regno vem mais asinha navios e destas terras pera laa vão, virão mais asinha os despachos. E mais acontecem mil casos que nom estão determinados pellas ordenações e fiquão em alvidro do julgador e se nestes se ouver de appellar nom se pode ffazer Justiça e são as vezes hũus casos tão leves que he crueza appellar nelles he estarem os homens em terra tão pobre esperando por suas appellações, mande V. A. ver isto e mande prover se ffor seu serviço.

Aqui nesta capitania de Porto Seguro querelou o meirinho da coreição dalguns homens que tinhão e tem suas molheres no regno e nas ilhas haa annos, he estão abaregados publicamente com gentias da terra cristãas e outros com suas propias escravas tambem gentias de que tem ffilhos, procedo contra elles e condenei os na pena da ordenação e mudei lhe o segredo que tinhão dAffriqua pera qua pera as capitancias como jaa esprevi a V. A. que parecia bem ao governador he a mim por muitos respeitos que na carta ou cartas vão, e sem embargo da ordenação dizer que este baregeiros nem seião soltos sem especial mandado de V. A. eu os mãdey soltar pera yrem comprar seus degredos porque a dita ordenação nom se deve de entender em lugares tão alongados donde V. A. estaa he lugares onde estão de contino como em gerra em que nenhũa cousa aproveitão os homens presos, senão que elles nom servem e ocupão quem os guarda, se V. A. nom ouver por bem o que neste caso ffaço em mandar soltar os baregeiros casados despois de pagarem suas penas pera yrem servir seus segredos, tornallos ey ha cadeia e esperarão por recado de V. A., estaa terra senhor pera se conservar e hir avante haa mester nom se guardarem em algũas cousas has ordenações, que fforão feitas nom avendo respeito aos moradores dellas. De Porto Seguro a bij de fevereiro de 1550,

*Sobrescrito*: A el rey noso senhor do ouvidor geral do Brasil. <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Corpo Chronologico, Parte I, maço 67, doc. 8.

## XI

*Carta de Thomé de Sousa ao Conde da Castanheira. De 23 de agosto de 1562.*

Senhor — O que passou o senhor Dom Jheronimo com o secretario elle o dira muito beem a V. S., somente direy que ainda que a reposta do secretario fosse a que foy que folgou V. S. muito de lhe ter mandado aquelle recado porque todo era muito honrrado e muito da profissão de V. S. e da sua vida ora fose pera vir ora pera nom vir, estas cortes se vão uzando pera ninguem folgar de se achar nellas quanto mais V. S. que çerto estava de nom aver de vir se a Rainha nosa senhora nom tevese com elle muito estreyta conta, tudo isto podera deyxar de dizer onde vay o senhor Dom Jheronimo que segundo cada vez me parece mais honrrado e mais sesudo e que deviamos todos de pedir nas igrejas pera elle poder andar na corte e nom pense V. S. por isto que o tenho dito muitas vezes e ffaz muita vantajeem em todas as cousas a todos os mancebos daguora e por ffalár com V. S. direy o que voso ffilho ade dizer muito melhor. O duque de Bragança nom vêm as cortes, o duque dAveyro tem me dito que lhe parece que nom ira no dia do ajuntamento gerall, vosso primo he procurador e ja o tõe aceytado, começam de dizer que alargam as cortes e outros que veem o duque de Gãadia mas isto são novas da cidade que as vezes são verdadeiras, ora deyxemos isto a noso primo e a outras pessoas e diguo que o macho de V. S. vay a melhor enffreada besta que nunca vy e muito beem sellada pague V. S. muito beem isto a meu sobrinho que o ffez com muito cuidado e diligencia, e tambem queria que V. S. me desse dos seus legumes e do trigo pella tayxa e eu o estimarey muito porque Dom Nuno de Castelbranco foy descontente deste mundo dos parentes que lhe nom agradeceram hum pouco de trigo que mandou dEvora aqui e deilho pella taixa e eu nom serey destes antes o estimarey como se fose de graça e Dinis Guomez hé muito destes legumes e diz que teem hua casa ffarta, muito desejo de ver V. S. e salvar mas ey vergonha de ir lla sem reposta se V. S. aceitar de ver meu ffilho Dom Dyogo agradeçolhe muito o gardar tambem a minha vinha por que ouve ja brigas com sua mulher sobre isso e agora muito melhor estou com elle que com a mulher. De Dom Alvaro temos novas de Jenuva e pasou até li em galés e poupou muito vay muito bom fazemlhe grandes festas em muitas partes e damlhe dadivas por amor dos Giraldes. Vosa neta he a mais honrada molher que tenho visto e teem mais siso que sua avoo e parece muito velha sendo muito moça. Desta maneira nom cansaria tanto descrever mas desisto doeme os dedos dos pees. Noso senhor acrecente a vida e estado de V. S. e da senhora Condessa a seu santo serviço. O homem de Benavente mandou melões ao duque e elle mandoumos. De Lixboa a xxij de agosto de bc lxiij. — *Thome de Sousa.*

*Sobrescrito: Ao conde da Castanheira etc. e meu senhor.*

*Ainda se conserva o selo de lacre com as armas dos Sousas.*<sup>1</sup>

## XII

*Carta de Thomé de Sousa ao Conde da Castanheira. De 4 de Setembro de 1562.*

Senhor — Ontem me chamou a Rainha nosa senhora e me dise que V. S. lhe escrevera hua carta e lhe mandara mostrar outra que lhe S. A. lhe escrevera a quall fezera hum criado de Bertholameu Froees e que nam hia da maneira que se soya descrever a V. S. do que lhe pesara muito asim do descuido seu como do de Bertholameu Froes e que o sentio muito e que se a V. S. parecia que o descuido do seu criado nam era bõo que se

<sup>1</sup> *Coleção de S. Lourenço, Livro 1, pag. 106.*

nam serviria mais delle nem se avia de servir ate V. S. pasar por isso e que asi lhe avia loguo de dizer dise me estas palavras e outras muito melhores que eu nam sey dizer. Beyjey lhe as mãos por me escolher pera me ffalar nas cousas de V. S. da maneira que me ffalou. Eu deste caso nom sey mais o que tenho escrito nem sey que dizer a V. S. nisto o que me parece he que deve V. S. pasar por isto e por outras mayores cousas e ainda as vezes folgar com ellas e tomalas com paciencia e com gosto que os agradecera Nosa Senhora mais que dar de comer a Domingos da Castanheira porque asi tem ellas muyto mayor vallor e na verdade ffallo asi a V. S. sem cuidar muito nas cousas por que o que V. S. fizer sera o bõ e asi me parecera sempre. O secretario me ffala muitas vezes em V. S. sem eu lhe ffalar e muito beem e eu lhe ffaley no que passara com o senhor Dom Jheronimo e ffalamos niso mais do que elle ffalou com voso ffilho mas cousas que nam servem de se escreverem hua so direy por me parecer beem que me dise que V. S. devia de trazer o senhor Dom Jheronimo na corte, e que folgaria de nos ajuntaremos em hum olival pera ffalaremos em nosso primo quantos milagres V. S. tem feitos neste mundo que desseja hum secretario que me ajude eu com V. S. e com elle nam sendo eu musico nem cavalgador ffaço queixume a V. S. que me toma muito a velhice e que nom posso com o trabalho e que só elle me parece que me ha de tirar da corte. Ell Rey noso Senhor anda em tomar sua casa e levo nysso muita canseyra e muito mayor em o servir como a rey moço e eu velho nam queria la ir se nom despachado ou mal ou beem será quando Deus ffor servido. Aqui he Pero Fernandez e traz o retorno da encomenda da senhora condessa. Nam deve de ser bõ por quam barato estava lla tudo o de ca e ca muito mais o de lla porque o que faltou em pimenta sobejou em roupa dalgodão Noso senhor acrecente a vida e estado de V. S. e da senhora condesa a seu santo serviço. De Lixboa a iij de Setembro de b<sup>c</sup>lxij — *Thome de Sousa.*

*Sobrescrito*: Ao conde da Castanheira meu Senhor. <sup>1</sup>

## XIII

*Avaliação da commenda de Thomé de Sousa em 1563.*

«A commenda do mosteiro de Rates cuja invocação hé de Sam Pedro reduzido a igreja parochial de cuius fructos foram apartados no primeiro processo do nuncio vinte e quatro mil reaes pera o reitor. Commendador frey Thomé de Sousa avaliado em outenta mil reaes». <sup>2</sup>

## XIV

*Conhecimentos das verbas da comenda de Thomé de Sousa e da de Rates vaga. 1564 e 1565.*

Recebo mais o dito Recebedor Antonio Tavares cinquenta e dous mil e novecentos e quinze reaes e 4 ceitis de frei Tome de Sousa comendador da comenda de Santa Maria dArruda e são do quarto de ij<sup>o</sup>xj mil bjo lx bj reaes de 4 ceitis em que a dita comenda foi avaliada e por verdade asinou aqui o dito Recebedor comigo escrivão a dez de abril

<sup>1</sup> Colecção de S. Lourenço, livro 1. fl.178.

<sup>2</sup> Livro da Commenda da Ordem de Christo... pello Doctor Pedro Alvarez. 1563, fl. 51. Codice 9 da Ordem de Christo.

de 1565. O conhecimento deste dinheiro foi feito em nove de setembro de 1564 — *Antonio Tavares — Frei Luis.*<sup>1</sup>

« Recebeo mais o dito Recebedor Antonio Tavares vinte e cinco mil reaes e novecentos e doze reaes da comenda de São Pedro de Rates que esta vaga e são do quarto de cento e tres mil e seiscentos e corenta e oito reaes os quaes arrecadou Diogo d'Afonseca executor dos coartos e por verdade asinou aqui o dito Recebedor comigo escrivão a xb de julho de 1565 — Frei Luis.<sup>2</sup> »

## XV

*Avaliação da comenda de Thomé de Sousa. De 1565.*

Comendas dos xx mil cruzados deste Arcebispado de Lixboa :

Item. A comenda de Santa Maria da Arruda commendador frey Tomé de Sousa avaliada em duzentos e onze mil seiscentos e sasenta e seis reaes.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Livro 103 da Ordem de Christo, fl. 322.

<sup>2</sup> Id. fl. 36.

<sup>3</sup> Caderno dos comendas da Ordem de Christo em 1565 ?, fl. 8 v. (N. 19 do Cartorio).

---

# Luctas no Brasil em 1637 e 1639

Como as duas cartas seguintes da duquesa de Mantua, D. Margarida de Saboya, governadora de Portugal desde 1635 a 1640, encontradas no Archivo do Cabido em Bragança, agora depositado no Paço Episcopal da mesma cidade, se nos figuram de algum interesse historico, achamos bem archiva-las nesta Revista. Nellas se mostra haver o governo recorrido ás rendas ecclesiasticas, como a um fundo de reserva, para acudir ás necessidades publicas.

FRANCISCO MANUEL ALVES.

Reitor de Baçal.

## I

Deão dignidades, Conegos, e mais Cabido da see De miranda Ev El Rey vos enuio muito saudar %/.

hauendosse socorrido o Brazil, em setembro do Anno passado de mil e seis centos e trinta e cinco com as Armadas que a ysso emuey succedeo depois morrer Dom Luiz de Roxas que foý por superintendente da guerra que se fazia aos Inimigos no emcontro que com elles teue, e logo sendo socorridos com hum grande golpe de gente, apertaremse tanto as couzas que se apoderarão dos postos que a nossa sustentaua, retirandosse ficando com isso señores da campanha, e com animo para intentarem a cidade do saluador Bahia de todos os santos que he a cabeça daquele estado fazendosse de todo sñores delle, e achandome eu obrigado do risco em que o conçidero, a lhe acudir em forma que não sómente se atalhem estes intentos mas que se recuperem as praças de que estão apoderados os Inimigos mandeý para esse effeito tratar das Armadas que se estão aprestando, hua em cadiz pella Coroa de castella, de vinte galeoens, e outra neste porto com que dentro de breues dias, se há de vir ajustar para ambas sairem a esta jornada, e isto alem dos socorros de gente, monições, Armas, e bastimentos, que a deshilada, se tem enuiado, e não enuiando que lá tem chegado a saluamento segundo se entendeo pelos nauios que de proximo vierão, e porque auizandosse do aperto, em que alý se achaua tudo, se diz que se chegarem estas Armadas antes que ao inimigo o socorro que aguardaua para hir sobre aquella cidade se poderão conseguir muito bons successos Representandosse os danos irreparaueis que se seguirião se aconteçesse o contrario, e sendo por todas estas Rezões precisamente necessario apressarsse este apresto para que estas Armadas partão sem a menor dilacão, e tendosse gastado nellas tudo o que há de minha Real fazenda, e que por meýos ordinarios, e extraordinarios se pode ajuntar, e hauendosse empenhado a mayor parte das rendas desta coroa se tem com as inquietações inconsideradas de alguns Pouos, embaraçado de maneira os effeitos de que se hauia de acudir a isto que he forçado tratarse de o suprir por todas as vias possiveis porque de assy não ser se impossibilitara totalmente este socorro perdendosse o que ne'le esta despendido, e seria o mesmo que entregar de todo ao inimigo o Brazil, e nestes termos que são ainda muito mais apertados do que se pode emtender deuem todos concorrer com a assistencia que cumprir para que se não pare em hum apresto tão importante, e em que tão interessada esta esta coroa pois se lhe faltasse o Brazil ficarão os vassallos della Reduzidos a miseria que se deixa ver, e perdida a Reputação que seus passados ganharão tanto a custo de seu sangue no descobrimento e conquista daquelle estado perdendosse nelle a fee que he o que mais se deue sentir, e Respeitar não só jntroduzindosse a herezia, mas dexando expostos tantos catholicos ao conhecido perigo de que obrara nelles a communicacão e presuacão dos infieis para os seguirem em seus

erros, e o medo do rigor comque os procurarão leuar a isso Rezão que em particular obriga mais as pessoas que como ministros da Igreja deuem atender a sua conseruação e defenção me pareceo que por ninhum meyo mais prompto, e suave se poderia Remediar a neçessidade de tão apertada occazião que cabendome por emprestimo dos caidos dos Bispados que hora estão vagos dandosse consignação segura, e a satisfação dos cabidos para se restituir tudo ao depozito em que os tem porque não hauendo nisto inconueniente, quando ouuera muitos, he a cauza de calidade, e taes as rezões que se deuera passar por todos pelo que vos encomendo muito, e Rogo que tendo presente a justificação de todas as Rezões Referidas, e considerando as mais que ha na materia, e quanto o seruiço de Deos, e meu vos obriga nella, e que esforçandome a hũa ajuda tão grande como a que se dá pela Coroa de Castella nos vinte galeoens que tem aprestado os empenhos da monarchia em defenção da Igreja e santa fee catholica são (como se esta uendo) os mayores que em nenhum tempo ouue não fallara no mais ser por algũa maneira me fora possivel, queiraes vir no emprestimo dos cahidos dessa Igreja dandosenos como fica dito consignação segura, e a satisfação vossa para se restituir tudo, e tendo eu por muito certo de vos que assy o disporeis com o termo e vontade com que he de crer que por quaesquer outros meýos que podeseis, procurareis seruirme nesta occasião, tereis emtendido que a Respeito de qual ella he me hade ser presente sempre este seruiço, não só na estimação que em todos os tempos fiz a faço desse cabido senão em particular pelo que tocar a cada hum dos que nelle concorrerem, e por este mesmo correo, espero me auizeis da ordem que se deue dar para entrega de este dinheiro de que se não tratará sem primeiro se dar a que for neçessaria para a consignação %.

Escrita em Lixboa a 11 de Dezembro de 1637.

MARGARIDA.

## II

Deão Dignidades, Conegos e mais cabido da see de Miranda Ev El Rey uos enuio muito saudar ;

As cousas do estado do Brazil tem chegado a termos que com pouco que se dilate acudirhe na forma que he necessario se deue temer com todo fundamento que o Inimigo se senhoree de tudo segundo o poder com que se acha, pois tendo occupado Pernambuco com tantas fortificações, a capitania de Itamaracá, a do Rio grande e tendo posto em tanto apperto o cabo de Santo Aug.<sup>o</sup> tomou de nouo a Parahiba cometendoa com hũa armada de quarenta naos, sincoenta e tantas lanchas e Barcassas, e com mais de cinco mil homẽs, e sendo este successo tanto para sentir como se deixa ver pella qualidade da perda e fica sendo muito mais para mim por o grande perigo e risco em que está de se perder, ou corromper a religião christam e santa fee naquellas partes plantada nellas á custa de tanto sangue dos vassalos desta Coroa, e com tanta gloria do nome Portuguez faltando agora a mesma fee os Indios, e alguns dos moradores daquelle estado, que se diz estão já metidos com os Inimigos dando occasião a que outros os imitem e todos fiquem expostos, a que opprimidos, e induzidos dos Inimigos, e leuados de respeitos e interesses particulares deixem (o que Deos não permita) a Santa fee, e se apartem da pureza da Religião christã e he esta consideração para mim de tanta força, que so por ella não deixara de intentar todos os meýos possiueis, e chegar ao ultimo esforço para recuperação daquelle estado, o qual em nenhum modo deixarei perder, e por a mesma razão confio que os vassalos desta Coroa acudirão com grande zello, e cuýdado com as suas vidas e fazendas a negocio de tanta importancia, e tão apertada e precisa neçessidade de uendosse ter muita confiança que Deos concorrerá com seu diuino favor <sup>1</sup> e quando os vassallos estiuesses tão cegos que não quizessem estes incomparaveis danos, euidentes perigos, e total ruina e perdição conquistas do mesmo Reino e se não quizessem dispor a acudir com as vidas e fazendas a recuperar o perdido, e atalhar a se nam acabar de perder tudo, me haveria eu por obrigado a uzar de todos os meýos e das pessoas e fazendas dos vassalos da maneira que posso e deuo em tão apertada neçessidade como demais de ser cousa notaria o tem resolutos theologos, e outras pessoas doudas

<sup>1</sup> Os espaços em branco correspondem no original a partes devoradas pelos ratos.

a que o mandey uer, e tambem se resolueo por pessoas do conselho de estado deste Reino e por os ministros do conselho de Portugal que rezidem nesta minha corte de madrid e por pessoas do meu conselho do estado de ambas as coroas em hũa junta que por meu mandado se fez nesta dita minha corte, a qual recuperaçao se não pode intentar sem hũa grossa e poderosa Armada, que tenho mandado aprestar para poder partir até o mez de outubro seguinte, e ainda que minha real fazenda está de todo consumida, não só a desta coroa de Portugal, mas tambem a da coroa de castella, e as cousas desta monarchia estam por todas as uias tão apertadas e necessitadas de remedios grandes, e efficazes a resistir aos Inimigos que por todas as partes acometem, comtudo por a grande estimaçao que faço e fiz sempre dos vassallos desta coroa, e deste Reino e suas conquistas, e por a defensão, e conservaçao da santa fee nellas, tenho resolutto que toda a fazenda Real que ouuer nesta coroa se applique ao apresto desta Armada, e alem disso tenho mandado que por esta coroa de castella se faça hum grande esforço como agora mandey, que por a mesma coroa de castella se concorresse com parte da Armada menor que uay diante, e está aprestada para partir logo, tendosse por a mesma coroa de Castella despendido grandes sumas de dinheiro na recuperaçao da Bahia, e em socorros que se enuiarão ao Brazil, mas tudo isto não basta, nem com muita parte mais para se ajustar a Armada grande e poderosa, e he precisamente necessario que concorram, e ajudem os vassallos esforçandosse a darem o mais que puder ser, e porque tenho mandado que se vze dos meýos mais suaues, e entre elles o que em primeiro lugar se offerece he fiar do Amor e fidelidade com que os mesmos vassallos tem acudido em todas as occasiões de meu serviço e do bem publico do Reino, e nesta prezente mayor e mais apertada que todas as que tem auido, se disporão a darem hũ seruiço uoluntario tão quantioso que se ueja bem que merecem a confiança que delles faço, e as merces que tereý cuidado de lhe fazer no que ouuer lugar.

Pello que uos encomendo que uos disponhais a concorrer nesta occasião com hũ seruiço uoluntario tão quantioso quanto he necessario que seja sendo ella tão apertada, e para hũa Armada tão grossa e poderosa, assim das Rendas em comum como das dos particulares na forma que de todos espero quanto mais particular fica sendo esta obrigaçao ecclesiasticas tratandosse da honrra de Deos, e da conseruação, e da santa fee catholica, e da pureza da religião christã naquellas para dardes nisto o exemplo que conuem as mais pessoas ecclesiasticas, e Igrejas de tratar deste mesmo seruiço, como mais particularmente entenderéis do Bispo desse Bispado, e fico tendo por certo de uos que em tudo correspondereis ao que nesta occasião pede meu seruiço e obrigaçao certo della de que tereý sempre toda a lembrança.

Escrita em Lixboa a 17 de Junho de 1639.

MARGARIDA.

# OS UGONOTES NO BRASIL

1557-1567

(Quadros de história litterária evangélica)

Cincoenta e sete annos haviam decorrido depois que Pedr'Alvares avistara terra no sentido opposto á rota da India, quando chegaram ao forte de Coligny 290 colonos francezes a bordo duma frota de tres navios. Entre aquelles colonos contavam-se dezasseis ugonotes que compunham uma turma de estudantes para o ministério evangélico, partida de Genebra no anno anterior, em 16 de setembro de 1556. Destinava-se á christianisação dos brasilienses, enquanto que os seus companheiros de viagem iam manter e fortalecer o novo domínio francez.

O forte que demandavam fôra fundado pelo almirante de França Gaspar de Coligny e estava situado na ilha chamada de Villegaignon, ou de Villa Ganhão como os nossos disseram, na Bahia de Guanabara, hoje do Rio de Janeiro, a qual recortava a parte do litoral que elles denominaram França Antartica — encravada nos domínios portuguezes que constituem a actual República Brasileira.

Aquella turma evangélica, á frente da qual estava o venerando Philippe de Corguillera, fôra preparada pela igreja de Genebra e protegida pelo próprio almirante, que era ugonote tambem. A frota fôra organisada por Bois le Conte, a instancias de seu tio Nicolau Durand de Villegaignon, cavalleiro da Malta, chamado depois o *Caim da América*, por haver traído e martyrisado os pobres calvinistas, em razão da sua crença, que elle primeiramente fingira professar.

A chegada dos emigrados deu logar ao primeiro culto evangélico que se realisou na América do Sul, senão em todo o Novo Mundo, celebrado por Pedro Richier em 10 de março de 1557. Entre os ugonotes havia um chamado João de Lery que, tendo conseguido furtar-se, com alguns companheiros, aos maus tratos de Villegaignon, embarcando num velho navio, foi o chronista da infeliz empreza. Intitula-se o seu trabalho « História duma viagem á terra do Brazil ».

Entretanto, o mau estado do barco fez reter na terra americana cinco dos desventurados colonos, a quem Villegaignon se lembrou de exigir uma confissão de fé. Jacques Le Balleur, outro dos calvinistas (chamados em França *huguenotes*, nome que Fr. Luiz de Sousa traduz da fórma que aqui usamos, e que é talvez corruptela do termo germânico *eidgenossen*) homem doutissimo, professor de artes liberaes, grego e hebraico, e versado nas Escripturas, reconhece a cilada e fôge para S. Vicente, em 1559. Os restantes quatro decidem apresentar a declaração do seu credo, redigida por João Du Bourdel, que a assignou com Matheus Verneuil, Pedro Bourdon e André Lafon. Em resultado da sua sinceridade, foram atormentados e mortos todos, excepto o ultimo, que apostatou.

Jean Jacques Le Balleur, que foi conhecido dos portuguezes pelo nome de João Bolles, catechisa os habitantes de S. Vicente e de Santos, meio em público

meio em segredo, segundo o testemunho do jesuíta Pedro Rodrigues (1607 — «Codex da vida de José d'Anchieta»), é preso no mesmo anno da sua chegada e vem a morrer enforcado no Rio de Janeiro, em 1567, ás mãos de Anchieta. Foi, pois, um martyr da sua fé, a qual propagou naquellas então nascentes cidades, por meio das suas práticas eloquentes e doutissimas e dos livros que tanto despertaram a attenção do jesuíta P.<sup>o</sup> Luiz de Grã, já depois da sua prisão. Em 1560 fôra o padre ao vigário, requerendo «que não deixasse ir adiante esta peçonha Lutherana e com sermões públicos admoestasse ao povo que se acautelasse daquelles homens e dos livros que trouxeram cheios de heresias... E o que é mais, já a pestilencia pouco a pouco grassava nos corações incautos da imperita multidão... (Carta de José de Anchieta citada no livro «Religiões Acatolicas» do dr. José Carlos Rodrigues).

\*

Entre os emigrantes francezes chegados ao Brasil na frota de Villegaignon vinha tambem um frade dominicano, antigo estudante da Sorbonne, de nome João de Cointac, que abjurou o romanismo depois da sua chegada, mas que, depois de mostrar a sua ambição e péssimas qualidades de character, foi expulso do forte, fugindo para S. Vicente, em fevereiro de 1558, bandeando-se com os portuguezes.

Por denuncia, veio ahi a ser preso pela Inquisição, por herege, soffrendo duas devassas e dois processos regulares, nos quais foi absolvido por renegar a crença evangélica, que aliás nunca praticara, e provar ser bom catholico. Alguns teem confundido este frade com João le Balleur ou João Bolles, mas hoje, depois das investigações do rev. Alvaro Reis, distincto orador e escriptor evangélico brasileiro que publicou no *Puritano*, do Rio de Janeiro, uma extensa descripção deste interessante trecho da história evangélica do Brasil, não restam dúvidas sobre as duas bem distinctas personalidades.

Bem claro e patente fica ao investigador que João de Cointac, absolvido pela Inquisição brasileira, não é João le Balleur, enforcado pela mesma. Cointac, preso na Bahia pelo mesmo tempo em que le Balleur o era no Rio, foi ali julgado em 1561, sem resultado, sendo enviado para Lisboa, dois annos depois, por ordem do cardeal D. Henrique. Aqui deu entrada nos cárceres inquisitoriaes em 28 d'outubro de 1563, sendo registado com o nome de João de Cointac, *senhor de Boles*, como se intitulou. Daqui nasceu a confusão que por largos annos tem persistido em muitos escriptores, com o nome do outro preso, o calvinista que continuava retido no Brasil e que já no anno anterior fôra condemnado a morrer na fogueira, o que não se levou a effeito por ter de seguir o processo para o cardeal inquisidor.

E enquanto Cointac, depois de fazer uma confissão geral dos seus erros e de se retractar delles, era condemnado a prisão por tres paschoas, depois reduzidas a seis mezes e por fim cumpridas em menos de tres, por causa da *justificação* que apresentou provando a sua traição aos companheiros do forte Coligny, le Balleur soffria além-mar a pena ultima, fiel até á morte.

A respeito da confissão redigida por João du Bourdel, escreve o rev. Erasmo de Carvalho Braga, num expressivo artigo sobre os martyrios na França

Antarctica: « Definições concisas, de profundesa, porém, admiravel, — é a característica da confissão dos martyres de Villegaignon.

« A mentalidade de du Bourdel era, por certo, de um poder admiravel, para produzir, em circumstancias de tanto soffrimento, respostas precisas e profundamente theologicas como as que ahi se vêem.

« E' um documento interessantissimo. Revela o estudo que nesse tempo se fazia dos Padres da Igreja; o conhecimento invejavel da doutrina que os leigos de então possuíam.

« E' uma confissão calvinista; é a confissão dos nossos maiores e responde particularmente ás heresias de Roma; é a primeira confissão redigida na America, na primeira igreja do Brasil.

« E foi sellada com sangue ».

Assim analysa o critério presbyteriano moderno a confissão dos ugonotes.

\*

O que é feito dos livros que Jacques le Balleur espalhou pelos nossos antepassados no Brasil? Nada, absolutamente nada resta. Isto nos faz meditar no muito que ignoramos sobre a fé dissidente desses tempos, porque a Inquisição, como já dissemos, queimando as pessoas que a possuíam, destruia tambem os documentos que a poderiam attestar nos séculos futuros.

EDUARDO MOREIRA.

## Bibliographia

Sobre os precedentes em França, Portugal e Brasil, veja-se a excellentemente traçada obra « D. João III e os Francezes », Lisboa, A. M. Teixeira ed., 1909, onde o seu autor, sr. M. E. Gomes de Carvalho, se nos apresenta apreciavel historiographo. E' um trabalho muito completo sobre as relações diplomáticas entre Portugal e a França de Francisco I e Henrique II, sobre a pirataria franceza. e as igualmente ferozes represalias dos portuguezes, o encarreiramento dos traficantes da França para o Brasil e as primeiras obras de Villegaignon.

Nesta obra se citam a « Histoire d'un voyage fait en terre du Brésil », de que fallamos no nosso texto; a carta de Villegaignon a Calvino, de 31 de março de 1557; e a obra de Heulhard « Villegaignon roi d'Amérique ».

O caso da historia de França que o nosso artigo envolve é tratado incidentalmente nas « Voyages pittoresques dans les deux Amériques », Paris, 1836, por uma sociedade de homens de sciencia, e em outras obras de igual natureza.

E. M.

# FACTOS E NOTAS

---

**Guerra Peninsular. — Um documento privado.** — Entre os documentos antigos pertencentes a meu pae, encontrei um cuja publicação me não parece descabida, pois que é mais um subsidio para a historia da guerra peninsular. O documento em questão é uma carta dirigida a meu bisavô paterno Antonio de Vasconcellos Pereira Vieira Carneiro, senhor da casa de Quintã, em Soalhães, por seu cunhado Joaquim de Magalhães e Menezes, fidalgo cavaleiro da Casa Real, capitão de infantaria, do acampamento de Alboeira, em 25 de junho de 1812.

Joaquim de Magalhães e Menezes, que serviu na brigada portugueza na guerra peninsular juntamente com seu irmão Antonio de Magalhães e Menezes da Costa Teixeira, tambem fidalgo cavaleiro da Casa Real, por alvará de 2 de junho de 1795, e capitão de infantaria, era filho de Antonio José de Magalhães e Menezes, fidalgo cavaleiro da Casa Real por alvará de 3 de Maio de 1744, senhor da Torre de Vila Cova da Lixa e seu vinculo e de D. Maria Thomazia Pinto de Mesquita e Magalhães, senhora da casa da Quintã, na Livração, 1.º neto de João de Magalhães e Menezes, fidalgo cavaleiro da Casa Real, e de sua mulher D. Angelica Thereza de Abreu Barbosa Brito de Vasconcellos, 2.º neto de Thomé de Magalhães e Menezes, fidalgo cavaleiro da Casa Real, commendador da Ordem de Christo, e de sua mulher D. Margarida da Costa.

Joaquim de Magalhães e Menezes casou com sua sobrinha D. Maria José de Magalhães e Menezes, filha de seu irmão Jayme de Magalhães e Menezes, fidalgo cavaleiro da Casa Real, senhor da Torre de Vila Cova da Lixa e seu vinculo e da casa da Quintã, na Livração, da qual foi senhora, e que mais tarde alienou, sendo hoje propriedade do Ex.º Sr. José de Azevedo Teixeira de Aguiar.

Entre os seus descendentes conta-se hoje o Ex.º Sr. Francisco Xavier de Magalhães Lencastre Vasques da Cunha, 2.º visconde de Maiorca.

Acampam.º d'Alboeira, 25 de Junho de 1812.

Ill.º Sr.

Meu respeitavel amigo e snr. da minha maior veneração. Recebi huma carta de V. S.ª por este recobeiro que m.º me tem enchido de satisfação pela serteza que ella me assegura da sua boa saúde, da mana (1) e toda a mais familia a q.º V. S.ª me fará muito recomendado.

---

(1) D. Angelica Amalia de Magalhães e Menezes, mulher de Antonio de Vasconcellos Pereira Vieira Carneiro, senhor da Casa de Quintã em Soalhães, no Marco de Canavezes, meu bisavô paterno,

Snr. pelo recobeiro passado escrebi a V. S.<sup>a</sup> de Troxillo em que lhe participava a marcha que lebamos para a ponte de Almaraz, e o resultado foi o seguinte marchamos de noite para ver se se podia atacar hum forte que os Francezes tinham no meio do caminho hum quarto de legoa distante da Ponte meia legoa, mas como os guias se enganarão no caminho não se pode atacar na noite determinada para o ataque, e como elle estava em hua eminencia m.<sup>to</sup> grande que só se poderia tomar com a perca de tres a quatro mil homens rezolveo o Gen.<sup>al</sup> a não fazer caso algum d'elle e hir tomar dois que os Francezes tinham sobre a Ponte hum chamado Napolião e o outro Veguzu que dominavão a Ponte e a fazião conservar por estar hum de hum lado e outro do houtro do rio com efeito marchamos sem artilharia alguma por não poder passar visto não se ter tomado o forte que dominava o caminho para o que empregamos toda huma noite, em passar os despinhadeiros que tinha huma serra mas contudo chegamos as 7 horas da manhã á ponte onde se formarão tres clunas a primeira que foi a que atacou o primeiro forte composta dos Regim.<sup>tos</sup> Inglezes 50=71=e 92 outra de todos os outros Inglezes — e a outra da minha Brigada que hião de rezerba mas a primeira Brigada atacou o forte contanto valor que não durou oito minutos o fogo do inimigo que apesar de fazer algum fogo de metralha o valor foi o m.<sup>mo</sup> para elles continuar a meter-se ao forte deitando escadas em toda a roda delle e subindo e apenas entrarão foi tudo a ferro frio athe deporem todos as Armas e como levamos Artilheiros Portuguezes entrarão com a mesma Artilharia do Forte fazendo fogo sobre o outro e os Francezes que lla estavam o dezemparrarão sem fazer hum só tiro. A nossa perca foi de sincoenta a secenta homens entre mortos e feridos os Francezes tiverão sem e Prizioneiros trezentos e tantos e tinham m.<sup>to</sup> mantim.<sup>to</sup> tanto de Pão — Carne salgada — vinho — Agoardente — Azeite — Sebada e huma grande Boiada e Cabrada o que tudo se distribuiu á tropa e depois continuamos em lhe destruir os Fortes encrabando a Artilharia e deitando-a ao rio queimando todos os reparos della assim como os que servião de condução da Ponte, Barcas e toda a mais madeira que elles tinham e hum povo que elles tinham feito onde tinham hum grande Arcenal trabalhando todas as officinas que elles percizavão, o que tudo ficou em sinza e m.<sup>mo</sup> os Fortes — voarão pellas nuvens com a Polvora que tinham onde me parece que elles perderam o melhor de Dois milhoens de cruzados e depois disto feito tornamos a voltar com direcção do caminho de Sebilha e chegando a Villa Franca Zafra llos Santos e outros povos chegando as nossas avançadas a Lherena onde se encontrarão as avançadas francezas que vinhão pelo caminho de Badajos e com efeito vieram carregando sobre nós de modo que nos retiramos e nos viemos fortificar aqui onde foi a hum anno huma asão muita memoravel e seria agora outra se nos quizesse atacar, mas estamos já a seis dias e elles não tem aprocimado apenas occuparão os povos que nós deixamos e consta andarem cortando os trigos que estão maduros com homens que troucerão de Sevilha portanto não sei qual será agora o nosso movimento julgo será, atacallos outra vez he o que se me offerece dizer-lhe agora e para outra vez lhe participarei o más que ouver a maior.

Tenho recebido as cartas de V. S.<sup>a</sup> e nellas vejo estarme V. S.<sup>a</sup> continuamente sertificando a grande vontade que tem de nos servir e secorrer athe onde puder, eu meu riço snr. nada duvido e antes tenho conhecido a franqueza com que V. S.<sup>a</sup> nos falla e se tenho falada em recibo do dr.<sup>o</sup> que V. S.<sup>a</sup> me tem feito favor mandar não he por duvida alguma que se me ofreça de V. S.<sup>a</sup> antes he por conhecer se me succeder alguma emfelicidade lhe percizo todas as cautellas para evitar as duvidas que poça por o grande fidalgo Jayme de Magalhães,<sup>1</sup> Iguamente V. S.<sup>a</sup> me dizia que heu hia emportonallo com couzas tam deminutas não hera por duvidar couza alguma de que V. S.<sup>a</sup> deixase de me mandar inda que fue (?) maior quantia mas sim, queria ver se hia paçando emquanto vinhão os soldos contudo o dinheiro se bai acabando e o Estado não quida em pagar antes vai amontuando divida portanto não tenho eu remedio senão hir recorrendo a V. S.<sup>a</sup> e as piquenas sendo a miudo fazem huma quantia grande, contudo queria dever-lhe obzequio a V. S.<sup>a</sup> de me mandar por este portador mais dez moedas que V. S.<sup>a</sup> já me mandou fazer o total de trinta para ver se não se morre por aqui á fome cujo obzequio juntarei aos mais que sou devedor a V. S.<sup>a</sup> e desejar mostrar a todo o tempo as obrigaçoens que lhe sou devedor..... Iguamente V. S.<sup>a</sup> me fará muito e muito recomendado á Manna Angellica<sup>2</sup> e a todas as mais Snr.<sup>as</sup> e Snr.<sup>es</sup> desa Ill.<sup>ma</sup> Caza

<sup>1</sup> Jayme de Magalhães e Menezes, sogro e irmão do auctor da carta.  
<sup>2</sup> Como a nota 1.

asim como a todos os sobrinhos e sobrinhas <sup>1</sup> e as mesmas do mano Antonio <sup>2</sup> e que agora não escrebe maz que o faz pello correio que chegara lla aquaze ao mesmo tempo no intanto disponha do meu inutil prestimo permeto a V. S.<sup>a</sup> huma carta cuja vera a fichara para quaze que seja percizo falar ao juiz da nossa cauza hia o manno José <sup>3</sup> entregalla no Porto a Viuba do Villaboa para ella fallar a elle.

Sou de V. S.<sup>a</sup> Cr.<sup>o</sup> e obr.<sup>o</sup>

*Joaquim de Magalhães e Menezes.*

A ultima pagina (4.<sup>a</sup>) é encimada por um recibo passado pelo recoveiro assim concebido:

Resevi dez moedas recoveiro Antonio Fr.<sup>a</sup> de Brito.

A copia, acima, está conforme o autographo que deixo archivado na Bibliotheca da Academia das Sciencias de Lisboa.

Lisboa, 1914.—*M. de V.*

**Sobre dois medalhões do claustro dos Jeronymos.** <sup>4</sup> — Sobre as portas da chamada casa do capitulo, que hoje dão entrada para a capella onde está o tumulo de Herculano, existem dois grandes medalhões, a que não encontro referencia em nenhuma das descripções, que conheço, do claustro, a não ser na do Snr. Cesar da Silva, professor e bibliothecario da Casa Pia, que no seu opusculo «Mosteiro dos Jeronymos» diz, a pag. 71: «Sobre as portas salientam-se dois medalhões em baixo-relevo, desenhando-se *num a figura de um homem barbado e noutra a de uma mulher*. Não conseguimos nunca perceber quem representam». Conjugando esta descripção com o que diz Fr. Jacintho de S. Miguel na sua *Relação da insigne e real Casa de Santa Maria de Belem* (recensão publicada por Martinho da Fonseca, 1901, pag. 87): «E' tradição bem constante n'esta casa que a infanta D. Maria, filha do senhor rei D. Manuel do terceiro matrimonio, e mui devota n'este mosteiro, quiz acabar esta casa do capitulo e fazer *tambem* n'ela o seu jazigo...», e sobretudo conjugando a mencionada referencia do Snr. Cesar da Silva com o que diz Manuel

<sup>1</sup> D. Maria Merceana de Vasconcellos Carneiro de Magalhães e Menezes, D. Carmelina de Vasconcellos, D. Antonia Arsenia de Vasconcellos, Antonio de Vasconcellos Carneiro de Magalhães e Menezes, Joaquim de Vasconcellos Carneiro de Magalhães e Menezes e José de Vasconcellos Carneiro e Menezes Vieira da Motta, meu avô paterno.

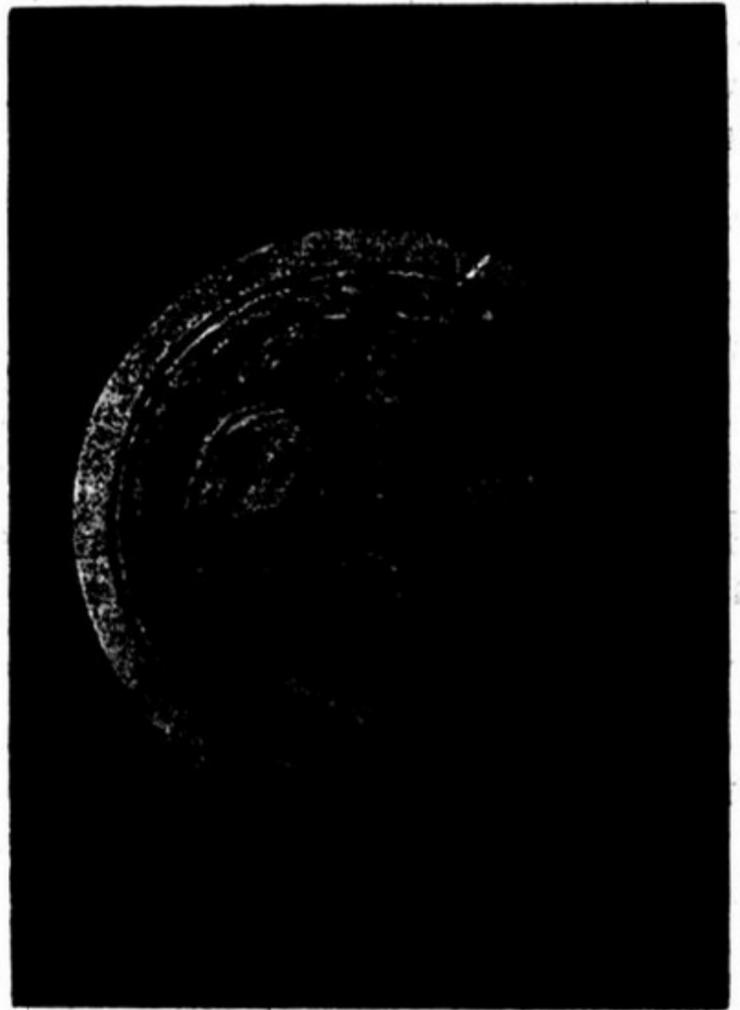
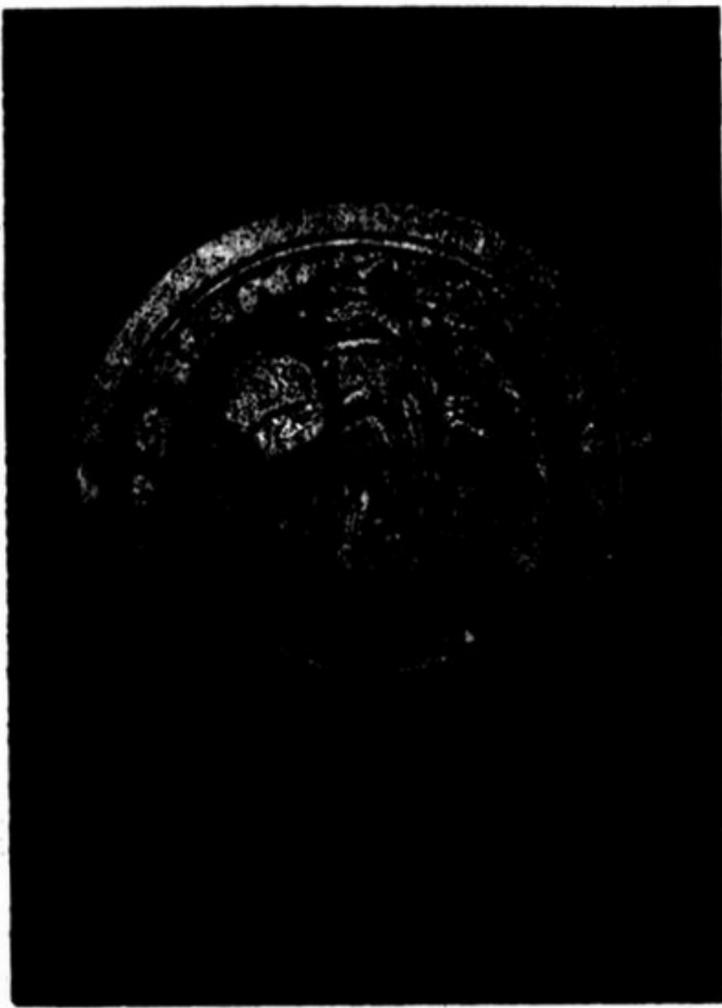
<sup>2</sup> Antonio de Magalhães e Menezes da Costa Teixeira, fidalgo cavaleiro da Casa Real, capitão de infantaria; seu filho Antonio de Magalhães e Menezes falleceu em 1893 na minha casa da Deveza, em Soalhães, Marco de Canavezes.

<sup>3</sup> nota 2.

<sup>4</sup> Os moldes em gesso dos medalhões a que esta noticia se refere foram por mim mandados collocar e guardar no salão do theatro da Casa Pia de Lisboa.

Baptista de Castro, na sua chronica manuscripta, existente na Torre do Tombo : « que he tradição se fazia esta Casa para Capitulo, e que o *Senhor Rey D. Manuel intentava que fosse para se por a sua Sepultura e a da Senhora Rainha D. Maria* »; por tudo isto mandei modelar e reproduzir em gesso os dois medalhões, a fim de os estudar detidamente e procurar esclarecer um ponto interessante da historia do monumento dos Jeronymos, tal é o de se saber qual o destino que se pensava dar á capella que ficou imperfeita, chamada Casa do Capitulo, e que Varnhagen, em 1842, na sua *Noticia historica e descriptiva* chama

#### MEDALHÕES DOS CLAUSTROS DOS JERONYMOS



(pag. 34) « casa do capitulo ou o quer que era », acrescentando « de que ainda se vêem os restos ou começo ».

Ao perto, um exame mesmo superficial que seja mostra que em nenhum dos dois medalhões se representa figura de mulher. A que ao longe, á primeira vista, parece se-lo é a de um cavalleiro sem barba, vestindo uma armadura bem desenhada. E ambos os medalhões, pelas grandes differenças phisionomicas que se notam nas figuras, pelas differenças na attitude em que ellas estão representadas e pela minucia com que se modelaram os traços do rosto e os do vestuario, tudo me faz suppôr que são retratos um pouco phantasiados, de personagens do tempo, que alli se quiz consagrar. Encontro algumas semelhanças entre a phisionomia do cavalleiro imberbe ou barbeado e a de dois retratos do Infante D. Henrique : o da Chronica de Azurara e o do painel de Nuno Gonçalves. A face é alongada, os malares accentuados, o nariz direito, os labios grossos, o queixo alto e proeminente, os cabellos longos e alisados, aparados sôbre a testa e atraz sobre a nuca, o sobreceño descido e o ar hostile e rude. Diz bem este retrato com as palavras de Azurara : « sua presença, do primeiro esguardo aos non uzados era

temerosa». O medalhão parece-me retrato do Infante feito por artista influenciado pelo conhecimento da estatua jacente da Batalha ou do retrato que vem em Azurara, e ainda pela narração da chronica.

A cabeça da estatua do tumulo da Batalha, apesar dos exageros, que constituem mais traços da estylisação gothica do que expressões da realidade, como muito bem faz notar o Dr. Teixeira de Carvalho, no *Instituto* de 1894, onde publicou um interessante estudo sobre o tumulo do Infante, apesar disso, tem traços muito verdadeiros que permitem reconstituir-lhe a figura, e defender a authenticidade da estatua, porque condizem notavelmente com muitos que encontro no retrato de Azurara, e no das tabuas pintadas de Nuno Gonçalves. Vale a pena notar principalmente as rugas da testa e as do canto dos olhos e a forma da orelha: triangular e de lobulo adherente. As rugas da testa, muito accentuadas, condizem bem com a sua fallada irascibilidade (*arrevatado em sanha*, diz Azurara), e tambem com o seu feitio prescrutador, e as suas trabalhosas vigalias («*duvidoso seria de contar quantos pares de noutes, seus olhos non conhecerão sono*» ainda diz Azurara).

A figura que supponho ser do Infante, em novo, no principio da sua brilhante carreira, tem a bocca entre-aberta e sustenta, na mão direita, uma especie de tira desenrolada sobre a qual aponta com o indicador da mão esquerda. Não quereria representar-se o Infante como apontando para o mapa, a indicar o caminho da India? A proposito lembro-me das palavras de Major. «O infante não tinha só em mira explorar a costa occidental da Africa. A esperanza de chegar á India pelo extremo sul da Africa era para elle objecto de ainda mais alta ambição». (Tradução portuguesa, da *Vida do Infante D. Henrique*). O outro medalhão da porta do Capitulo sobre que quero falar, representa homem muito differente do primeiro em traços do rosto, em idade, e em categoria. A face é curta e larga, as maçãs do rosto salientes, o nariz um pouco convexo e de ponta voltada para baixo, os bigodes longos e lisos deixando a bocca a descoberto, os labios longos e finos, a barba comprida, em duas pontas, escorrida. Não está vestido de cavalleiro. Traja uma especie de gibão cujos botões e mangas bem se vêem. Sustenta com a mão direita, erguida, uma fita desenrolada, semelhante á que se vê na figura do primeiro medalhão e a mão esquerda está apoiada sobre o peito, com a barba por entre os dedos. Ha numerosos traços de semelhança entre a phisionomia desta figura e a de alguns retratos de Vasco da Gama: no que vem nas *Lendas da India*, no que figura no *Tratado dos Vice-Reis* de Paulo Barreto, (Vid. manuscriptos illuminados da Bibliotheca de Lisboa) e no retrato que está na Academia de Bellas-Artes. Attenda-se particularmente á accentuada largura do rosto, á forma da bocca e ao talhe do bigode.

A mim parece-me que o segundo medalhão representa um retrato de Vasco da Gama e é como que um complemento do supposto retrato do Infante. Este como que diz: «eu apontei o caminho», e o outro: «e fui eu quem o descobriu». Não é inverosimil que na porta da Casa do Capitulo onde figuram uma estatua de S. Jeronymo e outra de St.º Agostinho, se puzessem em medalhões os retratos do Infante que fundou a Capella do Restello, doada por D. Manuel a frades de S. Jeronymo, da regra de S. Agostinho (Teixeira de Aragão: *Vasco da Gama e a Vidigueira*, pag. 100) e o de Vasco da Gama, que descobrindo o caminho da India levou D. Manuel a levantar no sitio da Ermida o faustoso monumento dos Jeronymos.

Pelo menos é mais verosimil que estes medalhões sejam retratos de Vasco da Gama e do Infante, do que delles sejam retratos: do primeiro um dos meda-

lhões da face interna das pilastras da ala sul do claustro, que vem reproduzido em gravura no 6.º vol. das *Obras de Luiz de Camões* do Visconde de Juromenha e no livro *Vasco da Gama e a Vidigueira* de Teixeira de Aragão, e do segundo a estatua do homem barbado e barbudo que sob baldaquino se encontra a meio da porta lateral dos Jeronymos e que não deve passar «duma phantasia do esculptor que o cinzelou», como diz o meu illustre amigo Dr. José de Figueiredo, ou da figura de um arauto ou rei d'armas, como em proveitosa conversação me affirmou outro meu illustre e querido amigo, o Dr. Teixeira de Carvalho, de Coimbra.—Lisboa, 15-XI-914.—A. A. da C. F.

**Uma noticia sobre Diogo do Couto.** — Na *Bibliotheca Lusitana*, tom. I, pags. 646, lê-se a respeito de Diogo do Couto: «Naceo em Lisboa em o anno de 1542, sendo bautisado na Parochia de Santa Justa, onde teve por Pays a Gaspar do Couto, e a Isabel Serrão de Calvos. Desde os primeiros annos se lhe anticipou de tal sorte a madureza do juizo á verdura da idade, que quando contava dez entrou em o serviço do serenissimo Infante D. Luiz, que conhecendo a boa indole, que tinha para as Letras, o mandou estudar em o Collegio dos Padres Jesuitas a Lingua Latina, e Rhetorica, de que forão seus Mestres os Padres Manuel Alvares, e Cypriano Soares...».

Estas noticias genealogicas são exactas e provam-nos tambem que já em 1542 a igreja de Santa Justa possuia registos parochiaes.

A contraprova da veracidade das noticias recolhidas sobre a familia de Couto encontra-se a fls. 251 do livro 23 da Mesa da Consciencia e Ordens guardado na Torre do Tombo numa consulta ali registada e que transcrevo:

«Viosse nesta mesa hũa petição que V. Magestade a ella remeteo de Diogo do Couto coronista guarda-mor da Torre do Tombo do Estado da India em que diz que V. Magestade lhe fes merce do habito da ordem de Christo com trinta mil reis de tença e porque está nas dittas partes da India e neste Reino não tem quem corra com sua abonação e possa fazere as provanças que se requerem P. a Vossa Magestade mande passar provisão para na India onde ha cincoenta Anos que vive se possam fazer por aver nella muitas pessoas de sua criassão que lhe conhecerão Pay may e parentes e superior na abonação de seus avós Gaspar do Couto que foi do infante D. Luis e Vasquo Serrão de Calvos juis que foi do Terreiro do Trigo desta cidade de Lisboa que ha mais de sem anos que são falledidos e com elle ser de setenta os não conheceo e não aver oie quem se lembre delles e constando seu Pay Gaspar do Couto e sua may Isabel Serrã de Calvos serem nobres e sem raça algua de mouros nem judeus e pela opinião que delles ha em toda a India lhe seja lançado nella, habito e dispensa na idade que o Regimento manda.

Pareceo que Vossa Magestade não deve ser servido de se abrir perto a semelhante requerimento como hé fazer-se na India as provanças dos Avós do supplicante que nacerão neste Reino contra o Regimento que neste cazo V. Magestade tem passado e fazendosse as provanças nelle se terá respeito ao que allegua acerca de se lhe admittir a prova que neste cazo ouver lugar vista a antiguidade de seus avós e no que toca a idade depois se defirirá a este Requerimento como se costuma fazer. Lisboa 8 de fevereiro de 1614 — Ferreira — Preto — Pereira.

Conformo-me com esta consulta em Lisboa 11 de março de 1614. — O Bispo Dr. Francisco de Castro Presidente. — P. A.

**O movimento historico em Espanha.** — Num artigo deste titulo, inserto na revista catholica *Razón y Fé*, n.ºs 156 e 157, o sr. D. Garcia Villada dá conta das principaes obras historicas e collecções documentares publicadas recentemente ou em decurso de publicação, e das instituições de cultivo das sciencias historicas, actualmente em regular exercicio. Estas instituições são a *Real Academia de Historia*, bem conhecida em Portugal; o *Centro de Estudios Historicos*, annexo da *Junta para ampliação de Estudios*, acêrca da qual démos uma noticia no n.º 7 desta *Revista*, e de cujas publicações já havemos falado na secção de bibliographia; a *Escola Espanhola de Archeologia e Historia em Roma*, dependencia do mesmo; o *Instituto de Estudios Catalães*, creado em 1907; e finalmente o *Centro de Estudios Americanos*, creado por lei de 17 de abril de 1914. E' para este instituto que chamaremos a attenção dos nossos consocios e leitores. Funciona elle em Sevilha, junto do Archivo das Indias, em plena independencia da universidade, e professando-se nelle as seguintes materias: 1.º Paleographia e Diplomatica dos seculos xv, xvi e xvii. 2.º Historia e bibliographia do descobrimento, conquista e colonização da America espanhola. 3.º Organização, inventario e catalogação de archivos e estudo especial dos depositos de documentos relativos á historia hispano-americana. A criação deste centro de estudos americanos, a par da actividade que se patenteia em todos os districtos nas sciencias historicas, é um signal inilludivel da reviviscencia intellectual da nossa vizinha, que ostenta hoje, neste campo, uma pleiade de especialistas da mais prestigiosa auctoridade. — F. F.

**Os cippos romanos de Braga.** — Foram removidos, por utilidade dos serviços camararios, os marcos collocados no campo de S. Sebastião das Carvalheiras, na cidade Augusta, os quaes o sr. P.º Martins Capella descreve magistralmente na obra que intitidou «Miliários Bracaraugustanos».

Trasladados por ordem dos arcebispos D. Diogo de Sousa e D. Rodrigo de Moura Telles das vias militares romanas para o Campo de Sant'Anna, ahi estiveram de volta da capella da mesma invocação até 1769, anno em que vieram para as Carvalheiras. Juntas estão aos marcos outras antigas e interessantes lapides epigraphicas.

Eram cinco as estradas romanas que saíam do *conventum* bracaraugustano, uma para *Scalabis* e quatro para *Asturica*, na Galliza. A que seguia a *Scalabis* ou Santarem, e parece que a *Olyssipo*, era a que communicava com a chancellaria ou *conventum* de Mérida. As outras quatro iam a Astorga por Aguas Flavias ou Chaves; por Aguas Celenas ou Fão e *Lucus* ou Lugo; a *Geira*, terceira estrada, pela serra do Gerez; a quarta pela ponte do Prado, Ponte do Lima, Valença e Tuy.

Foi a pedido do archeologo Vallerio Pinto de Sá que os marcos, de dôze collocados no Campo de Sant'Anna já reduzidos a dez e lançados por terra, foram trasladados. E nessa occasião o mesmo archeologo os copiou.

Foram tambem copiados pelo Bispo de Uranopolis á Academia Real de Historia, pelo Commendador d'Argote e por Senna Freitas, além do allemão Hübner, em seus livros, e ultimamente pelo sr. padre Capella, que completou e corrigiu todo o trabalho anterior.

São dos mais importantes monumentos historicos da península; comtudo muito mal estimados andam! Até ha poucas semanas os viamos cercados de immundicies, e por vezes com bem difficil accesso aos estudiosos e excursionistas.

Decidiu a Camara de Braga transformar o velho campo das Carvalheiras num horto municipal, e bem avisada andou. E' o indício de mais um progresso entre tantos que a actual edilidade tem promovido. Mas pena será que não se aproveite a occasião para que os marcos sejam removidos de vez, segundo o critério da nossa época, para os claustros dum dos conventos citadinos, onde sirvam de nucleo ao primeiro museu archeologico bracarense. — E. M.

**Visconde de Meyrelles.** — Com a morte, recentemente occorrida, do sr. Visconde de Meyrelles, a *Sociedade* perde um dos seus mais dedicados membros. Antigo diplomata e alto funcionario da administração colonial, exerceu a sua actividade em campos muito diversos dos que são especial fite desta *Sociedade*, e nelles se revelou distinctamente, mas, espirito cultissimo, duma curiosidade que se não satisfazia, era tambem versado em materias historicas, não com a minucia do especialista, mas com critério judicioso e mais duma vez inspirador de pessoas opiniões. Sobre a historia indiana, ainda recentemente escreveu o seu pensar ácerca da sua conquista pelos europeus, nas paginas desta *Revista*. Esse artigo e outros projectados visavam a salientar a falta de espirito de proporção com que certos problemas historicos têm sido considerados. Infelizmente tal plano não passou de cartas particulares.

A *Sociedade* lamenta a perda deste cooperador valioso e dedicado. — F. F.

**Historia local**—Pelo Ministerio da Instrucção Publica foi nomeada uma commissão com o fim de colligir e imprimir todos os documentos relativos á historia dos archipelagos dos Açores e Madeira, e promover a sua divulgação. Compõem essa commissão os srs. Bento Rebello, Henrique das Neves, Alberto Telles, Azevedo Soares, Jordão de Freitas, Andrade de Albuquerque e Ferreira Lapa. Se aos commissionados forem facultados os necessarios meios de trabalho, tal providencia estabelece um precedente que desejamos ser muito repetido e que honra o snr. ministro que subscreveu a respectiva portaria.

---

# BIBLIOGRAPHIA

---

**Escriptoras doutros tempos.** — *Extractos das obras de Violante do Céu, Maria do Céu e Magdalena da Gloria.* — Com revisão e prefacio de Mendes dos Remedios, Coimbra, 1914, 162 pags.

O sr. doutor Mendes dos Remedios, proseguindo na publicação da sua prestimosa collecção de *Subsidios para o estudo da Historia da Litteratura Portuguesa*, deu-nos recentemente o vol. xvi, do titulo acima, em que reúne elementos de valia para o estudo dum filão ainda pouco explorado da nossa historia litteraria. O voluminho contem trechos em prosa e verso de soror Violante do Céu (1602-1693), de soror Maria do Céu (1658-1753) e de soror Magdalena Gloria (1672-1688 ou 1690). A qualidade de freira, que em todas as três escriptoras se verificou, logo faz suspeitar o character essencial dessas composições, o mysticismo. São effectivamente peças mysticas, no duplo sentido que a este qualificativo se pode dar, o de espiritualismo religioso, requintado até ao lyrismo, e exaltado até ao arroubo, e o de confusão intellectual, por dominio do sentimento em todos os campos da consciencia. Não lhes falta, de onde em onde, algum esmalto de verdadeira belleza, mais na dicção lididamente portuguesa que na riqueza intrinseca. E' um serviço inestimavel o que o auctor vem prestando nos estudos de historia litteraria com a sua collecção de *Subsidios*.—F. F.

**Classicos Esquecidos,** *Solidonio Leite*, Rio de Janeiro, 1914, 226 pags.

O auctor reuniu neste volume dados biographicos de classicos menos lidos, acompanhando-os do elogio dos seus dotes de escriptores, abonados com a exemplificação dos trechos intercalados na obra. Os classicos esquecidos, de que no livro se trata, são os seguintes: Frei Manuel da Esperança, morto em 1670; Dr. Manuel Rodrigues Leitão (1620-1691); Diogo Monteiro (1562-1634); D. José Barbosa (1674-1750); D. Francisco de Santa Maria (1653-1713); Dr. Antonio Carvalho Parada (1595-1665); Padre Francisco de Sousa (1628-1703); Bispo Conde Sebastião Cesar de Menezes, morto em 1672; Fr. João dos Prazeres (1648-1709); Mathias Ayres Ramos da Silva de Eça, nascido em 1705; Padre Manuel Consciencia, morto em 1739; Padre Francisco de Mendonça (1573-1626). Estes auctores são historiographos religiosos a maioria, e tratadistas politicos alguns; dois, Francisco de Sousa e Mathias de Eça, são de naturalidade brasileira. Todos são edificantes modelos de boa linguagem, pura de estrangeirismos, variada no vocabulario e na syntaxe, sem que ostentem—esta é a razão do seu esquecimento, que o sr. S. L. não quis apontar—individualidade artistica, originalidade e superior belleza de expressão. Como chronistas uns aos outros se repetem, estes e os que não fôram esquecidos, com despreocupada ingenuidade que é a total negação do mais ligeiro criticismo; como tratadistas politicos é que apresentam merito intrinseco correspondente á pureza da elocução. Não é, porém, sem beneficio a sua leitura porque nesses velhos textos, generosamente relembrados pelo sr. S. L., a imaginação familiariza-se com a verdadeira linguagem portuguesa, aquella nobre linguagem, philologica e estheticamente distincta e una, que serviu de meio de expressão ao velho character lusitano, quando elle era tambem, moral e politicamente, distincto e uno modelo—da boa linguagem que nós julgamos, porém, se deve procurar, sim, nos velhos escriptores, mas os mais graduados. O auctor, sr. S. L., attesta por este seu livro, principalmente na allusão ás referencias de outros escriptores aos *classicos esquecidos* e no paralelo de passagens respeitantes aos mesmos assumptos, notavel erudição e frequencia dos textos antigos, alguns raros ao ponto de se haverem tornado preciosidades bibliographicas.—F. F.

**O Archeologo Português.** — Vol. XIX, n.ºs 1, a 6, Janeiro a Junho de 1906, Lisboa, 1914.

Este numero do *Archeologo*, cujo summario se analysará em parte, começa um novo anno de sua publicação, o 19.º

Eis esse summario.

*Sobre uns vasos antigos do Museu Ethnologico Português — Subsidio para a historia da hygiene e para a da influencia púnica na Lusitânia* — por Antonio Aurelio da Costa Ferreira, pag. 1.

Neste interessante artigo o snr. dr. Costa Ferreira, nosso consocio, descreve dois vasos provavelmente de origem púnica, do Museu Ethnologico, que poderiam ter servido como *biberons*. Sugeriu-lhe este trabalho o ter lido no *Traité d'Hygiene infantile* de Variot que Dureau na *Chronique Médicale* se tem occupado de certos « vasos em forma de garrafas com uma emi-nencia mamilar... perfurada » encontrados frequentes vèzes em sepulturas de creanças em cemiterios francos, franco-romanos e romanos da Gália, e tidos por este auctor como *biberons*. Percorrendo a notavel collecção de ceramica do Museu Ethnológico achou o auctor os dois curiosos vasos que motivam o seu artigo, vasos com a rubrica de púnicos, que compara com outros descriptos por varios auctores. Este substancioso artigo trata de um assumpto inedito na nossa archeologia.

*Artes e industrias metalicas em Portugal — Moedeiros* — por Sousa Viterbo, pag. 4, continuação do vol. XVIII, pag. 191.

*Apontamentos archeológicos do concelho de Marco de Canavezes* — por Manoel de Vasconcellos, pag. 12.

O pae do auctor, influenciado por F. Martins Sarmiento, estudou alguns monumentos archeologicos de Marco de Canavezes. Desses estudos deixou notas, que o auctor leu e o levaram a percorrer os locais a que estas se referiam, e assim elaborou o artigo. Não é pois um archeologo que estuda esses monumentos (logares, gravuras, sepulturas em rocha) e nada junta de elucidativo que possa contribuir para a resolução destes problemas da nossa archeologia — a idade das sepulturas em rocha e logares. Tem este artigo a importancia de marcar mais um local onde se encontram estes enigmaticos monumentos.

*A nomeação do pessoal superior da imprensa da Academia Real de Historia* — por Pedro de Azevedo, pag. 31.

Este nosso consocio no seu artigo enumera rapidamente qual esse pessoal e publica uma serie de dez documentos referentes ao assumpto.

*Contos para contar* — por César Famin, pag. 41.

*Catalogo dos manuscriptos do Museu Ethnologico* — por Pedro de Azevedo — pag. 46 — continuação do vol. XVIII, pag. 108.

*Inscrição romana de Sintra* — por J. Leite de Vasconcellos, pag. 84.

*Sapèques* — por César Famin, pag. 84.

*Analecta archeologica* — por J. Leite de Vasconcellos, pag. 85.

*A exposição Olisiponense no Museu Archeologico do Carmo* — por Luiz Chaves, pag. 90.

*Medalhas camonianas* — por Arthur Lamas, pag. 93.

Neste importante artigo são descriptas 34 medalhas camoneanas e 8 projectos de meda-lhas; 35 gravuras illustram o texto.

*Estação archeológica do Outeiro da Assenta (Óbidos)* — por F. Alves Pereira, pag. 135.

Com o costumado rigôr scientifico este auctor descreve uma exploração archeologica no Outeiro da Assenta. Nesta descripção segue o sr. dr. Alves Pereira essas escavações tão methodicamente feitas e infelizmente pouco productivas. Não encontrou chronologia nas camadas archeologicas, tudo tinha sido remexido. Os vestigios que encontrou pertencem á epocha do bronze e romana.

*Antiquidades de Thomar* — por J. Leite de Vasconcellos, pag. 146.

*Carimbagem de palacas em S. Thomé* — por Francisco Cordovil de Barahona, pag. 152.

*A collecção de « milagres » do Museu Ethnologico Português* — por Luis Chaves, pag. 152.

O artigo do sr. Chaves, que julgamos sêr a sua estreia, revela erudição; está bem feito. O auctor descreve 27 desses retabulos tão vulgares em varias igrejas, offerendas populares de agradecimento que perpetuam a graça divina ou do santo que se dignou attender á supplica do crente. O snr. Chaves, na primeira parte do seu artigo dá uma idea geral do que é o milagre, historia-o um pouco, faz a sua ethnographia e só depois passa á descripção rápida de cada um desses quadrinhos da collecção do Museu Ethnologico. Essa primeira parte, em que o auctor não tira todo o partido que poderia, é no entanto uma estreia digna de registo, permita-se-nos um juizo. O sr. Chaves, que pertence ao Museu Ethnologico, tem á sua dis-

posição um grande campo de investigação. Este museu, um dos primeiros da Europa, pode fornecer-lhe muito material, e, a julgar por este artigo, utilizando-o inteligentemente, como no presente caso, prestará serviços á sciencia portugueza. Mostra-se-nos um trabalhador consciencioso.

*Notas lexicológico-archeologicas* — por J. Leite de Vasconcellos, pag. 176.

O auctor emenda alguns dos gallicismos que correm nos escriptos de varios archeologos portuguezes, como *cisto* por *cista*, *fusatola* por *cossoiro*, *mesa de dolmen* por *tecto*, *tampa*, *chapeu*, *cobertura*, e propõe traducções de varias palavras francesas usadas na nossa terminologia paleolithica, como *coup-de-poing* por *faz tudo*, *racloir* por *raspador*, *grattoir* por *raspadeira*. Estes dois ultimos termos são muito felizes e devem ser adoptados.

*Monumentos nacionaes* — por Pedro de Azevedo, pag. 180.

*Bibliographia* — por J. Leite de Vasconcellos, pag. 187.

*Necrologia — Guilherme Gameiro e o seu labor artistico*, por João de Saavedra Machado, pag. 188.

*Chronica — Excursões archeológicas ao Alentejo* — por Vergilio Corrêa, pag. 189. — J. F.

**Historia da Misericordia de Goa. 1621-1910.** Por *José F. Ferreira Martins*. Nova Goa. Imprensa Nacional, 1914, xxi, 523 pags.

**Historia do Brasil**, por *J. Arnitage*. 2.<sup>a</sup> edição brasileira organizada por *Eugenio Egas*. S. Paulo, 1914.

**O Problema das Bibliothecas em Portugal e o nosso projecto relativo á nomeação e promoção dos funcionarios das bibliothecas e archivos.** Por *A. P. de Bettencourt Athayde* (*Bibliothecario da Bibliotheca Nacional*). Lisboa, 1914, 42 pags.

O nosso consocio sr. Ferreira Martins emprehendeu fazer sobre a Misericordia de Goa o mesmo trabalho que o sr. Victor Ribeiro fez sobre a de Lisboa. A publicação termina com o presente terceiro volume, repleto de documentos, *fac-similes* e phototipias. Não farei o resumo deste volume, porque ao leitor europeu não interessa a menção de datas e os nomes das pessoas que na India continuaram o emprehendimento do reinado de D. João II. Todavia para a historia geral de Portugal ha elementos aqui muito aproveitaveis. Assim é que se encontra neste volume a reproducção da assignatura da regente Duqueza de Mantua, que não será facil encontrar nos nossos archivos ou numa publicação europeia. O archivo da Misericordia de Goa, não obstante as devastações usuaes e nunca reprimidas em archivos, é ainda bastante rica em peças historicas. Fiz com prazer a leitura dessa obra lembrando-me que no pequeno territorio de Goa se encontra quer puro quer mesclado o sangue dos portuguezes que ali iam batalhar por necessidades pessoas ou por imposição dos parentes, a quem elles punham em perigo na Europa o bom nome das respectivas familias pelas suas extravagancias. Essa raça luso-indiana mantem na vasta India com brilho o nome portuguez e na propria Europa disputa aos nacionaes os melhores logares nas letras e nas sciencias. E' para lamentar que não tenhamos ainda estudos estatisticos e anthropologicos dos grupos ethnicos que povoam a nossa India. O A. dá por vezes expansão na sua obra a um bem justificado pessimismo.

A 1.<sup>a</sup> edição da obra do inglés Arnitage sobre a historia do Brasil de 1808 a 1831 torna-se summamente rara e por isso o Dr. Eugenio Egas se decidiu a reproduzi-la traduzindo para portuguez as notas que haviam deixado de o ser na primeira edição. O livro é escripto em defesa dos interesses ingleses, e por isso se vê o grau de influencia que tiveram os nossos alliados ingleses na separação dos dois estados. Portugal e o Brasil são dois menores guiados por uma preceptora. Arnitage é summamente claro na sua exposição, diz as cousas pelos seus nomes, sem uma unica vez sequer pagar um tributo á rhetorica ou empregar uma palavra inutilmente. E' um trabalho digno de ser lido e tambem meditado, se isto pudesse ser recommendado.

O auctor do opusculo, que menciona em terceiro lugar, é um dos raros bibliothecários da Bib. Nac. de Lisboa nomeados mediante concurso, é auctor de um projecto relativo á nomeação dos funcionarios das bibliothecas e archivos rejeitado pela commissão a que o sr. B. A. pertenc-

cia, o qual o mesmo senhor agora publica. O auctor considera a lei de 18 de março de 1911 como imperfeita, se bem que lhe causou agradável surpresa vêr perfilhadas nella ideas que defendia pela imprensa desde 23 de novembro de 1911 (1910?) Este pequeno trabalho de 42 paginas é com a lei de 18 de março de 1911, que elle pretende completar, um producto bastardo da obra de Morel sobre bibliothecas, convertida em evangelho pelos novos tratadistas que nella bebem todas as informações que vulgarizam. O sr. B. A., como todos os da sua escola, não cita trabalhos sobre bibliothecas populares de data posterior a 1904. A affirmação, a pag. 11 de que a Bib. Nacional de Lisboa fundada em 1796 foi dotada com o espolio da livraria da Companhia de Jesus não me parece exacta. — P. d'A.

**Chronicas Internacionaes, por C. Roma du Bocage, Lisboa, 1914, 294 pags.**

O nosso consocio, sr. Roma du Bocage, recopilou no volume do titulo acima registado as chronicas que sobre politica internacional publicára nos annos de 1906 e 1907 no *Diario de Noticias*, de Lisboa. Os annos decorridos não lhe retiraram a actualidade, antes essa actualidade como que revicou, em presença dos lamentaveis acontecimentos, que têm consternado o mundo e enluctado alguns paizes. Nos dois annos referidos, o sr. Roma du Bocage registou e commentou todos os acontecimentos de alcance da politica internacional, entrevistas de soberanos, conferencias diplomaticas, problema religioso, a velha questão do oriente, rivalidade anglo-allema, expansão da Allemanha, propaganda da paz, progresso dos armamentos, pan-americanismo, a questão de Marrocos, tudo que ostentava qualquer significado de vulto. No registo e commentario desses acontecimentos, o sr. Roma du Bocage, ministro dos negocios estrangeiros do antigo regimen, claramente patenteia a sua perspicacia de estadista e mais duma vez mostrou possuir o dom primacial dos politicos, a capacidade de previsão. Todas as chronicas que á Allemanha e á Inglaterra, e ás relações destas duas potencias se referem, são particularmente curiosas, porque encaram prognosticos que se cumpriram, o que só abona a intelligente e exacta interpretação dos acontecimentos.

E' para lastimar que o auctor, conforme na nota extremamente pessimista que antecede a chronica declara, não prosiga no cultivo desta forma de superior jornalismo, que assim praticado é como que uma janella aberta sobre o largo mundo, e tambem uma valiosa contribuição para que se torne certeza consciente e cautelosa o que é uma fatalidade inilludível: ser a vida politica dos pequenos paizes uma consequencia episodica da politica internacional. — F. F.

**Ideaciones — Letras de America — Ideas de Europa, por Juan de Más y Pi, Barcelona, 1908, 192 pags.**

Apesar de não ser recente publicação, noticiamos este livro, de que agora tomamos conhecimento, por nelle se conterem alguns artigos respeitantes ás letras de Portugal e Brasil. Esses artigos são os seguintes: *De Critica Litteraria*, considerações a proposito do livro, *As modernas correntes estheticas da litteratura brasileira*, de Elysió de Carvalho; *Cruz e Sousa*, sobre o escriptor brasileiro deste nome; *Guerra Junqueiro*; e *Eugenio de Castro*. Nos breves estudos—breves como todos os outros do livro—consagrados aos dois gloriosos poetas portugueses, o sr. Más y Pi mostrou conhecer a evolução litteraria dos mesmos, a na rapida narrativa e critica que della faz, não podia encontrar-se disposição mais sympathicamente enaltecadora—F. F.

**Primeiro Congresso de Historia Nacional — 4.<sup>a</sup> Secção: Historia constitucional e administrativa — 1.<sup>a</sup> these: Manifestação do sentimento constitucional do Brasil-Reino. A convocação de uma constituinte pelo decreto de 3 de Junho de 1822. Os deputados brasileiros nas Côrtes de Lisboa. — Augusto Viveiros de Castro, Rio de Janeiro, 1914, 104 pags.**

Nesta these, o auctor rememora e commenta os acontecimentos politicos do Brasil, do tempo da residencia de D. João VI, no Rio de Janeiro, e da regencia de D. Pedro I, depois

doador da Carta Constitucional portuguesa de 1826, abonando as suas opiniões com uma sólida documentação, e expondo-as sem paixão, antes com uma serenidade muito para elogiar, visto tratar de assumpto tão portador de enthusiasmos como é o dos primeiros pruridos do sentimento da independencia dum paiz moderno. Este e outros trabalhos da moderna historiographia brasileira deviam ser mais divulgados em Portugal, porque a politica brasileira ao periodo inicial da sua historia foi scena, em que tambem representaram figuras portuguezas, como D. João VI, D. Pedro IV e os seus aulicos, e o estudo da sua actividade nesse outro paiz ajudará a completar a nossa comprehensão e juizo, corrigindo a condemnação *in limine*, feita a uns, e o panegyrico incondicional concedido a outros. A *Revista de Historia*, muito gostosamente, ajudará a divulgação dos trabalhos dos nossos confrades brasileiros.—F. F.

**Epitome de Historia da Parahyba para uso das escolas primarias, Manoel Tavares Cavalcanti, Parahyba, 1914, 112 pags.**

No Brasil, paiz de recente autonomia politica, os seus melhores pensadores e escriptores tem diligenciado fazer corresponder a essa autonomia uma caracteristica individualidade historica e moral, para o que têm fomentado zelosamente os estudos historicos nacionaes e locaes. Além da Academia Brasileira e do Instituto Historico do Rio de Janeiro, muitas outras corporações de eruditos investigadores vão apurando quanto sirva para attestar essa propria physionomia e constitua estelo para o sentimento nacional. O livro de historia nacional oficialmente adoptado, o de Joaquim Manuel de Macedo, é um paciente repositório, de todos os episodios, que já nos tempos coloniaes expressassem esse individualismo, e de todas as personagens que como precursors do ideal de independencia se possam tomar, a revolução mineira e a de Pernambuco, o Caramurú, a guerra hollandesa, o Camarão, o Tiradentes, José Bonifacio, etc. Do mesmo modo se procede allí quanto á historia estadual, de que o livrinho acima anunciado é um typico exemplar pela minuciosa particularização que pratica e pelo vivido sentimento local que traduz.—F. F.

**D. Pedro I, o Cru, Esboço de estudo nosographico, Jayme Moreira, Lisboa, 1914, 56 pags.**

Esta pequena monographia é uma dissertação apresentada á Faculdade de Medicina de Lisboa, pelo seu auctor, no acto de formatura. Nella estuda o sr. J. M. o caracter do amante de Ignez de Castro, procurando salientar os pontos de contacto desse caracter indiscutivelmente anormal com os caracteres dos seus ascendentes, collateraes e descendentes, para o que organizou um quadro genealogico que alcança toda a primeira dynastia. Classificando-o de degenerado, o sr. J. M. accelta a opinião ha muito adoptada, posta em voga principalmente por Oliveira Martins. Mas propondo uma determinação mais clara para essa degeneração, é que o sr. J. M. aventa um alvitre novo, o do sadismo. Após uma minuciosa narrativa de factos comprovativos, o auctor conclue: «Deixando D. Pedro no capitulo dos degenerados e considerando como dominante o sadismo, estamos certos de que não podemos ser arguidos de errar.» (Pag. 50).—O trabalho é fortemente documentado por erudição bibliographica, onde ostenta conhecimento do que mais directa e mais elucidativamente poderia constituir informe util, e que o actor manuseou com desvelo essas fontes, prova-o não só a transcripção apropriada, que dellas faz, mas tambem a influencia innegavel que a sua leitura teve no estylo, em que está redigida a dissertação.—F. F.

**Religiões da Lusitania, 3.º vol., por José Leite de Vasconcellos, fasc. I, 1909; fasc. II, 1911; fasc. III, 1913, Lisboa, 636 pags.**

Só hoje, por varios motivos, a *Revista de Historia* pode dar noticia de um importante livro portuguez cuja publicação terminou em 1913.

O terceiro volume das *Religiões da Lusitania* é o mais importante da obra, por todos os

lados notavel, do sr. dr. Leite de Vasconcellos. E' um trabalho de extraordinário valor que honra a sciencia portuguesa e que liga o nome deste auctor indissolvelmente ao estudo da historia da Lusitania. Quem um dia fizer esse estudo terá necessidade constante de citar as *Religiões*, que muitas vezes terá de tomar como guia.

Começa o terceiro volume pela conclusão do estudo das religiões dos tempos proto-historicos que o auctor desenvolveidamente tratou no segundo volume do seu trabalho. Mantendo-se no plano primitivamente traçado do estudo da religião nessas epochas, nesta parte o auctor trata do culto dos mortos cujos vestigios necrolaticos descobertos são: as campas insculpturadas do districto de Beja, sepulturas portugesas providas de inscrições turdetanicas, a necropole de Alcacer do Sal, os funeraes de Viriato, figuras de peira de animaes (berrões), estatuas sepulchraes de guerreiros e factos varios com intuito religioso. As campas insculpturadas de Beja, que pertencem á epocha do bronze, talvez aos alvôres dos tempos protohistoricos, são o traço de união que o auctor colloca entre os tempos prehistoricos e protohistoricos.

O sr. dr. Leite de Vasconcellos, que a solidos conhecimentos archeologicos liga vasto saber litterario, joga, quando lhe é possível com estas duas especies de dados e coteja os textos archaicos com os dados de archeologia. E' assim que no paragrapho respeitante aos funeraes de Viriato cita Appiano, escriptor grego do seculo II da era christã, e salienta a concordancia da descripção historica com a archeologia.

A hypothese de que os berrões eram monumentos funerarios que se collocavam sobre os tumulos é bem documentada. Factos ethnographicos citados pelo auctor confirmam-na. A proposito citaremos que no n.º 7 da revista *Je sais tout* (15 de Agosto de 1905) vem a pag. xxviii uma photographia de uma sepultura persica com um carneiro, parece que de pedra, collocado sobre o tumulo.

No paragrapho dos factos varios insere o auctor « emblemas gravados em rocha » que são circulos, suasticas, tetrascetes, cruces, etc. Todos estes signaes se relacionam com o culto solar (Déchelette — *Le culte du soleil aux temps préhistoriques* — in *Revue Archéologique* — 1913 pag. 355). Não deixaremos de frizar que Martins Sarmiento (*Correspondencia de F. M. Sarmiento* — in *O Archeologo Português* — vol. VI, pag. 34) ao falar da orientação dos circulos na Citania de Briteiros notou que só se encontravam para o lado do nascente. O sr. dr. Leite de Vasconcellos não fala na presumivel significação destes signaes, pois para o seu « intuito não é necessario entrar em maiores desenvolvimentos » (pag. 79), mas cita a opinião de Sarmiento (pag. 72) o que indica não estar em desacordo. Faz o auctor um ultimo capitulo: « considerações geraes sobre as religiões protohistoricas » (pag. 84) e entra por fim nos tempos historicos.

Antes de começar com o estudo das religiões nestas epochas, intromette o sr. dr. L. de Vasconcellos um extenso capitulo sobre a invasão e dominação romana na Peninsula e em especial na Lusitania. E' o capitulo mais importante da obra, onde segue anno a anno a romanização da Peninsula. A' fonte litteraria, que critica, junta o que se sabe de archeologia. Sobre no estylo, duma grande secura, o facto historico apparece sempre nitido nessas 46 paginas notabilissimas (107 a 153). Abundantes notas esclarecem o texto, notas em que o auctor cita factos litterarios e archeologicos. O sr. dr. Leite de Vasconcellos fez neste capitulo um trabalho de alto valor historico; desfez erros, illuminou muitos pontos obscuros e deu noticia de varios factos novos. A este el-ncho historico juntou o auctor um resumo da civilização lusitano-romana e é só depois de esta grande divagação que entra no estudo das religiões. Se isto quebra a unidade do trabalho, e por isso se pode criticar desfavoravelmente o auctor, certo é que essas paginas são tão importantes, tão intelligentemente feitas que se tem antes de o felicitar.

O estudo das religiões lusitano-romanas é dividido em quatro secções:

I — Divindades indigenas romanizadas.

II — Divindades de procedencia romana.

III — Necrolatria ou culto dos mortos.

IV — *Varia quaedam sacra*, pontos tratados com grande desenvolvimento.

A proposito das rosaceas ou rosetas (fig.ªs 168, 169, 173 e 205) diz o sr. dr. Leite de Vasconcellos deverem significar « as corôas que costumam ornar os monumentos funerarios ». Não estarão porém as rosaceas relacionadas, como diz Déchelette (*Le culte du soleil, etc.* — 1913, pag. 355), com o culto solar? Serão talvez os termos mais degenerados de esse symbolismo. O apparecimento de estrellas e crescentes nas estrellas funerarias de então não confirmará esta hypothese?

A' Lusitania romana segue-se a post-romana — a epocha dos barbaros. São as grandes invasões do norte que começam. O auctor nesta ultima parte condensa muito o texto, especialmente o capitulo sobre vestigios do paganismo. Pena é que um quarto volume que tratasse da Lusitania post-romana e dos vestigios pagãos não seja publicado, para o qual o auctor tantos elementos possuia, como elle proprio reconhece (pag. 598). — J. F.

**The Golden Age of Prince Henry the Navigator — By J. P. Oliveira Martins.** Translated by J. J. Abraham & W. E. Reynolds. London, 1914. 10 shillings & 6 pence.

I remember from early years my father telling me that Portugal was England's oldest ally — it was my first lesson in the history of my other country—but though the political & commercial relations between the two nations have been of the closest, it cannot be said that the respective literatures have greatly profited by an exchange of ideas. And yet it is certain that Englishmen have translated more of the Portuguese classics than Frenchmen or Germans. Apart from Camoens, the Chronicles of Azurara, Castanheda, & Osorio, the lyrics of Gil Vicente, the *Lendas da India* of Gaspar Correa, the *Peregrinação* of Mendes Pinto, the *Tratado* of Antonio Galvão, the *Vida do Arcebispo* of Frei Luiz de Sousa & the *Trabalhos de Jesus*, together with the works of lesser lights such as Garrett, Anthero de Quental & Eça de Queiroz, have all appeared in English dress. It is therefore natural & proper that Oliveira Martins should have his turn & that the book chosen for translation should be *Os Filhos de D. João I*, sons of an English mother.

Perhaps it is unnecessary to say that this book has more literary than historical value, for Oliveira Martins, though a great artist, was not an historian in the strict sense of the term like Jansen, Pastor and Costa Lobo. His powerful imagination & ready pen enabled him to paint admirable pictures & vivid portraits, but these are not always in accord with the facts, which he lacked the time to investigate in documents. This is particularly the case in the *Historia de Portugal*, where in the spirit of a dramatist, he makes his effects by strong lights & shades, and so not seldom conveys erroneous impressions. His judgments are too severe, & it is unfortunate that one who wrote for the general public & taught more persons history than all the professors of the science, should have been so profound a pessimist. *Portugal Contemporaneo*, with far less literary charm, has a permanent worth, because it is based on sound contemporary sources, while a happy combination of matter & style renders the *Vida de Nun'Alvares* perhaps his literary master piece.—Using the *Chronica do Condestabre* & old monastic chronicles, the author, with a rare gift of intuition and real sympathy for his subject, succeeds in calling to life the right-hand man of the Master of Aviz, though it must be confessed that he surrounds his figure with an atmosphere of poetry & romance which only comes to heroes after death. On the other hand in *Os Filhos* (a 3.<sup>rd</sup> edition of which appeared in 1914) he wilfully sets aside his authorities and seems bent on glorifying the Infante D. Pedro at the expense of his brother. He gives no good reason for rejecting the traditional view of the Navigator's character transmitted by Azurara, so one can only suppose that he followed his fancy. In this I think, with my friend Beazley, that he erred, & certainly the evidence from an impartial source that has come to light since,<sup>1</sup> goes to prove that so far from being hard & selfish, the founder of modern discovery was a very humane individual, grateful for services rendered, & that he could be as tender-hearted as a woman.

When a foreigner who knew & had no reason to flatter him asserts that D. Henrique was handsome in youth, while his portrait in later years by Nuno Gonçalves reveals no disagreeable countenance,<sup>2</sup> the contrary assertion of a writer who lived five centuries later, cannot have weight. The point is a small one, but it is significant of the prejudice of Oliveira Martins. Unfortunately the hard things he says have found credence in Portugal & abroad, & by repetition have been exaggerated. Thus in a review in the *Spectator*, to which allusion will be made shortly, there occurs the following: «to him (O. Martins) Henry the Navigator is not a paladin of romance, but a dark fanatic, who sacrificed his kin & his country to his vainglorious dreams». It is sad that a leading Portuguese writer should give so false an im-

<sup>1</sup> See *Antoine de la Salle, sa vie et ses ouvrages* by Joseph Nève (Paris 1903) pp. 141—155. La Salle describes the Infant as «tres bel, de corps grant et puissant, lequel on disoit chaste vraiment.—General Borage kindly lent me his copy of the work which includes *Du reconfort de Madame de Fresne* where D. Henrique is referred to. Recently the Infant has been accused of indifference to the fate of D. Fernando, which tends to show how hard it is for a man of today, with little or no faith in the supernatural, to understand a mediaeval Portuguese—As well might one expect the latter to do justice to Mohammed! A conscientious Catholic could not surrender a Christian town to the Infidel., even to save a brother, & to one who asked why, D. Henrique is reported to have replied: «because it belongs to God, and not to me». True he had promised to hand it over, but a contract made by a party under duress does not bind in law.

<sup>2</sup> Azurara, *Chronicle of Guinea*, cap. 4, only says that his countenance was harsh when angry.

pression of one to whom his country owes the beginnings of her oversea empire & her place in universal history. <sup>1</sup>

I have not seen the new English translation, so must limit myself to recording its publication, but there lie before me the reviews in the *Spectator* <sup>2</sup> & *Birmingham Post*, <sup>3</sup> from which it seems to be a paraphrase, such as James Gibbs, the architect of the Radcliffe Library at Oxford, made of Osorio's *Chronicle of D. Manuel*. Mess.rs Abraham & Reynolds deserve thanks for their effort to introduce the book to foreign readers, but their right to make cuts in the text is very questionable. No doubt the genius of the two languages is so far apart that all who have had experience of translating from one into the other will understand the temptation to take liberties with the original, without however approving it. The intention was clearly to make the book appeal to a wider public & so render it more saleable.

E. P.

**As nacionalidades ibericas: I—A theoria da Historia.—J. Augusto Coelho.—**  
Lisboa, 1914, 240 pags.

E' o primeiro de uma serie de cinco volumes, subordinados ao titulo geral referido, e de que os seguintes quatro, no pensamento do auctor, devem constituir a applicação e o exemplo. O titulo do volume que tenho presente póde induzir em erro; não se trata de uma *construção* abstracta da sciencia historica, mas de uma *interpretação* causalista da Historia. Quere dizer, no sentido em que foi empregada, a palavra theoria é um synonymo de philosophia, termo corrente para designar aquella idea. O auctor estava no seu direito, talvez, mas afigura-se-me que a uma palavra de significação assente nada ha a lucrar em alterar-lhe o significado quando não se trate de corrigir-lh'o. E que a mudança apontada se dá, prova-o a definição explicita das « Observações preliminares » p. 11: A Historia *apura* a verdade dos factos e *registra-os*...; a theoria da Historia define-lhes as *causas* e a sua *acção* productora. <sup>4</sup>

Não ha processo, em poucas linhas, de analysar uma definição, por demais simplista. Observarei sómente que, no dominio da Historia, ou se ha de resvalar no immanentismo causal (solução de que o belga Laurent representa porventura o derradeiro eco) ou confinar o conhecimento no dominio scientifico puro, para o qual a existencia mesma é o ponto de partida da analyse. As *causas* da Historia, pois, são uma noção inteiramente metaphysica, ou, como se diz já em compendios escolares (Langlois et Seignobos, Introduction aux études historiques) — a questão ultima da historia é insolúvel pelo metodo historico. — E é o que succede em qualquer dominio scientifico. Como é que pode partir-se desta noção de *causas* da Historia para a assentar sobre a base da *sciencia positiva*, como pretende o auctor? (pag. 7) E' certo que elle explica e desenvolve o seu pensamento, mas já vamos ver como. E já não discuto aquella noção de sciencia positiva, onde a mesma confusão poderia encontrar-se.

Uma outra confusão vulgar e que não surprehende quem ande afeito a lidar com estudos desta ordem, é a do campo da historia (a realidade objectiva) com o conhecimento duma certa feição e que é o que constitue a ordem scientifica correspondente. Sempre que se procure uma concepção geral da humanidade realizando-se no tempo, obter-se-ha, e é muito, — porque ainda verdadeiramente não está feita — uma theoria de character social; não uma theoria da Historia. E' uma distincção elementar e, por isso mesmo, fundamental.

Ora, voltando ao desenvolvimento do ponto de vista do auctor, elle considera a Historia e (cá está a confusão) um capitulo da Biologia. Mas, pondo de parte a confusão alludida, que persiste no segundo termo da definição, essa localização é inteiramente impossivel. Ha — na Historia e no seu campo objectivo — o facto accidental como determinante: ha, — no campo da Historia sómente — o factor da intellectualização activa; o da quasi identidade elementica das sociedades; a cooperação consciente, etc., e ha — agora na Historia e na Biologia — a dif-

<sup>1</sup> I offer these criticisms of O. Martins with diffidence, because I knew & admired the man, who was my first literary friend in Portugal.

<sup>2</sup> 10.<sup>th</sup> April 1914.

<sup>3</sup> 18.<sup>th</sup> April 1914.

<sup>4</sup> Sublinhados do autor.

ferença radical do methodo de uma e outra. Apesar de se tratar de uma simples noticia bibliographica eu não resistiria a dar uma certa amplitude a esta demonstração, se a materia não fosse quase de uso corrente.

A pag. 8, diz o autor: «Sendo, do nosso conhecimento a primeira vez que entre nós e lá fóra, a theoria da Historia é assim concebida e mais ainda applicada a um grupo de sociedades especiaes...» Ha uma terceira confusão. Pelo que se trata de applicação, tambem não conbeco; nem é de estranhar, attendendo a que, em tal caso, a theoria não é senão uma theoria social e só á sciencia social, não á Historia pode aplicar-se. Mas, quanto a ser assim concebida, não é exacto. Pois que representam todas as feições do materialismo historico desde Karl Marx, e toda a já larga theoria organicista das sociedades? E, mais restrictamente, mais proximo portanto deste ponto de vista, que outra coisa é por exemplo a obra de P. Mougeolle — «*Les problèmes de l'histoire*»? As leis a que Mougeolle pretende chegar são principalmente as leis de influencia de meio.

Portanto, nem a filiação na Biologia, nem a theoria do meio e a luta pela existencia (p. 7) são novas na tentativa de interpretação.

Demais, ao lado do esforço, que o proprio auctor confessa ser de vulgarização (p. 6) para realizar uma obra condemnada, encontram-se ainda, e elle proprio decerto as encontrará, dissonancias notaveis de criterio; por exemplo: a base da *sciencia positiva*, que leva á simplicidade summa de explicar a historia pelo systema nervoso, e a pôr de parte o phenomeno «individualidade»; e a theoria abstracta e nebulosa da «*Alma dos povos*» do velho arsenal explicativo, junto da pretensa novidade de uma theoria inédita, a tentativa de precisar a influencia geographica, que, sendo real, é, pelo menos para nós, actualmemente, de todo incommensuravel, pelas variações inumeras que offerece, até em relação ao mesmo povo.

Não posso, evidentemente descer a pormenores; só o esqueleto interessava aqui; mas do que deixo dito posso justamente concluir que, não só não é isto a theoria da Historia, pois ha confusão na directriz, mas ainda, que não me parece que tenha ficado feita. Não me refiro, é evidente, a uma theoria estavel para sempre; mas tão só a uma que pudesse manter-se, em face das exgencias da moderna sciencia historica e de philosophia moderna. Não é o que se dá neste caso.—V. A.

### Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV, Henrique da Gama Barros. Tomo III. Lisboa, 1914, 900 pags.

O apparecimento do terceiro volume desta obra era esperado com o mais intenso desejo pelos raros grupos de estudiosos que em Portugal se occupam de trabalhos historicos, e logo que elle se tornou uma realidade, o seu auctor foi saudado vivamente pelas tres sociedades de que faz parte. Fóra destes centros o monumental trabalho, encetado em 1885 e continuado em 1896 e 1914, é pouco conhecido. Ha trabalhos que abrem caminho só no fim de muitos annos, ao passo que outros, que causam ruido ao serem publicados, desaparecem tão rapidos como meteoros, do estudo e da consideração publica. O sr. Gama Barros consagrou dezoito annos de trabalho incessante a este volume, não sendo portanto possivel divulgar-se obra de tamanho folego entre um publico que parece preferir a leitura dos jornais e mediocres obras de vulgarização. Vem a proposito, tambem, saber-se que o manuscrito deste trabalho esteve em risco de desaparecer nos primeiros dias de outubro de 1910.

O novo volume trata da propriedade como um pacto importante da situação economica de Portugal. Devidamente capitulados e paragraphados nós lemos o que era o regimen da propriedade, a occupação (caça, pesca, thesouros, minas), prescripções, contractos, aquisições por herança, arrendamentos e protecção da propriedade, até o fim do sec. xv.

Com o mesmo meticuloso cuidado dos anteriores volumes, o sr. Gama Barros trata das classes populares, mas agora no que diz respeito ás suas relações com a posse da terra. E' a mesma preocupação democratica de Herculano, de dar relevo aos humildes em prejuizo das classes que se julgam cultas. Por fim são tratados os tributos, reguengos, foros, a propriedade nessas terras municipaes, aforamentos, vinculos, expropriações, sesmaria e tabellionato.

Ainda mais profundamente neste que nos anteriores volumes o sr. Gama Barros se baseia nos documentos em grande parte ineditos e que escrupulosamente reproduz nas notas. Um outro valor importante do volume é o conhecimento completo que o seu auctor tem da bibliographia estrangeira.

O terceiro volume agora publicado (bem como os anteriores) ficará por largos annos como um livro absolutamente indispensavel a todos os que se dedicam ao conhecimento do nosso passado. — P. d'A.

**Lisboa antiga — Índice alfabético e remissivo, José Antonio Barcia.**  
Lisboa, 1915, 48 pags.

As obras de archeologia olisiponense, do sr. Visconde de Castilho, *Lisboa antiga, Bairro Alto e Ribeira de Lisboa*, muito copiosas de informações de varia natureza, mas de difficil consulta para quem busque minuciosos dados, têm agora um pormenorizado índice, organizado pelo sr. Barcia e que constitue um valioso supplemento áquellas obras. Pena foi que, a respeito das rubricas, cujos assumptos occupam mais de uma pagina, o sr. B. não nos desse a numeração da ultima pagina tambem, para nos elucidar do desenvolvimento dado a esses assumptos. Por este índice patenteia-se plenamente o que, ao frequentarmos esta obra notavel, logo notámos: a carencia de noticias concernentes á historia litteraria, cuja parte episodica, combativa e associanista grandemente tem decorrido em Lisboa. Não se mencionam alli casas de residencia de escriptores, de reunião de academias, lugares que serviram de scenario a entrechos de obras notaveis, etc. *Pro domo nostra*: releve-se-nos. — F. F.

**Progressive Portugal, Ethel C. Hargrove, Londres, 1914, 276 pags., 16 gravuras e 1 mappa.**

O auctor, após uma viagem rapida através de Portugal, organizou com as suas impressões e com os informes, que aqui lhe foram proporcionados, uma obra de propaganda amical, que pelo sentimento inspirador não póde deixar de nos tocar. Em rapidos precursos, o auctor nesta obra dá os essenciaes aspectos da paisagem portuguesa, dos lugares historicos e dos monumentos, algumas informações de archeologia pre-historica, narrativas historicas e dados da historia artistica e litteraria. A parte final da obra, a que respeita á historia, resente-se quanto á disposição muito da pressa da reportagem e, muitas vezes, refere factos menos exactos, sem falar da incorrecção habitual, com que todos os nomes portugueses estão escriptos. Mas o sentimento, que inspirou a obra, é o duma amizade prestimosa, que temos de reconhecer e agradecer. — F. F.

**La mystique d'Al-Gazzali, Miguel Asín Palacios — Beyrouth. (Syrie), 1914.**  
Separata do tomo VII de MÉLANGES DE LA FACULTÉ ORIENTALE, 38 pags.

Algazel é um grande nome da philosophia muçulmana oriental do seculo XI. A sua obra *Vivificação das sciencias religiosas*, é o livro mais systematico e completo sobre theologia asctica e mystica na litteratura arabe. Foi essa obra que o sr. Asín fez conhecer em *Algazel: dogmática, moral ascética* que é um monumento do saber e agudeza philosophica do traductor.

Em tres outros curtos estudos: *La psicologia de la creencia — La psicologia del extasis en dos grandes misticos musulmanos: Algazel y Abenarabi* — e finalmente *La mystique d'Al-Gazzali*, elle deu syntheses da mystica do grande philosopho arabe que não pudera tratar no seu trabalho principal.

O mystico aspira a unir-se a Deus pela contemplação e pelo amor. Elle passa, antes de o conseguir por diferentes estados, que attinge pelos meios seguintes: a penitencia, a paciencia, a gratidão, o temor e a esperanza, a pobreza, a renunciação do mundo, a abnegação da vontade, o amor divino, a pureza e sinceridade de intenção, o exame de consciencia, a meditação e o extase mystico. Cada um desses elementos da vida mystica é estudado em capitulos differentes, segundo Algazel.

Finalmente, o sr. Asín trata da origem da mystica de Algazel, assim como da sua influencia. Citaremos as proprias palavras do auctor:

« Este influxo constante do christianismo sobre o pensamento ascetico-mystico de Algazel obrigou-o a uma confissão que dissipa todas as duvidas: « O christianismo só é execrando pelo seu dogma da Trindade e porque nega a missão divina de Mafoma; todos os seus outros dogmas são a verdade real ». Eu não quero dizer com isto que a influencia christã sobre Algazel fosse exclusiva, ou sempre immediata: as paginas da *Vivificação* mostram, aqui e acolá,

vestígios explicitos do pensamento ascético-místico dos *Iogues*, tão vivazes nas regiões occidentaes da India, limitrophes da Persia; os elementos israelitas, especialmente do monachismo *essenio*, abundam igualmente; e do mesmo modo reminiscencias de Plotino. Desde o seculo III da hegira existia uma traducção arabe duma parte das *Enéadas* de Plotino, publicadas por um christão d'Emessa, com o titulo inexacto de *Theologia d'Aristoteles*. As obras do pseudo Dinis e sobretudo o livro syriaco *Hierotheos* de seu mestre Estevam bar Sudailí influíram tambem provavelmente sobre o illuminismo sophistico. O sophismo tradicional, repito, fornecia a Algazel uma grande abundancia de ideas e experiencias extra-islamicas. Elle soube — esse é o seu grande merito — encorporá-las na dogmatica e na moral orthodoxas, realizando assim na *Vivificação* uma obra admiravel de synthese philosophico-theologica.

Esta obra, repetimo-lo, exerceu sobre a vida do Islam uma influencia immensa. Da Africa occidental á Oceania, as obras de Algazel tem sido até ao presente classicas...

A communitade de vida entre muçulmanos e judeus permittiu até a transfusão das ideas de Algazel no rabinismo medieval: Maimónides deve-lhe bastantes ideas sobre a analogia entre a razão e a fé; Jehuda Halevi deixa-se influenciar pelo seu agnosticismo místico; Bahya (Bechai) mereceu ser chamado o «a Kempis» judeu pelas suas ideas ascético-místicas, que não são mais do que a reproducção quasi litteral das de Algazel.

Foram precisamente os rabinos espanhoes e provençaes que contribuíram para introduzir os livros de Algazel na escolastica christã. Os traductores toledanos, dirigidos por D. Gundisalvi, puseram em latim o seu *Macáide*, e o catalão Raymundo Martin inseriu no seu *Pugio fidei* paginas inteiras de varias das suas obras... E assim, por caminhos indirectos, voltaram ao christianismo occidental, grande numero de ideas que Algazel recebera da tradição christã e do monachismo oriental.» — D. L.

**Abenmasara y su escuela. Origenes de la filosofia hispano-musulmana.**  
(Discurso de ingreso en la Real Academia de Ciencias Morales y Politicas),  
Miguel Asín Palacios. Madrid, 1914, 167 paginas.

O sr. Asín, professor da Universidade de Madrid, especialisou-se numa ordem de estudos muito difficeis, a philosophia muçulmana: difficeis pela natureza da matéria e tambem pela lingua subtil em que se acha escrita. Elle provou numa já larga producção quão bem estava preparado para vencer uma e outra. Essa producção é tão importante que o sr. dr. Gomez Izquierdo, da Universidade de Granada, lhe consagrou um estudo de conjuncto na *Ciencia Tomista*, de 1914: *Estudios de Asin Palacios sobre la filosofia musulmana*.

O seu ultimo trabalho, cujo titulo damos acima, é um dos mais bellos de sua lavra. E' um estudo magistral de reconstrução historica. Apenas Munk e Dozy tinham dedicado curtas paginas a este philosopho. Agora, graças ao sr. Asín, as suas ideas revivem de um forte relevo.

A sua importancia foi grande no misticismo hispano-muçulmano e foi-o mesmo na vida philosophica dos pensadores judaicos e christãos medievaes. Na synthese com que termina o seu trabalho, o sr. Asín diz melhor do que o poderíamos fazer qual foi essa importancia:

«Considerada na sua maior generalidade, a historia das ideas medievaes offerece o espectáculo grandioso de uma palingenesia ou renascimento da philosophia grega e da cultura classica por intermedio de outras civilizações e principalmente da muçulmana. Não ha solução de continuidade na vida do pensamento colectivo. O renascimento classico, operado no seculo xv no seio da Europa christã, tem já os seus antecedentes na alta e baixa idade media. O islame oriental, herdeiro da sciencia grega e do espirito classico, é o encarregado desse primeiro renascimento, não menos importante. No esplendido califado de Bagdad resuscitam de feito, desde o seculo VIII da nossa era, varios systemas neo-platonicos impregnados de um intenso misticismo christão, que se divulgam rapidamente, mercê de uma copiosa litteratura pseudonyma e apocrypha. Um d'esses systemas, o do pseudo-Empédocles, caracterizado pela theoria das cinco substancias ou principios do ser e pela peregrina these da *Materia espiritual* — these tirada das *Enéadas* de Plotino — é introduzido na Espanha durante o seculo ix por um muçulmano de estirpe peninsular, Ibne Maçarra, de Cordova, que consagra a vida a propagá-lo entre os seus correligionarios, amalgamado com as doutrinas e praticas do sophismo, christãs na sua origem. A escola mística e neo-platonica fundada por elle perpetua-se na Espanha muçulmana até ao seculo xi, e inxertada logo no sophismo peninsular da escola de Almeria (de Ibne Alarife, Ibne Cací e outros) passa a fecundar a synthese pantheista e theosophica do murciano Ibne Arabí e sua escola, cujas obras, divulgadas até aos nossos dias pelos

mais remotos confins do oriente e do occidente islamico, levam o espirito maçarrense ás ordens sophisticas da Persia e da India, e inspiram ainda inconscientemente as extravagancias e superstições das innumeraveis confrarias religiosas que fazem do imperio de Marrocos um immenso convento sem clausura. A Espanha muçulmana foi, pois, desde Ibne Maçarra e por sua causa, a patria dos maiores mysticos muçulmanos, como seculos mais tarde, com Santa Thereza e S. João de la Cruz, havia de ser a patria dos maiores mysticos christãos. E como se a virtude germinativa do systema maçarrense necessitasse mais amplo campo para a sua fecundação, elle transpõe rapidamente os limites do islame para propagar-se com o malagueño Avicebron atravez do mundo judaico.

A esta primeira corrente do renascimento grego no islame succedeu outra corrente que foi mais principalmente aristotelica. Avicena no oriente foi o seu mais eximio restaurador, mas cabe á nossa patria, com Averroes e Maimónides, a gloria de lhe ter dado uma forma definitiva.

Ambas as correntes, por fim, correram parallelas durante alguns seculos na Peninsula judaica e muçulmana, até que, mercê dos traductores toledanos (do seculo XII), romperam o dique dos Pyreneus para inundar os campos da Europa christã. A nossa patria foi então, pelos nossos pensadores muçulmanos e hebraicos, o cerebro da Europa. Para Toledo, officina insignificante daquelle renascimento da cultura classica, volviam os olhos e dirigiam os passos os escolasticos christãos da Europa inteira, como seculos depois o haviam de fazer para a Florença dos Medicis ».

**Chronica Johannis de Reading et Anonymi Cantuarlensis 1346-1367, edited with Introduction and Notes by James Tait** — Manchester, 1914, xi-394 paginas. [Publications of the University of Manchester].

Na Universidade de Manchester trabalha-se: provam-no bem as suas importantes e numerosas publicações em todos os ramos do saber. A serie historica é uma das mais abundantes; a ella pertence esta obra.

Comprehende ella duas chronicas não muito extensas do reinado de Eduardo III, de Inglaterra, dos annos de 1346 a 1367. Como se sabe, foi elle quem iniciou em 1337 a guerra dos cem annos contra a França. Ella teve grande violencia naquelles annos, principalmente sob a direcção do *Principe negro*, seu filho. Ha sobre este periodo tantos materiaes já publicados que as duas chronicas não trazem novidades; mas os seus auctores foram contemporaneos dos acontecimentos que narram e assim o seu testemunho é sempre para registrar. A chronica de João de Reading é a mais extensa e a mais importante; ella serviu de fonte a mais de um compilador nacional.

O texto dos dois codices é precedido de uma introdução onde ambos são minuciosamente estudados. Acompanha-a um summario chronologico de uma e outra chronica; e os textos são seguidos de um abundante corpo de notas. Um indice geral analytico termina o volume. A edição é feita com muito cuidado. — D. L.

**La Unión Ibérica — Estudio critico, histórico de este problema formado con quanto acerca de él han escrito los historiadores, asi portugueses como españoles, y los defensores de ella**, D. Juan del Nido y Segalerva, Madrid, 1914, 368 pags.

A esta obra se tem referido a imprensa politica em termos de certa preocupação e alvoroço — preocupação e alvoroço inteiramente injustificados. A ella nos referimos neste lugar porque, sendo uma obra de politica, procura fundamentar a sua doutrina em argumentos historicos. O auctor é um velho politico que, após cincoenta e quatro annos de actividade, lamenta não haver dado toda a sua energia combativa á defeza da união iberica, como remedio unico para as difficuldades de varias ordens que abarbam Portugal e Espanha, ha muito apeados das grandezas do imperialismo de D. Manuel e Philippe II. A formação dum grande imperio peninsular, diz o auctor, conservando a maxima autonomia interna das duas nações, e unindo-as num commum esforço na politica externa, emancipá-las-hia da influencia da

Inglaterra, principal interessada na sua separação, e restituir-lhes-hia a antiga grandeza prestigiosa. O livro não tem a respeito do nosso país uma só phrase malevolente, antes se lhe refere sempre em termos da mais correcta e mais gentil corteza, já a respeito dos nossos reis, politicos, escriptores, já a respeito da collectividade nação portuguesa. Igualmente se não encontra na obra uma passagem de hostilidade ao regimen republicano; pelo contrario, passagens della nos mostram ser o sr. N. y. S. tão apaixonado iberista que á defeza desse ideal sacrificou os seus sentimentos politicos, confessando até uma plena indiferença pela forma politica, sob cuja vigencia se realizará esse almejado *desideratum*. Como podia ser a obra hostil ao regimen republicano vigente, se foi em grande parte escripta antes de outubro de 1910 (V. pag. 145?) A alludida indiferença do sr. N. y S. infere-se de passos do texto como o seguinte:

«Estamos en un punto de partida y el triunfo será de quien llegue primero; si la Monarquía se anticipa como en Italia, de la Monarquía; si llega primero la República, de la República.» (Pag. 14).

Escusado será accrescentar ainda que defendendo o sr. N. y S. apenas uma espontanea confederação peninsular e ibero-americana, em que se congreguem Portugal, Espanha, suas colonias e as florescentes republicas americanas, antigos dominios coloniaes de ambos os paizes, não só se deixa embalar numa visão, que não é severidade classificar de longinqua para não dizer utopica, mas tambem não allude sequer a qualquer proposito violento, de que hajamos de nos prevenir. Só uma especulação grosseira póde arbitrar taes intenções a uma obra, mais de visionario que de pratico politico.

O material da obra é constituido por largas transcrições de escriptos portugueses e espanhoes sobre o iberismo, transcrições extensissimas e nem sempre extrahidas dos mais qualificados auctores; e pela interpretação de factos historicos, como o parallelismo das historias nacionaes dos dois povos peninsulares, os muito repetidos enlaces matrimoniaes e seus projectos com o fim de promover a fusão dos paizes, as difficuldades que acarreta a separação, produzindo principalmente a fraqueza perante as grandes potencias. Diremos ainda que o sr. N. y S. considera a vida politica e economica da sua patria com extremo pessimismo, o que vem tambem contradizer aquelle proposito arrogantemente bellico.—F. F.

---